



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA**  
**LINHA DE PESQUISA: DESENVOLVIMENTO, RURALIDADE E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

**A REINVENÇÃO DO TRABALHO NO LIMAR DA INFORMALIDADE:  
UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NA  
CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**ROSA EMÍLIA ARAÚJO IDALINO**

**CAMPINA GRANDE – PB**  
**MARÇO/2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ROSA EMÍLIA ARAÚJO IDALINO**

**A REINVENÇÃO DO TRABALHO NO LIMIAR DA INFORMALIDADE:  
UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NA  
CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**ORIENTADOR:**

**PROF. DR. ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

**MARÇO/2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

I18r      Idalino, Rosa Emília Araújo

A reinvenção do trabalho no limiar da informalidade: um estudo sobre a condição social dos “flanelinhas” na cidade de Campina Grande – PB / Rosa Emília Araújo Idalino. – Campina Grande, 2012.

141f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina, Centro de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Referências.

1. Informalidade. 2. Precarização do Trabalho. 3. “Flanelinhas”. 4. Flexibilização. I. Título.

CDU 316.334.22(043)

**ROSA EMÍLIA ARAÚJO IDALINO**

**A REINVENÇÃO DO TRABALHO NO LIMIAR DA INFORMALIDADE:  
UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NA  
CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PARAÍBA**

Aprovada em:  
30 de Março de 2012

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira – PPGCS/UFCG  
ORIENTADOR

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes – PPGCS/UFCG  
EXAMINADORA INTERNA

Profa. Dra. Roseli de Fátima Corteletti – UFCG  
EXAMINADORA EXTERNA

*Aos “flanelinhas” de Campina Grande-PB que se colocaram à nossa disposição e, com isso, possibilitaram a elaboração das análises aqui dissertadas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma forma de reconhecer aqueles que fizeram parte da construção do nosso trabalho. Registrar alguns nomes, significa dizer que existem co-autores, cada um a sua maneira, e o resultado é fruto de um esforço individual e coletivo.

Agradeço a Deus pela vida, por ter me sustentado em momentos que só Ele pôde fazer.

Aos meus pais, José Idalino Sobrinho e Luzinete de Lima Araújo, por tudo que sou.

A minha irmã, Isabella Araújo Idalino Galdino, pelo amor incondicional e incentivo desprendido.

A minha tia, Maria de Lourdes Araújo Queiroz, e a minha família pelo carinho, cuidado e dedicação, por todas as preocupações e sofrimentos compartilhados durante um longo período, no qual as expectativas eram desafiadoras. A vocês, minha eterna gratidão.

A Michelle Ferreira Leite, porque sempre me estimulou com entusiasmo e dedicação desde o início dessa caminhada.

Aos membros do Grupo de Pesquisa *Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, onde muitos desafios começaram, pela oportunidade de compartilhar leituras e sugestões para a melhoria do nosso aprendizado.

A Michelly Pereira de Sousa Cordão, Triphina Maria Gurjão Segunda, Patrícia dos Santos Melo, Diogo Fernandes da Silva e Demétrio Gabriel Gamboa Marques pelas idas e vindas, momentos em que me prestaram solidariedade e sutileza.

Ao professor Roberto Vêras de Oliveira, pela sua orientação cuidadosa e por sua paciência durante a minha trajetória, pelo exemplo de seriedade e compromisso que sempre demonstrou aos desafios da pesquisa e do ensino.

Às professoras Ramonildes Alves Gomes e Roseli de Fátima Corteletti, por terem aceitado gentilmente o convite para participarem das bancas de qualificação e defesa da dissertação.

A Rinaldo Rodrigues da Silva, secretário do PPGCS, que sempre foi solícito em nos atender.

A Ana Flávia de Andrade Souza, pela disponibilidade e presteza que tratou o texto para o exame de qualificação.

A Maria Izabel de Andrade Araújo, pelo companheirismo, principalmente nos momentos de angústias e dificuldades na escrita desta dissertação, transformando o complexo em lúdico.

Por fim, agradeço a todas as pessoas com quem tive oportunidade de conviver, ouvir e aprender. Obrigada pelas dificuldades e alegrias compartilhadas, por contribuírem para o meu amadurecimento intelectual e pessoal.

## **RESUMO**

Este estudo aborda a problemática da informalidade e do caráter precário do trabalho no âmbito da cidade de Campina Grande – PB. Analisa estas questões como decorrências das condições históricas de reprodução do caráter precário das relações de trabalho no Brasil, as quais foram agravadas e ressignificadas a partir dos impactos no país de transformações ocorridas mundialmente nesse âmbito, nas últimas décadas, implicando em uma tendência geral à flexibilização do trabalho e ao desemprego. Para aqueles segmentos que, em regiões periféricas, como o Nordeste do Brasil, sempre estiveram excluídos do mercado de trabalho formal ou sofreram os efeitos dos processos atuais da informalidade, resta como medida última de sobrevivência buscar “inventar” o seu próprio trabalho. Nesta perspectiva, entra na cena do mundo do trabalho outros personagens que sobrevivem nas “franjas” da formalidade de forma informal, irregular, sem acesso aos direitos sociais dos trabalhadores inseridos no mercado formal. Aqui, elegemos como caso a ser estudado um fenômeno que tem se apresentado nos centros urbanos brasileiros, provocando tensões, conflitos, dominação e resistência nessa nova dinâmica social e econômica de reprodução da força de trabalho: os “flanelinhas”.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Informalidade; Precarização do Trabalho; “Flanelinhas”; Flexibilização.

## **ABSTRACT**

This study addresses informality problems and precarious work in the city of Campina Grande-Paraíba-Brazil. These issues are addressed as a result of historical conditions that reproduce the precarious nature of work relations in Brazil which, in the last decade, had a new meaning, as the impacts that the country suffered under the global labor transformations that culminated with the work flexibility or even unemployment. For those segments that, in peripheral regions such as the Northeast of Brazil, have always been excluded from the formal labor market or who have suffered the effects of processes of informality, remains as the last survival model to invent their own work. Therefore, in these labor relations there are those workers who survive on the borderline of formality, without access to social rights of workers in the formal market. In this paper, we observed a phenomenon that has emerged in Brazilian urban centers, leading to tensions, conflicts, domination and resistance in this new social and economic dynamics of the work: os 'flanelinhas'.

## **KEY - WORDS :**

Informality; Precariousness of work; "Flanelinhas"; Flexibility.

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – “Flanelinha” em seu local de trabalho.....	79
FOTO 2 – “Flanelinha” exercendo sua atividade de “olhada” .....	80
FOTO 3 – “Flanelinha” exercendo suas atividades “olhada” e lavagem.....	81
FOTO 4 – Estacionamento do antigo capitólio.....	84
FOTO 5 – Trabalhadores no estacionamento.....	95
FOTO 6 – “Flanelinha” assumindo o ponto.....	100
FOTO 7 – “Olhada” dividida.....	101
FOTO 8 - “Flanelinha” direcionando os usuários.....	103
FOTO 9 - “Flanelinha” no trabalho de lavagem.....	107
FOTO 10 - Local alugado para motos.....	110

## LISTA DE SIGLAS

ADUEPB	Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba
AMDE	Agência Municipal de Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLT	Código de Leis de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
STTP	Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

“A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (E.P.Thompson – *A Formação da Classe Operária Inglesa*, v.1).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>155</b>
a) Formulação do problema de estudo .....	20
b) Objetivos.....	211
c) Justificativa.....	211
d) Hipóteses .....	222
e) Metodologia.....	233
<b>CAPÍTULO I – INFORMALIDADE COMO QUESTÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>266</b>
A emergência do tema da informalidade na agenda dos países periféricos.....	266
Sobre o fordismo e o fordismo periférico .....	322
A crise do fordismo e o surgimento da informalidade como ilegalidade .....	377
<b>CAPÍTULO II – INFORMALIDADE COMO QUESTÃO ATUAL .....</b>	<b>41</b>
A emergência do paradigma flexível .....	41
A nova informalidade se estabelece no contexto da flexibilização do trabalho .....	488
<b>CAPÍTULO III – ESTUDO SOBRE “FLANELINHAS” EM CAMPINA GRANDE: AJUSTANDO A LENTE.....</b>	<b>633</b>
Notas metodológicas.....	633
“Flanelinhas”: uma primeira aproximação .....	711
Elementos de localização do fenômeno em foco.....	766
<b>CAPÍTULO IV – O TRABALHO DOS “FLANELINHAS” EM CAMPINA GRANDE: ENTRE A CONDIÇÃO INFORMAL E A REINVENÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>788</b>
<b>Quem são estes trabalhadores? .....</b>	<b>877</b>
Perfil.....	877
Trajetórias .....	933
<b>Como vivem?.....</b>	<b>103</b>

Condições de trabalho.....	103
Perspectivas futuras .....	1222
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>136</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>14040</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>1411</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa pretendeu proporcionar, a partir de um estudo de caso local, os “flanelinhas”, uma aproximação com a realidade brasileira, em que estes trabalhadores de rua apresentam-se com suas condições de trabalho para sobreviver na informalidade, no desemprego e no subemprego. A temática da informalidade neste contexto é pertinente uma vez sendo compreendida como um fenômeno em expansão, sobretudo, por sua participação na composição do mercado de trabalho urbano.

O mercado de trabalho no Brasil foi formado dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, onde se configurou um segmento restrito de trabalhadores mais qualificados, melhor pagos e com vínculos mais estáveis, em contraste com outro segmento, formado pela maioria, onde prevalece o subemprego, os vínculos precários, o auto-emprego informal.

O termo “setor informal” surgiu através de inúmeros estudos realizados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na década de 1970. Tal setor também é conhecido como marginal, submerso, desorganizado, dentre outras nomenclaturas. Jakobsen, em “A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil”, diz que:

Segundo o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza (...). A análise do PREALC/OIT colide com a visão dos economistas liberais, que afirmam que a economia informal não é um setor definido com precisão, pois inclui todas as atividades econômicas extralegais, inclusive a produção e o comércio orientados pelo mercado ou para a subsistência direta. A origem da informalidade é atribuída à excessiva

regulamentação da economia pelo Estado (...). Uma terceira perspectiva, também chamada, “estruturalista”, define o setor informal como o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que atividades similares são regulamentadas (JAKOBSEN *apud* DOMBROWSKI *et al.*, 2000: 13-14).

Em seu relatório sobre o Gana e o Quênia, a OIT defende que o maior problema social não era o desemprego, porém a existência de um grande número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

Quanto ao Brasil, Noronha (2003), em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, relata:

O mercado de trabalho no Brasil despontou no século XX, predominantemente com produção de bens e serviços, onde o trabalho era negociado como uma mercadoria livre e, praticamente, não existiam contratos ou leis que pudessem regulamentar qualquer atividade (NORONHA, 2003).

As décadas de 1930 e de 1940 foram marcadas pelo corporativismo de Estado de Getúlio Vargas, período em que foi estabelecido o Código de Leis de Trabalho (CLT). Foi a partir daí que as noções de “formalidade” e “informalidade” foram sendo construídas gradativamente no Brasil.

O Brasil não difere muito dos demais países da América Latina no que tange à questão da origem do trabalho informal. A migração do campo para as cidades, como na maioria dos países latino-americanos, também contribuiu para a formação do excedente de mão-de-obra urbana, desencadeando o desemprego em massa e, conseqüentemente, a proliferação da informalidade.

A temática da informalidade ressurge atualmente, diante da composição e das transformações no campo das relações de trabalho que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em âmbito mundial, sob o efeito de fortes pressões desregulamentadoras e flexibilizadoras.

Na contemporaneidade, assistimos a uma nova dinâmica sócio-econômica em esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados. O novo contexto vem se estabelecendo, desde os anos 1970, sob os efeitos da desarticulação do sistema de produção fordista<sup>1</sup>, que predominou no pós-guerra nos países industrializados. Esse regime assentava-se no “pleno emprego” que era regido por contratos de trabalho de natureza coletiva. O novo cenário exige a flexibilização das relações laborais, resultando em elevadas taxas de desemprego, e tem sugerido, desde então, um debate sobre o futuro do trabalho<sup>2</sup>.

As relações de trabalho ganham novas formas permeadas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que reproduzem e modificam formas antigas, e os empregos e atividades que aparecem e reaparecem e que estão fora dos padrões do período anterior apresentam-se com baixos salários, ausência de vínculo trabalhista e de contribuições sociais. No entanto, são necessários para a manutenção e reprodução do capital.

O fenômeno da informalidade agrava-se como consequência dessas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, transformando trabalhadores formais em informais, em realizadores de atividades em que as funções são precarizadas e, conseqüentemente, os precariza na condição de força produtiva do sistema. Alguns, dentre esses, como estratégia de sobrevivência passam a desenvolver atividades consideradas muitas vezes desnecessárias.

Nesse sentido, uma das questões que nortearão as nossas reflexões é a de que a atual fase do processo de modernização das forças produtivas imprime, aos que necessitam vender sua força de trabalho, a submissão às mais variadas formas de precarização das relações trabalhistas.

Segundo Antunes (2006: 47-48), em resposta à crise estrutural estabelecida pelo sistema capitalista de produção:

---

<sup>1</sup> De acordo com Lipietz (1989: 304), o *fordismo* é um regime que se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE, após a Segunda Guerra Mundial (Aglietta, 1976; Boyer e Mistral, 1978; Coriat, 1978; Lipietz, 1979). Para o autor, do ponto de vista do processo de trabalho, o *fordismo* caracteriza-se por uma disjunção, pela tripartição das atividades em três níveis: I – A concepção, a organização dos métodos tomados autônomos; II – A produção qualificada, requerendo uma mão-de-obra adequada; III – A execução e montagem desqualificadas, não exigindo, em princípio, qualquer qualificação (Lipietz, 1989: 313).

<sup>2</sup> Para aprofundar o debate remetemos o leitor, por exemplo, ao texto de Ricardo Antunes: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o ‘toyotismo’ ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural.

No Brasil, as mudanças institucionais e econômicas trazidas com a industrialização estiveram longe de alcançar as massas trabalhadoras. E, sobretudo a partir dos anos de 1990, com a crise do modelo desenvolvimentista e a ascensão neoliberal, o governo brasileiro abriu a sua economia e iniciou o processo de privatizações, agravando ainda mais a situação da classe trabalhadora, da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>3</sup>. Observa-se, então, o crescente número de trabalhadores brasileiros que convive com o drama do desemprego e com seus efeitos sociais, donde a busca de uma ocupação como estratégia de sobrevivência vai ser encontrada na informalidade. Essa nova realidade social, trazida com o neoliberalismo e com a reestruturação produtiva, configurou um cenário de agravamento do padrão já flexível e precário que tem marcado as relações de trabalho no país.

Cresceu, nesse contexto, o número de trabalhadores que passaram a encontrar nas ruas novas “oportunidades” de trabalho e renda. Inúmeras pessoas foram excluídas dos espaços formais de trabalho e passaram a buscar uma nova forma de organizar sua vida social e garantir a sua sobrevivência, quase sempre sob baixo nível de subsistência. O trabalho por conta própria, autônomo, em sua grande maioria precarizado, torna-se a alternativa em muitos centros urbanos para um grande número de trabalhadores que vende roupas, calçados, alimentos, livros, ou seja, que vende de tudo.

Também passou a ser ainda mais comum ver trabalhadores de rua (re)criando novas atividades informais, porém, sem nunca terem sido reconhecidas como um

---

<sup>3</sup> Termo utilizado por ANTUNES Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

trabalho. Um exemplo disso é a atividade exercida nos centros urbanos pelos “flanelinhas”<sup>4</sup> e que observamos com frequência nos espaços públicos das grandes, médias e pequenas cidades. Realidade em que Campina Grande – PB se insere e de que tratamos em nossa análise. É, portanto, o recorte espacial do presente trabalho a municipalidade citada.

Foi nesse cenário urbano que envidamos esforços para observar, dialogar, adentrar no universo deste tipo de atividade informal, bem como, de sua agregada: a lavagem de carros. Aproximação que se tornou evidente nas falas dos informantes e sobre a qual o Presidente da Associação de Lavadores de Carros da cidade faz referência quando nos informa ter sido levado em conta no cadastramento da entidade uma e outra função, lavadores e flanelinhas. Junção que se verifica em muitos daqueles que estão nas ruas e que acumulam “olhada” e lavagem de carros, ainda que isso não seja obrigatório e possa ser realizado por trabalhadores distintos.

Quando falamos de “flanelinhas” e lavadores de carros, estamos falando da mesma categoria segundo o cadastramento da Associação de Lavadores de Carros local. Embora todo lavador de carro seja “flanelinha”, nem todo “flanelinha” é lavador de carro. Existem aqueles que optam apenas por “olhar” os carros e os que oferecem a opção de também lavar o carro dos seus “clientes”.

Como reflexo das disparidades sociais historicamente existentes na sociedade local e então agravadas, a cidade se viu diante de um fenômeno em evidência, o crescimento no número de “flanelinhas”. Eles exercem uma atividade que tem registrado um aumento significativo, engrossando as fileiras da discriminação social que se verifica pela exclusão do mercado formal de trabalho e inclusão na informalidade, que marca seus destinos socialmente. São vítimas da lei e da discriminação social que os marginaliza.

Os “flanelinhas” encontram-se inseridos no setor informal, estando entre os que se veem sem condições básicas de sobrevivência e obrigados a criar trabalhos fragmentados. São atividades exercidas por um segmento social que é visto, na maioria

---

<sup>4</sup> Tornou-se uma figura popular muito comum nos grandes e pequenos centros urbanos de cidades brasileiras e do nosso Estado. É um trabalhador informal que ganha dinheiro cuidando dos carros estacionados em vias públicas.

das vezes, pelos próprios “clientes”, como marginalizados sociais, uma vez que o trabalho por eles exercido pertence a um domínio dos “serviços” tidos como economicamente “desnecessários” ou “inúteis”.

Foi assim informado, que nos perguntamos: como os “flanelinhas” apreendem sua própria condição social e o trabalho que exercem? Como são percebidos pelos “outros” com os quais se relacionam quando da prestação desse “serviço” (“clientes” e poder público local)? Que dinâmicas marcam essa condição social e que tendências se apresentam?

#### **a) Formulação do problema de estudo**

Nesta breve introdução percebemos a informalidade dentro de uma perspectiva bastante ampliada resultante das transformações históricas ocorridas no mundo do trabalho. A nossa proposta é estudar a informalidade caracterizada por aqueles que nada têm, a não ser a rua, como parte intrínseca do seu espaço de trabalho.

As atividades exercidas pelos “flanelinhas” não se encontram institucionalizadas como constituidoras de uma área autônoma de emprego, no geral as ruas se colocaram como única saída para não virem a faltar com sua subsistência e a de seus dependentes.

Dentro de uma perspectiva mais específica, estudaremos a condição social dos trabalhadores de rua denominados “flanelinhas” da cidade de Campina Grande – PB, enquanto segmento que reage à sua condição de excluídos dos direitos básicos de sua cidadania, reinventando-se social e produtivamente. Para isso temos uma questão: Como eles se colocam diante de sua condição de “inúteis”, informais, desnecessários e marginalizados socialmente? Neste sentido, buscamos apreender em que medida as ações do poder público, seja federal, estadual ou municipal, atuam de maneira favorável ou não, ao chamado problema dos “flanelinhas”.

## **b) Objetivos**

- 1 Traçar um perfil socioeconômico e sociodemográfico do trabalhador informal urbano que atua nas vias públicas da cidade de Campina Grande – PB, denominado de “flanelinha”, analisando suas origens e trajetórias ocupacionais;
- 2 Investigar as origens e as formas de demarcação e ocupação das vias públicas utilizadas pelos “flanelinhas”;
- 3 Examinar quais as imagens sociais que os próprios “flanelinhas” têm acerca dos poderes públicos, da cidade, dos usuários dos serviços e de si mesmos, como segmento social; bem como, a existência e criação de iniciativas governamentais voltadas para a melhoria da sua qualidade de vida;
- 4 Proporcionar um debate sobre os novos sentidos do trabalho atual a partir da problemática dos “flanelinhas”, que vivem em situação de desemprego ou na informalidade, de forma que absorvem os efeitos da precarização e da discriminação social em suas condições de vida.

## **c) Justificativa**

Esta pesquisa se justifica pelas razões verificadas nas últimas décadas pelo surgimento de uma nova configuração da informalidade, do subemprego e do desemprego estrutural que aparece como um fenômeno central na sociedade brasileira decorrente do processo de reestruturação produtiva.

Atividades consideradas informais aparecem como elemento estratégico de sobrevivência por causa das consequências das desigualdades existentes que marcaram um modelo de transformações econômicas e sociais na vida de muitos trabalhadores.

Para entender a dinâmica da nova questão social, é preciso explorar os momentos nos quais as formas de informalidades se manifestam mais profundamente. Certamente a condição dos “flanelinhas” é uma dessas situações e, como já foi dito, esses se enquadram nesse contexto de variedades de modelos comportamentais e sociais

sem recursos e sem apoio estatal, além de serem estigmatizados, vítimas da lei e da discriminação social.

Este trabalho exercido pelos “flanelinhas” não se encontra institucionalizado como um emprego autônomo e as pessoas raramente aderem a esta atividade por opção, pelo menos no que se refere a este tipo de informalidade, em que as condições de trabalho e renda são de caráter bastante precário e desprotegido, exercidas mais propriamente pelas camadas mais pobres da sociedade.

Sendo a informalidade e suas variedades de atividades, um problema social que demanda do Estado políticas públicas no sentido de sanar as dificuldades enfrentadas, pretendemos contribuir com este trabalho no sentido de promover medidas convergentes aos trabalhadores de ruas na busca de resgatar e poder exercer a sua cidadania.

#### **d) Hipóteses**

1 O indivíduo que não encontra oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal é obrigado a inserir-se no mercado de trabalho informal, nas ruas das cidades, e, no caso do nosso objeto de estudo escolhido, reinventando seu próprio trabalho, precarizado, como alternativa imediata e objetiva de resposta ao desemprego.

2 O poder público, por sua vez, demonstra certo comodismo, no sentido de controlar a vulnerabilidade social imposta quando não apresenta soluções que resgatem a dignidade e a cidadania destes trabalhadores.

3 Os “flanelinhas” são vistos como: bandidos, extorsores, drogados, criminosos, vagabundos, classe perigosa e as ações para resolver esse problema são no sentido de banir, expulsar, proibir e extingui-los do espaço público.

## e) Metodologia

Nesta pesquisa adotamos procedimentos metodológicos de natureza qualitativa com análise descritiva, mas a isto foi adensado esforço quantitativo que promovesse uma maior profundidade de compreensão. Em função da necessidade, optamos por descrever situações, distinguir condições e aproximar experiências naquilo que foi possível:

- a) Análise bibliográfica sobre assuntos relacionados à Sociologia do Trabalho, questões da informalidade, precarização do trabalho, reestruturação produtiva, e, sobretudo, sobre “flanelinhas”.
- b) Análise documental em busca de dados oficiais em órgãos municipais locais, no intuito de identificar algumas políticas públicas voltadas para a atividade em questão.
- c) Pesquisa de observação direta em algumas ruas centrais desta cidade, com o objetivo de, por um lado, observar as relações de trabalho existentes entre os “flanelinhas”, a forma de ocupação do espaço público, os tipos de conflitos cotidianos e, por outro, fazer alguns registros através de fotos e conversas com estes trabalhadores urbanos.
- d) Aplicação de entrevistas individuais no intuito de reconstituir a história de vida desses trabalhadores. A reconstituição das origens e trajetórias ocupacionais dos “flanelinhas”, por meio de entrevistas semi-estruturadas, serviram ao objetivo de elaborar os perfis socioeconômico e sociodemográfico do trabalhador informal urbano que atua nas vias públicas da cidade. A localização dos pontos de atuação, e consequente seleção amostral, se fizeram necessárias para que o estudo pudesse situar melhor o *modus operandi* dessa atividade. Selecionamos quatro pontos de atuação dos “flanelinhas” e lavadores de carros de Campina Grande, todos localizados nas áreas centrais da cidade e que contam com esse tipo de serviço há um considerável espaço de tempo, havendo, em alguns dos casos, uma espécie de passagem hereditária do lugar no ponto. Destarte isso, mantivemos nosso olhar para além da zona geográfica selecionada enquanto referência.

Portanto, aqui trazemos descrições feitas a partir dos trabalhadores informais que atuam nos pontos do estacionamento do antigo Cine Capitólio; da Faculdade de Administração da UEPB; do INSS e da Feira Central.

Os resultados desta pesquisa serão apresentados na sequência deste trabalho em que a informalidade é tratada como um problema social que gera demandas por políticas públicas, no sentido de sanar as dificuldades enfrentadas. É o trabalho uma análise diagnóstica, mas também, propositiva.

Nessa orientação, articulamos o texto a partir da escrita de quatro capítulos que têm características de interdependência, haja vista tratar-se de uma análise que se utiliza dos dados coletados em campo para a consequente aplicação da teorização consolidada pelos estudiosos que se dedicam à investigação sobre o trabalho na sociedade. Aqui nos acostamos aos estudos sobre o trabalho na sociedade capitalista em seus distintos níveis de aprofundamento dos modelos de relações de trabalho.

A dissertação completa é composta por introdução, quatro capítulos e conclusão. Os dois primeiros capítulos estão constituídos pelas discussões teóricas e metodológicas das conceituações e contextualizações que são utilizadas ao longo da análise.

No primeiro capítulo, a informalidade e o desemprego apresentam-se como questões centrais com o objetivo de compreender e problematizar teoricamente este fenômeno.

No segundo capítulo, apresentamos o processo de desestruturação do modelo de produção fordista e o surgimento do paradigma flexível nas relações de trabalho.

No terceiro capítulo, descrevemos o contexto de atuação dos trabalhadores informais “flanelinhas” em Campina Grande-PB, em que se visualiza nossa análise e o respaldo que as falas dos depoentes nos dão. Este articulado a partir da distribuição das discussões em subitens que consideramos imprescindíveis ao leitor para que o debate fosse exitoso.

No quarto capítulo, focamos a análise da pesquisa empírica realizada com estes trabalhadores, analisando, entre outros pontos, trajetórias de vidas e identificando suas

condições de trabalhadores informais e desempregados, precarizados e marginalizados socialmente.

Na conclusão, retomamos problemas e hipóteses acerca do trabalho, tecendo nossas considerações em relação ao estudo em questão.

# CAPÍTULO I – INFORMALIDADE COMO QUESTÃO HISTÓRICA

## **A emergência do tema da informalidade na agenda dos países periféricos**

O tema da informalidade vem tendo muito destaque nos últimos tempos nos debates da Sociologia do Trabalho, mas também na mídia e no mundo social como um todo. Tal noção ainda não é muito precisa, haja vista que os conceitos estão no campo das disputas pelas significações e ressignificações no mundo social.

As diversas categorias e conceitos utilizados para denominar o fenômeno da informalidade refletem, na verdade, as dificuldades que os indivíduos, organizações e o coletivo social têm enfrentado diante da situação de mudanças estruturais, econômicas, políticas, objetivas e subjetivas que vêm transformando a realidade social em todas as partes do planeta.

Assim, não só a Ciência, mas os próprios agentes sociais buscam, através de sua ação e formas de ler, interpretar e se relacionar com o mundo, desenvolver formas de, não só entender a chamada “nova” ordem mundial, mas de sobreviver nela.

A informalidade, reflexo visível dessas transformações, aparece nesta fase do capitalismo mundial como um fenômeno, se não recente, central e ainda bastante confuso e complexo, assumindo as mais diversas facetas, a depender do contexto e do enfoque teórico usado para a sua abordagem.

Segundo Cacciamali (2000: 01), a informalidade é tratada como resposta,

(...) às diferentes situações criadas pela economia informal, se por um lado respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro constituem focos de tensões e de desigualdades sociais, pois o vácuo de regras legais ou consensuais, num ambiente intensivo em competitividade, causa maior grau de incerteza.

Em estudos sobre trabalho informal, a denominação “informalidade” tem sido utilizada para representar os mais distintos fenômenos, quais sejam: sonegação e evasão fiscais, terceirização, estagiarização, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, assalariamento disfarçado, comércio de rua, trabalho ambulante, prestação de serviços, trabalho autônomo, microempresas, entre outros.

Nos últimos anos diversos autores da Sociologia do Trabalho têm feito um esforço para esclarecer teórica e empiricamente o fenômeno da informalidade. Em recente trabalho é apresentada uma revisão teórica em que vários autores, preocupados com esta temática (CACCIAMALI, 1991; 2000), lançam uma luz sobre o debate atual, apontando, pelo menos, três formas de conceituação mais claras e complementares: o setor informal, a economia submersa e, por último, uma conceituação que garanta a união ou complementação dos dois conceitos anteriores.

Faremos uma revisão bibliográfica do conceito de informalidade ou trabalho informal usando, como suporte, alguns dos trabalhos dos autores listados acima. O termo “informal” tem seu primeiro aparecimento numa pesquisa sobre a estrutura do emprego nos países em desenvolvimento realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final dos anos 1960, que o apresenta ligado à economia e às relações de trabalho.

A pesquisa realizada pela OIT foi feita primeiramente no Quênia. Neste país, foi constatado que o processo rápido de industrialização tinha gerado inúmeras e variadas atividades que não podiam ser classificadas como tradicionais. Mas, mesmo sendo consideradas modernas, estas atividades possuíam características singulares, ou seja, não se organizavam com base no assalariamento e o seu nível de renda estava muito distante dos setores mais modernos da economia, o que aproximava estas atividades dos setores mais tradicionais (CACCIAMALI, 1991). Estas atividades eram o chamado setor informal, que:

era consequência do excedente da mão-de-obra resultante do elevado crescimento demográfico, que produziu um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos (AMARAL *et al*, 2000).

A economia continuava sendo analisada de forma dual, só que, substituindo a denominação e a forma de análise de moderno x tradicional, para formal x informal. Assim, Cacciamali (1991: 123) agrupa os critérios usados pela OIT para definir o setor formal e informal:

- Setor Formal:

defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atua em mercado protegidos através de tarifas, quotas etc. (CACCIAMALI, 1991: 123).

- Setor Informal:

há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados(CACCIAMALI, 1991: 123).

A OIT lançou, em 1969, o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), cujo principal objetivo era avaliar os efeitos sobre emprego e distribuição de renda dos modelos de rápido crescimento econômico adotados pelos países subdesenvolvidos, retardatários no processo de industrialização. O diagnóstico da OIT apontava que o padrão de desenvolvimento adotado por estes países, sustentado num sistema de substituição de importações, provocou uma industrialização com uma insuficiente oferta de empregos para absorver toda a população economicamente ativa. A consequência disto foi o surgimento de um excedente de mão-de-obra que se apresentava sob a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala (CACCIAMALI, 2000).

O PREALC, dando continuidade aos conceitos formulados no âmbito da OIT, conservou basicamente o que estava expresso no Relatório do Quênia a respeito do

entendimento sobre “setor informal”: a) pequenas firmas de propriedade familiar; b) utilização de recursos locais; c) tecnologias trabalho-intensivas; d) baixa produtividade; e) atuação em mercados concorrenciais e não regulamentados; e f) aquisição de qualificações e padrões tecnológicos à margem dos circuitos oficiais. No entanto, o PREALC tentou contextualizar a questão da informalidade dentro da perspectiva do desenvolvimento (CEPAL).

A principal contribuição do estudo da OIT foi desenvolver uma tipologia alternativa que superasse as análises clássicas das economias dos países em desenvolvimento que sempre analisavam as estruturas de produção, de emprego e renda daqueles países sob um modelo operacional dual e estático que dividia a economia em dois setores: moderno e tradicional. O novo modelo teórico continuava dividindo a economia em dois setores, mas agora em setor formal e informal. Mas qual foi a superação real deste modelo de análise para o clássico?

Este estudo da OIT foi fundamental, como se pôde ver, para delimitar o início de uma conceituação mais precisa para se definir os setores formal e informal. No entanto, o que se pode observar é que, ao absorver estes estudos, a literatura especializada não conseguiu obedecer a uma elaboração conceitual e empírica com qualquer rigor ou homogeneidade. Com isso, surgiram diversas dúvidas e críticas com relação às abordagens sobre a informalidade que podem ser agrupadas em dois blocos básicos.

A primeira crítica refere-se ao fato de que os estudos derivados dos trabalhos da OIT continuam dividindo a economia em dois setores (formal e informal). Esta visão tem sido considerada por demais simplista pelos diversos autores da Sociologia do Trabalho que dão demonstração de preocupação com esta temática, já que não consegue dar conta da complexidade real das estruturas de produção e emprego, principalmente em se tratando da economia de países subdesenvolvidos.

A segunda crítica se refere ao fato de que a maioria das abordagens sobre o tema continuou, assim como as análises tradicionais, a tratar a economia de uma maneira dual e estática, considerando o setor formal completamente independente do informal. Como observa Cacciamali (1991), neste contexto, o trabalho informal passa a ser relacionado somente com os segmentos mais pobres da população ocupada, sem levar em conta a relação destes trabalhadores com os meios de produção, ou seja, não se atentando às

formas de inserção dos trabalhadores na produção nem às formas de organização do estabelecimento produtivo. Deste modo, estes estudos concluíam sempre que o desenvolvimento e o crescimento econômico tenderiam a levar ao desaparecimento das atividades informais.

Buscando superar tais visões, Francisco de Oliveira (2003) critica o que ele denomina de *razão dualista* e propõe um modelo que ajuda a perceber a dialética existente entre a lógica de acumulação e reprodução do capitalismo no caso brasileiro, especialmente no que tange ao desenvolvimento desigual:

A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, 2003: 44).

A partir de tal processo, surge no país a *Questão regional Nordestina*, entendida como a consolidação da região Centro-Sul do país como espaço irradiador de capital, região de crescimento, desenvolvimento e modernizações, concentrando os setores mais dinâmicos da economia. O Nordeste passa a assumir dentro do sistema capitalista nacional a função de fornecedor de mão-de-obra e de matéria-prima para as indústrias do Sudeste (OLIVEIRA, 2003).

No que concerne ao nosso estudo, observamos o fenômeno da informalidade a partir de um prisma dinâmico no contexto de acumulação do capital. Somente na metade dos anos 1970 alguns autores procuraram superar as dificuldades encontradas na primeira fase de utilização do conceito de setor informal. Esta visão sobre o informal como setor independente do formal, dentro de um modelo de acumulação capitalista, não conseguiu sobreviver por muito tempo. Assim, desenvolveu-se uma nova abordagem, mais preocupada em conceituar a informalidade a partir da definição da relação dos trabalhadores com os meios e instrumentos de produção.

Com isso, o setor informal passou a ser tratado por alguns pesquisadores como aquele constituído pelas atividades em que o produtor direto dos bens e/ou serviços é o possuidor dos meios de trabalho, podendo trabalhar sozinho ou com a ajuda de familiares ou outros sujeitos. Nesta nova visão, o modelo de produção capitalista tem uma relação intersticial e subordinada ao setor tipicamente formal. Esse novo enfoque rompe com a visão dual e estática da economia, propondo que são os próprios movimentos e a dinâmica da lógica das atividades capitalistas que, além de produzir e reproduzir as condições de existência e reprodução de atividades formais, propiciam o surgimento, produção e reprodução de espaços produtivos que podem ser ocupados e explorados por atividades do setor informal. Setor que é representado por atividades não capitalistas que, por outro lado, se cruzam com as atividades consideradas capitalistas que se inserem no âmbito do setor formal. Segundo Cacciamali (1991), estes dois setores formam um sistema equilibrado, em que pode ocorrer um fluxo de renda e mão de obra do setor formal para o informal. O setor informal aparece como uma espécie de absorvedor de recursos, mantendo um permanente exército de reservas, sempre disponível para as necessidades do setor formal.

Estariam no setor formal, todos os trabalhadores assalariados (com ou sem carteira assinada, públicos e privados) e empregadores. Pertenceriam ao setor informal e seriam produtores informais típicos os trabalhadores autônomos ou por conta própria, empregados domésticos e trabalhadores familiares, donos de negócio familiar e pequenos produtores.

Amaral *et al.* (2000) aponta que é possível agregar ainda ao conjunto de trabalhadores do setor informal aquelas pessoas pertencentes a PEA que sejam classificadas como desempregadas, mas que estejam exercendo alguma atividade precária ou, também, aquelas que são inativas mas exercem alguma atividade excepcionalmente.

É importante ressaltar que esta nova forma de analisar a informalidade ainda a concebe como setor ou segmento da economia, possuindo certas características específicas na sua estrutura e dinâmica de funcionamento, distintas daquelas presentes no setor formal, tipicamente capitalista (AMARAL *et al.*, 2000).

Com relação à estrutura, por exemplo, o trabalhador típico da informalidade se insere na economia, fundamentalmente, através do mercado de produtos e serviços e não pelo mercado de trabalho, como ocorre nas atividades capitalistas (BORGES *et al*, 1999). Com relação à dinâmica de funcionamento do setor informal, não se percebe a possibilidade de acumulação com a renda que a atividade possa produzir. O que é produzido possibilita, em primeira instância, a reprodução do produtor e sua família e, em seguida, a manutenção/reprodução da atividade (CACCIAMALI, 1991).

Mas sob tais condições, a questão da informalidade se apresenta como um fenômeno típico dos países periféricos. Nos países centrais, vigia nesse período os chamados “anos dourados” da era fordista.

### **Sobre o fordismo e o fordismo periférico**

O modelo de produção denominado *fordista* surgiu por volta dos primeiros anos do século XX. Segundo David Harvey,

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan (HARVEY, 1992: 121).

As ideias de Taylor, por sua vez, já tinham sido publicadas havia mais ou menos três anos, ou seja, em 1911. Os dois modelos (taylorismo/fordismo), conjugados, tinham por objetivo conseguir fazer com que o capitalismo superasse a crise por que vinha passando desde o final do século XIX. Nascidos no alvorecer do século XX, esses modelos de produção foram predominantes, pelo menos, durante três quartos do século em que surgiram. Fenômenos concomitantes e complementares, ambos inauguraram uma nova cultura do trabalho, que teve como ponto de partida a fábrica, mas que, posteriormente, se alastrou por outras instâncias da vida e fundou um novo modelo de sociedade.

A primeira Revolução Industrial orientou a transição da manufatura para a indústria moderna, ou seja, a era da maquinaria, das fábricas, da expansão do trabalho assalariado, marcando um período histórico, em que se fez necessária a adaptação do homem ao ritmo das máquinas. Posteriormente, inaugura-se um novo momento, marcado pelos modelos de acumulação rígidos: o Taylorismo e o Fordismo, que aprofundam a racionalização e implantam a linha de montagem, tornando-a mais previsível, controlável e planejável.

O surgimento do Taylorismo nos Estados Unidos provocou uma nova concepção produtiva e sistemática de organização do trabalho, em que as tarefas passaram a ser feitas de formas ritmadas e individuais pelos operários, eliminando as atividades em grupo e simplificando-as. Esse processo ampliou a produtividade e intensificou o controle sobre o trabalhador que passou a ser vigiado e, através de um marcador do tempo, o cronômetro, a cumprir a determinação do seu superior para realizar suas tarefas em uma limitada carga horária.

A linha de montagem, a racionalidade do trabalho e a tecnologia, efetivadas pelo fordismo, seguiram o mesmo caminho do taylorismo, elevando o grau de mecanização na realização das atividades e simplificando cada vez mais a autonomia dos operários que, por sua vez, passaram a ter uma mão-de-obra padronizada através da esteira que fixa o operário em seu devido posto sempre à espera do produto chegar até ele através da produção em série, culminando na produção em massa. Dimensionado em nível caricatural, o filme *Tempos Modernos* (1936) de Charles Chaplin representa essa relação do trabalhador do sistema fabril com o maquinário que o engole.

Taylorismo e fordismo não são modelos puros que se excluem ou se sucedem, mas que, pelo contrário, amalgamam-se numa relação de complementaridade, dando origem a um mesmo processo produtivo, como diz Antunes (1999). Para este autor, esse processo produtivo caracterizou-se pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica (ANTUNES, 1999: 37). Modelos que ao se conjugarem imprimiriam substancial aumento de produção; destituição das antigas formas

produtivas e eliminação do controle de conhecimento da produção do objeto em seu conjunto pelo trabalhador, a quem restou apenas a venda de sua mão-de-obra.

Deste modo, como formas de gerências científicas, estes modelos visavam a submeter, ainda mais, o trabalho ao capital. A essência deles residia no controle patronal sobre o trabalhador e sobre todo o processo de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, as taxas de lucro.

A convergência entre taylorismo e fordismo não quer dizer que, do ponto de vista conceitual, sejam a mesma coisa. Cada modelo apresenta características que lhe são singulares. Assim, o taylorismo pode ser definido como:

um método de organização científica do trabalho que, por meio de uma racionalização da produção pela eliminação de tempos gastos desnecessariamente e supressão de movimentos supérfluos, busca um aperfeiçoamento da divisão do trabalho no interior da fábrica (ARRUDA *apud* CARLEIAL; VALLE, 1997: 104).

De Masi (1999: 44) elenca os seis princípios constituintes do taylorismo:

A padronização dos produtos, dos processos e das necessidades; a especialização das competências e das funções; a sincronização dos horários; a centralização dos poderes e das informações; a concentração dos recursos, das atividades e das pessoas; a tendência ao gigantismo das corporações.

Este método possibilita ampliar a produtividade, ao mesmo tempo em que reforça o controle sobre o trabalhador. Seu emblema característico é o cronômetro, rígido marcador do tempo, necessário para a realização de cada tarefa, e ao qual o trabalhador passa a se submeter.

O fordismo, por sua vez, consiste em introduzir a chamada linha de montagem, processo que “permite que o trabalho se desloque até o operário em vez de o operário ir ao encontro do trabalho” (ARRUDA *apud* CARLEIAL; VALLE, 1997: 108). Este modelo de produção certamente se valerá dos princípios do taylorismo, aperfeiçoando-

os e pondo-os em prática. Tal método disciplina o trabalhador, impondo-lhe o ritmo de trabalho desejado pelo patrão, além de eliminar os tempos mortos como, por exemplo, o tempo de deslocamento do operário até o objeto de trabalho. A marca característica deste modelo é a produção em série de produtos homogêneos – produção em massa.

Ambos, de toda forma, tinham como objetivo a superação da crise do capitalismo desde o final do século XIX, possibilitando o aumento da produção, o controle do patrão sobre o trabalhador e, sobretudo, o aumento das taxas de lucro.

O fordismo, que nos países centrais visava obter produção e consumo em massa, se expandiu também para a América Latina, inclusive para o Brasil, onde tinha como objetivo completar a industrialização de maneira a solucionar os problemas ocorridos no interior do sistema produtivo com a política de substituição de importações, a qual permitiu um processo de industrialização baseado nos segmentos menos intensivos em capital. Esse período coincidiu com o aumento desordenado do êxodo rural, contribuindo para o aumento do desemprego na zona urbana e, por consequência, para a emergência da “alternativa” da informalidade enquanto contributo mantenedor do sistema capitalista regular.

Esse contexto foi marcado pelo desenvolvimentismo em que o Brasil assume um papel de economia complementar ao processo de acumulação e centralização dos capitais nos países centrais. Nesse sentido, a evidente desigualdade de que se reveste o desenvolvimento do capitalismo no Brasil resulta mais de uma base capitalista de acumulação razoavelmente pobre, para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, do que da existência de uma realidade marcada pela dicotomia entre o “atrasado” e o “moderno”. Nos termos de Oliveira (2003), essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer mudança de sistema ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que a expansão do capitalismo no Brasil se dá através da introdução de relações novas no arcaico e da reprodução de relações arcaicas no novo; um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo.

Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema, em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, a permanência dele mesmo. Desta feita, o sistema caminhou de forma inexorável para uma concentração de renda e do poder, de maneira que as tentativas de intenção corretiva ou redistributivista – na visão de alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir, nos termos de Francisco de Oliveira (2003).

O economista francês Lipietz (1988: 97) caracteriza o “fordismo periférico” como: “Fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis”.

Após alguns sucessos iniciais, o modelo de industrialização fordista na periferia centrado na adoção parcial e frequentemente ilusória do modelo central de produção e de consumo, ainda que sem a adoção das correspondentes relações sociais mostrou-se, com efeito, incapaz de inserir-se no “círculo virtuoso” do fordismo central. De acordo com Lipietz: “nesse fracasso a responsabilidade da ‘dependência’, que é real, é muito mais imediata do que afirma os *slogans* vingativo” (LIPIETZ, 1988).

O elo que falta deve ser procurado, antes de qualquer coisa, na estrutura social interna – consolidada pela manutenção de uma distribuição muito desigual da renda no setor de exportação de matérias-primas e pelo fracasso redistributivo das reformas agrárias – e na incapacidade de ampliar o setor manufatureiro e de realizar a integração entre o consumo popular e o regime de acumulação. A existência do centro pesa, sobretudo (além das marcas de colonização na estrutura social interna), em função do sucesso de sua própria “autocentragem”. Nas palavras de Lipietz (1988: 309-311):

a difusão do regime de acumulação intensiva amplia, pelo menos nessa época, as diferenças de competitividade entre o centro e a periferia, excluindo esta última do comércio internacional e bens manufaturados. E, no entanto, é em razão mesmo desse sucesso que o

centro irradia seu modelo de produção e suas normas de consumo, levando a substituição de importação a uma armadilha mimética.

Ainda na trilha do raciocínio apresentado por Lipietz (1988: 332):

O desenvolvimento do “fordismo periférico” opera em uma escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a “pontos” em um espaço mundial discreto, enquanto o desdobramento dos circuitos de ramos fordistas nos territórios do centro visa, ao contrário, adaptar-se às nuances do tecido social espacializado.

Nesse sentido, o capital, a partir de suas demandas e de acordo com o contexto que se evidencia, desenvolve novas estratégias a fim de assegurar sua sustentabilidade. O exemplo clássico foi a substituição da produção em série e de massa, característica do período Taylorista /Fordista, quando não foram mais suficientes as suas demandas.

Desse modo, nesse período, era preciso reestruturar sem alterar os pilares do modo de produção capitalista, “racionalizar ao máximo as operações feitas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração” (ANTUNES, 1999: 37).

### **A crise do fordismo e o surgimento da informalidade como ilegalidade**

De acordo com Antunes, o fordismo começa a mostrar sinais de esgotamento já a partir do final dos anos 1960 (ANTUNES, 1999). Este fato, certamente, seria um indicativo de que uma nova crise do sistema capitalista não tardaria a se manifestar, como de fato ocorreu, já nos primeiros anos da década de 1970.

Na base dessa nova fase da crise do capital, podem ser identificados três aspectos centrais:

1 O acirramento da concorrência intercapitalista dos grupos monopolistas dos países centrais, em virtude do processo de globalização que engendra nova dinâmica ao processo concorrencial;

2 O rompimento da classe trabalhadora com o compromisso fordista/taylorista, incapaz de satisfazer os anseios da nova geração de trabalhadores que não estavam, como os trabalhadores da geração anterior, dispostos a continuar submetidos a um regime de trabalho despótico, em troca, apenas, de um suposto maior poder de compra dos salários, além do fato de que o modelo não mais permitia condições de aumento do lucro, como esperavam os capitalistas;

3 A crise do modelo de Estado do bem-estar social, o *Welfare State*, característico dos países do continente europeu, após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, em virtude dos três aspectos acima relacionados, sobretudo o que diz respeito ao acirramento da concorrência entre os grupos monopolistas, era preciso buscar novas formas de manter ou aumentar a produção sem, entretanto, aumentar os custos. Porém, sob os modelos de produção fordista/taylorista e do Estado do bem-estar social, o *Welfare State*, essa meta seria praticamente impossível, uma vez que, no que se refere ao fordismo, à classe trabalhadora, organizada em sindicatos fortes e combativos, possuía grande poder de barganha, garantindo para si, desta forma, relativamente, bons salários. No que se refere ao *Welfare State*, neste modelo de Estado o trabalho se encontrava fortemente regulado e o trabalhador protegido, o que significava, na visão dos capitalistas, um elevado custo dos encargos sociais relativos ao emprego. Conseqüentemente, na lógica capitalista, tanto os salários mais altos quanto os encargos sociais do emprego, são fatores que implicam na redução da margem de lucro das empresas.

Na década de 1970, uma nova crise do sistema capitalista já era notada e o processo de globalização, a insatisfação dos trabalhadores e a crise do modelo de Estado do bem-estar social, o *Welfare State*, fizeram com que fosse desenvolvida uma nova estratégia de aumentar – ou pelo menos de manter – a produção dentro da lógica capitalista. Surgiram, então, os modelos de produção flexíveis, sobretudo na Europa, Ásia e EUA, que inovaram a organização do trabalho, considerando a subjetividade do trabalhador como elemento importante para gerar o aumento da produtividade. A

abolição da linha de montagem era visível e voltava à coletividade, à polivalência das funções e, claro, à flexibilidade.

Segundo Antunes (1999: 47-48), em resposta à crise estrutural estabelecida pelo sistema capitalista de produção:

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o 'toyotismo' ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural.

No final dos anos 70, com a crise do padrão fordista e a implementação do processo de reestruturação produtiva, num quadro de desaceleração das economias, de altas taxas de desemprego e de aumento da inflação, entre outros elementos, surge um novo conceito e uma nova forma de se abordar a informalidade, particularmente nos países industrializados: a informalidade baseada na ideia de ilegalidade, ou seja, associada a diversas atividades que desrespeitam regras e normas de todo tipo, como a própria legislação trabalhista, pagamento de tributos e impostos, regulações sanitárias, entre outras que são, de alguma maneira, aceitas socialmente (DRUCK, 2000).

Este conceito foi emergindo com as ações ilegais de algumas empresas tipicamente fordistas que, diante de uma situação de forte regulação do Estado e de uma carga tributária alta, passaram a subcontratar empregados, fugindo aos moldes legais e desrespeitando normas, como as legislações trabalhistas. Estas haviam sido conquistas do período do pós-guerra, nos países capitalistas centrais, quando foi possível, com uma expansão das atividades capitalistas, o estabelecimento de um pacto social que favoreceu a criação de empregos assalariados, tanto no setor público quanto no privado, o que possibilitou, ao mesmo tempo, o estabelecimento de relações de trabalho pautadas em leis que garantiam a seguridade social e a cobertura legal dos trabalhadores.

A partir dos anos 70, com a crise do fordismo e do Estado de Bem Estar Social, bem como o seu enfrentamento e com a implementação dos processos de reestruturação produtiva e a aplicação das políticas neoliberais, pôde-se observar uma adoção aberta da implementação de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nestes países. Cresce com isso o número de trabalhadores socialmente desprotegidos.

Como o que define a informalidade sob este conceito é a ilegalidade, o trabalhador informal não é somente e necessariamente o trabalhador autônomo, possuidor dos meios de trabalho e que pode ser auxiliado por familiares ou outros ajudantes, para ser trabalhador informal, basta ser ilegal, não regulado (DRUCK, 2000). Com isso, o assalariado também “vira” informal, basta estar em situação ilegal, subcontratado, sem carteira assinada. Nesta conceituação não é possível nem mesmo distinguir/separar setores na economia. O trabalhador informal estaria, como um assalariado sem carteira assinada, presente, tanto no setor tido como tipicamente formal (uma grande empresa capitalista), como em atividades e empresas não registradas, se inserindo, então, na estrutura produtiva, através do mercado de trabalho e do mercado de produtos.

## CAPÍTULO II – INFORMALIDADE COMO QUESTÃO ATUAL

### A emergência do paradigma flexível

Como resposta à crise estrutural do sistema capitalista de produção se estabeleceu um novo processo de reestruturação produtiva, com o que se inaugurou a era dos chamados modelos flexíveis de produção ou modelos de acumulação flexíveis. Assim, para fazer frente a essa nova onda de crise do sistema capitalista, o capital deflagrou várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Surge, então, o trabalho multifuncional, polivalente e flexível, vinculado a novas demandas do mercado, que combinam de modo inovador práticas que o capital já experimentara no passado.

A empresa baseada no modelo toyotista organiza-se de forma horizontal (ou quase-vertical), passando por profundo processo de subcontratação e terceirização de atividade-meio. A terceirização é um processo definitivo de extinção de setores da empresa, com o objetivo de redução de custos. Pela terceirização, uma parte da empresa é desativada e o resultado desse setor é adquirido de outra empresa que se forma ou já existe com tal fim. O setor da empresa que é objeto da terceirização pode ser produtivo ou não, ou seja, pode ser um setor que produz certos bens materiais ou que produz certos serviços. Tal processo reveste-se de profunda perversidade, que só tem contribuído para a precarização das relações de trabalho e para o agravamento da situação social do trabalhador e da crise no mundo do trabalho.

Processo que compreende todo um conjunto de experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política que toma forma, sendo acompanhado, sobretudo, pelo aumento do desemprego estrutural, pela rápida destruição e reconstrução de habilidades, por alguns ganhos modestos de salários reais para alguns

setores e pelo retrocesso do poder sindical (talvez, a grande coluna política do período fordista) (HARVEY, 1992: 141).

Dentre as diversas manifestações de modelos de acumulação flexíveis, nos EUA, na Europa (Itália) e na Ásia, destacava-se o modelo japonês, originado da fábrica da Toyota e que, por isto mesmo, levou o nome de toyotismo. Os novos modelos flexíveis, especialmente o toyotismo, apresentavam os seguintes elementos elencados por Castells (2006: 178): sistema de fornecimento Kan-ban (ou *just in time*) (...); controle de qualidade total dos produtos ao longo do processo produtivo, (...); envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe; iniciativa descentralizada; maior autonomia para a tomada de decisão no chão da fábrica; recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia horizontal, com poucos símbolos de *status* na vida diária da empresa.

Esses modelos de produção flexíveis estão intimamente ancorados na tecnologia, de forma especial na microeletrônica e em outras formas de tecnologias da informação. Neste sentido, dada a atual importância das tecnologias da informação no mundo moderno, Lojkine afirma que estamos, hoje, vivendo um período de “revolução informacional”:

Fala-se muito hoje em dia das mutações tecnológicas, das novas tecnologias da informação, da revolução informática, de uma segunda revolução industrial, da automação etc. De minha parte, falo de uma revolução informacional (LOJKINE, 2002: 69).

Mas, as tecnologias, de um modo geral, devem ser entendidas mais como um instrumento dinamizador do processo de reestruturação produtiva do que como sua causa. Castells faz questão de enfatizar este aspecto, pois, às vezes, somos tentados a concluir que a tecnologia é que engendra o processo de reestruturação produtiva de forma unilateral, ao invés de percebermos que, na verdade, trata-se de uma implicação mútua, uma correlação, em que a reestruturação produtiva, por sua vez, estimula o desenvolvimento tecnológico, ao passo que este se torna seu principal elemento dinamizador.

Vale salientar, sobre este aspecto, que a tecnologia não é, em si, algo perverso. Se ela tem tirado o emprego do trabalhador, é porque está orientada para isto. Logo, perverso mesmo é o sistema e sua lógica de acumulação a todo custo, que, assim orientados pelos agentes sociais, valem-se de todos os meios possíveis com vistas a acumular mais e mais riquezas. Moralmente, nada impede que a tecnologia seja orientada para outro fim que não a acumulação do capital.

Há, ainda, uma questão interessante a ser discutida, no que se refere à “transição” dos ditos modelos rígidos para os modelos flexíveis. Alguns autores, como o próprio Antunes, consideram a ascensão dos modelos de acumulação flexíveis como que alternativos aos modelos precedentes: taylorista/fordista. Sobre este ponto há vários autores discordantes, entre eles Ruy Braga, que considera que determinadas características do taylorismo e do fordismo foram mantidas e aproveitadas pelos modelos de acumulação flexíveis. Daí o autor dizer que certos aspectos desses dois modelos podem muito bem sobreviver a esse novo processo de reestruturação produtiva, porém, sob uma suposta nova configuração – a dos modelos de acumulação flexíveis (BRAGA, 2003). Assim, de acordo com esta posição, os modelos de produção flexíveis, em última instância, não constituem uma ruptura total com os modelos antecedentes (taylorismo e fordismo).

Esta é uma questão bastante polêmica e, embora não possamos nos deter por muito tempo analisando-a, é importante enfatizar a existência de três posições em debate no que diz respeito à passagem da produção de massa taylorista/fordista para os novos modelos de produção flexíveis. De acordo com Helena Hirata, são elas:

aquela que considera que já se deu uma ruptura e que já se está na era da ‘especialização flexível’, ou ‘pós-fordismo’; a que considera que esse eventual novo modelo ainda se encontra em gestação; e a que só vê, nesses modelos emergentes, formas neotayloristas, sem uma verdadeira descontinuidade vis-à-vis as antigas (HIRATA, 2002: 56).

Se, por um lado, concordamos que o deslocamento dos modelos taylorista e fordista para os modelos de produção flexíveis não constitui rigidamente um processo de descontinuidade, por outro, não há como negar que os modelos flexíveis representam

uma nova realidade, tanto no que tange à aplicação dos recursos tecnológicos e às novas formas de gerenciamento, quanto as suas consequências, não obstante danosas ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, aos seus principais agentes, os trabalhadores.

Essas mudanças no processo produtivo têm sua referência central na acumulação flexível, cujo esteio advém da “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992: 40). Essas mudanças repercutem na reprodução social – esfera do Estado –, que, com a implantação do neoliberalismo, passa a ser regida pela soberania do mercado. As modificações ocorridas pela diferenciação dos processos de trabalho na produção: fordismo, taylorismo e toyotismo, ou acumulação flexível, pressupõem, na ordem do capital, formas diferenciadas de exploração, culminando na acumulação flexível, cujas repercussões profundas afetam a “objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, e, portanto, a sua forma de ser” (ANTUNES, 1995: 15).

Ressalta-se, como consequência negativa de tais mudanças, para os trabalhadores, a ocorrência de considerável aumento do desemprego estrutural, ou seja, aquele tipo de desemprego que não é fruto de recessões ou depressões passageiras, mas que decorre da própria estrutura socioeconômica criada e mantida pelo sistema de produção capitalista globalizado. O desemprego estrutural, assim, tende a se estender por longos prazos.

Disto resulta, também, um radical processo de desestruturação do mercado de trabalho, mediante um procedimento de flexibilização que pode ser caracterizado por, pelo menos, três aspectos:

- a) A desregulamentação dos direitos trabalhistas;
- b) A precarização caracterizada pelo trabalho parcial, temporário e, sobretudo, pelo trabalho informal, exercido por aqueles que ficaram desempregados ou cuja renda é insuficiente para a manutenção da família;
- c) O enfraquecimento e/ou destruição do chamado sindicalismo de classe e sua troca ou conversão em um tipo de sindicalismo de empresa.

Assim, estas transformações político-econômicas, engendradas pela crise capitalista, refletem-se no mundo do trabalho, provocando nele verdadeiras

metamorfoses que podem ser expressas, dentre outras coisas, pelo processo de desregulamentação, precarização e desmobilização, politicamente falando, da “classe” trabalhadora, tornando-a ainda mais heterogênea, fragmentada e complexa.

As consequências desse processo de crise e reestruturação produtiva têm implicações diretas sobre a organização da vida social, sobretudo dos trabalhadores, tais como o desemprego estrutural, a flexibilização e a precarização do trabalho. Imposições que se apresentam hodiernamente para aqueles que se encontram em condições efetivas de produção e, idealisticamente, de ingresso no mercado de trabalho.

Da reestruturação do setor produtivo às novas tendências de flexibilização do sistema, surge um novo perfil de trabalhador, cuja subjetividade é forjada para colaborar, estar predisposto a aprender novos processos de trabalho, atento a prever e solucionar problemas, trabalhar em grupo, assumir responsabilidades individuais e grupais, disponível para realizar várias tarefas em diferentes postos de trabalho de acordo com a necessidade diária da empresa, sujeitando-se a mudanças de atribuições, fazendo nascer, enfim, o trabalhador multifuncional e polivalente. Esta nova configuração de um trabalhador “colaborador” muda significativamente a vida pessoal e profissional deste indivíduo.

O homem, para viver sob esta lógica, ou para construí-la e reproduzi-la deve ser diferente daquele tipo do homem fordista, deve se instaurar uma nova ética, uma nova relação com o tempo e uma nova mediação com o mundo para constituir identidades, já que a condição de assalariado passa a ser algo ultrapassado, desnecessário, inútil.

O trabalhador e o homem flexível devem gostar do risco, da incerteza, de tudo que dê uma sensação de liberdade frente à burocracia e à previsibilidade associadas ao antigo fordismo. Esta nova lógica flexível é representada pela descartabilidade de tudo, como temos no mercado de consumo, cada vez mais, variedades de produtos são lançados para logo perderem seu caráter de novidade e serem substituídos por algo mais novo. Isso acontece no nosso cotidiano, em lojas de informática quando pedimos um computador de última geração, e chegando em casa descobrimos que nosso computador que deveria ser de última geração acabara de ser superado por um novo lançamento do mercado, estando nossa aquisição obsoleta. Tudo ganha caráter de efemeridade no

mesmo ritmo da produção capitalista contemporânea, imprimindo aos bens produzidos o valor de descartáveis.

No mercado de trabalho não funciona de forma diferente, dado que as pessoas são contratadas e demitidas com muita facilidade. Aquele “velho” empregado que constituiu carreira na empresa e que recebe um salário alto além de todos os benefícios, é autodisciplinado e não consegue inovar, já que foi “criado” na rotina do fordismo, perde a utilidade que possuía no início do seu trabalho e, além disso, suas qualificações e conhecimentos são considerados ultrapassados e, por isso, deve ser descartado. Hipoteticamente, mas com possibilidade real, em seu lugar é aproveitado um jovem, dinâmico, criativo, interativo.

Portanto, as leis, estruturas e instituições são flexibilizadas e, de um modo geral, são reinventadas, ou mesmo destruídas. O mundo flexível ganha caráter e nome de pós-moderno. Assim, no mundo pós-moderno, tanto a ciência, quanto o senso comum passam a rejeitar as estruturas, os sistemas, as instituições ou qualquer coisa que represente algum caráter de estabilidade, coletividade ou que fuja da instantaneidade do presente. A desidentificação se impõe, a perda de sentimentos que enraízem o sujeito é a regra.

As empresas passam a ser privatizadas, desaparecem, fundem-se, são vendidas, e todo este processo é acompanhado de demissões, subcontratações e terceirizações. Segundo Castel (1998), três pontos aparecem como pilares para a cristalização deste novo regime. Primeiro, a *desestabilização dos estáveis*, ou seja, verifica-se que grande parte da classe operária e os assalariados de classe média estão perdendo seus empregos; segundo, a *instalação na precariedade*, que significa que estes trabalhadores que perdem seus empregos, perdem também toda a série de benefícios que a condição de assalariado lhes garantia, além de serem lançados na informalidade ou no desemprego; terceiro, verifica-se um *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, ou seja, há uma redução dos postos de trabalho e dos lugares possíveis onde as pessoas possam exercer alguma atividade que seja útil à sociedade e garanta algum reconhecimento público.

É assim que nasce o homem flexível, com suas formas de pensar e agir próprias e diferenciadas do homem fordista, do empregado assalariado. O trabalhador flexível

não pode ter certeza de nada, pois ter certeza sobre o futuro pode implicar em fraqueza, pode significar uma dificuldade de lidar com o risco e as incertezas do mercado, o que interessa é o presente, o aqui e agora imediato.

O trabalhador flexível não tem férias e não tem folga, trabalha por jornadas, recebe por trabalho realizado. Se não trabalha, não ganha, se não ganha, não consome, não come e não vive, normalmente também não tem salário, não tem emprego, está, portanto, excluído da sociedade salarial e do emprego fordista. O seu consumo passa a ser restrito àquilo que o seu ganho pela atividade realizada pode comprar. Para os mais precarizados dos trabalhadores flexíveis a situação é pior: não sabe quanto, nem quando vai ganhar e, quando está ganhando alguma coisa, não sabe durante quanto tempo esta remuneração pode durar, já que o trabalhador pode ser dispensado de sua atividade a qualquer momento. Esta lógica faz com que o trabalhador fique impossibilitado de programar seus gastos, de poupar um dinheiro e projetar o futuro para si e sua família. Cria, por outro, a sensação de autonomia e de controle de seu próprio tempo, condição que se propaga como ideal.

Observa-se que, o que acontece com estes trabalhadores de fato não é a questão de não saber programar seus gastos e despesas, é a lógica vivida por uma racionalidade exigida mediante a condição destes trabalhadores que aprendem a sobreviver com o incerto, imediato, sem descanso, sem possibilidades de acumular. Eles aprendem a manter e valorizar a relação com o tempo e o dinheiro de tal forma que possibilite uma sobrevivência e reprodução mínimas de um trabalhador.

O trabalhador flexível não tem identificação própria, pode ser qualquer coisa, multifuncional, assalariado, terceirizado, contratado ou simplesmente desempregado. É alguém que deve estar sempre pronto para fazer o que aparecer, hoje tem algo para fazer, amanhã tem que procurar outra coisa, tem que se adaptar, se reinventar, superar qualquer dificuldade, em qualquer função porque ele é flexível, e sendo assim, descartável. Ele precisa mostrar à sociedade que seu trabalho tem utilidade, que ele pode contribuir socialmente, tornando-se necessário para construção e solidificação do social.

O homem flexível parece não possuir, portanto, estruturas fixas com que possa construir uma identidade e um modo de ser fixo, ele vive sob uma lógica da reinvenção

contínua das instituições e, portanto, uma lógica na qual tem que reinventar suas práticas, atitudes e posturas diante das mais diversas situações.

Diante do sistema capitalista em que estamos inseridos, o homem flexível torna-se tão útil e necessário quanto qualquer outra forma de trabalho em favor do capital. O modelo de acumulação flexível, assim como o fordismo, também parece se constituir como um modelo, não só de gestão do trabalho, mas como um modelo de organização da sociedade.

Por isso, uma nova sociedade constitui e é constituída por um novo tipo de homem, este homem flexível para quem são eliminadas as projeções futuras garantidas, para quem a noção de carreira desaparece, as relações sociais se redefinem, os cálculos e o tipo de racionalidade parecem sofrer uma radicalização tremenda que invade todas as instâncias da vida.

Druck (2000) constata que, nos países periféricos, os processos de reestruturação produtiva, de globalização e de aplicação das políticas de estabilização econômica, com a intenção de atender aos interesses do capital internacional, redesenharam completamente os processos de organização e gestão do trabalho, introduzindo novas tecnologias, flexibilizando jornadas de trabalho e de emprego, provocando uma política de enxugamento do quadro das empresas, levando a economia do país a uma séria crise de desemprego estrutural. Além disso, com a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização de suas relações, elevaram-se as modalidades de inserção na produção que estão ligadas diretamente a modelos de produção não formais, como o trabalho clandestino, trabalho a domicílio, terceirização, quarteirização, comércio de rua, trabalhadores por conta própria e outros.

### **A nova informalidade se estabelece no contexto da flexibilização do trabalho**

Como consequência desse processo de flexibilização das relações de trabalho, tem-se a expansão e a intensificação do trabalho informal que, sob a lógica de um discurso transformador, propaga a alternância de função no processo produtivo, ou seja,

o empregado de hoje pode tornar-se o empregador de amanhã. Este processo, no entanto, tende a obscurecer as relações de exploração e marginalização a que são submetidos os trabalhadores que, movidos por um discurso utópico de tornar-se patrão, investem todos os seus bens e sua força de trabalho e de sua família, em busca da ideia de trabalho autônomo, livre e por conta própria.

O trabalho informal, aqui entendido no contexto da nova informalidade<sup>5</sup>, não está à margem do modo de produção capitalista, mas integrado e subordinado a este, participando do processo de acumulação. Desse modo, a informalidade é uma criação do capital, necessária a sua manutenção, que se propaga de acordo com o desenvolvimento da produção capitalista.

Convergimos, então, com Tavares (2004: 131), quando esta diz:

(...) afirmamos que certas ocupações executadas sob relações informais fazem parte do trabalho combinado, sem querer sugerir com isso um novo trabalhador coletivo, mas, apenas, a mais recente adequação da Organização da produção às exigências da valorização do valor.

Desta feita, os mecanismos de terceirização vêm contribuindo para essa adequação, na medida em que o trabalho informal assume nas atuais relações de produção, funções produtivas e improdutivas, estabelecendo uma interação entre o trabalho informal e a produção capitalista, moldado por um discurso moderno de nova forma de trabalho que se caracteriza pela natureza flexível (TAVARES, 2004).

Assim, o mercado informal não deve ser visto apenas como oposição ao mercado formal, mas como um movimento de valorização do capital que, neste momento, apresenta-se necessário as suas novas demandas, muito embora as novas possibilidades e estratégias modernizadoras venham contribuindo para que se tornem “invisíveis os fios com os quais o trabalho informal é articulado à produção capitalista” (TAVARES, 2004: 131). Consonante a isso os trabalhadores “sobrantes” já se espalham

---

<sup>5</sup> Refiro-me a Tavares em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*, que trata de atividades que estão subordinadas ao processo de produção capitalista e não apenas às atividades de sobrevivência, cuja expansão é recomendada pelas instituições financeiras internacionais.

para além da clandestinidade e contratação de provisoriedade interna ao mercado formal, expelidos para as fronteiras que os excluem em sendo incluídos.

Para esta autora, a propagação em defesa da organização voluntária do trabalho tende a reforçar as possibilidades de liberdade e o discurso de autonomia, fomentando a ideia de que o pequeno proprietário pode ser o dono de suas decisões, podendo até passar de uma classe para outra, saindo de uma condição desfavorável para uma situação mais favorecida. Porém, esse discurso não teria tamanha aceitação e poder de convencimento se fosse divulgado que metade desses negócios não atingisse um ano de vida e apenas um em cada dez conseguisse se desenvolver, quando subordinado ao movimento do capital.

E mais,

(...) essas determinações do mercado subordinam a existência dos membros dispersos pela divisão do trabalho a uma dependência coisificada, cujas decisões singulares estão submetidas à lógica do capital. Sob essa ótica, questionamos a autonomia atribuída às atividades informais (TAVARES, 2004: 138).

Assim, a nova conjuntura vem se caracterizando como a era do trabalho informal, ou, como afirma Antunes (1999: 119), o capital necessita “cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time* (...)”.

Amaral (*et al*, 2000) aponta que nos países subdesenvolvidos, o fato de um Estado de Bem Estar Social e de um sistema de produção fordista não terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o conceito, sempre foi real, mas que, a partir dos anos 90, com a aplicação dos programas de liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva, observou-se uma ampliação da informalidade, decorrente da transferência de trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais. Isso deu origem ao que se tem denominado de *nova informalidade*, o objeto de estudo desta pesquisa.

Segundo Druck (2000), a nova informalidade, fruto direto do processo de reestruturação produtiva, pode se apresentar, do ponto de vista da estrutura econômica, como um conjunto de “novas formas de atividades informais” ou como uma destruição, redefinição e reprodução de velhas/tradicionais atividades. Ainda segundo Druck (2000), do ponto de vista dos sujeitos, esta nova informalidade pode ser identificada em um conjunto de novos trabalhadores portadores de alguma experiência acumulada em atividades formais, que podem se inserir tanto nas velhas quanto nas novas atividades.

Por fim, tomando como ponto de partida o processo de acumulação global do Capitalismo em nível mundial, analisando suas transformações, crises e reestruturações, interpretando seus efeitos sobre as formas de organização da produção, do trabalho assalariado, e tantas outras formas de inserção dos homens nas estruturas e dinâmicas produtivas, faz-se necessário, ainda, aprofundar a noção de informalidade. Conforme Cacciamali (2000), pressupõe-se que a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade, no novo contexto da economia mundial, são frutos de três elementos: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias; a desregulamentação dos mercados. Conceitos como setor informal ou economia submersa não são adequados, sozinhos, para uma análise mais profunda e precisa da realidade social produzida pelas práticas de sobrevivência e reprodução, impostas pelo Capitalismo mundial. Deve-se buscar complementá-los a partir de uma composição entre ambos.

Primeiramente, será mostrado que a partir da articulação entre estes dois conceitos tem-se o que Cacciamali (2000) chama de “processo de informalidade”, ou seja, uma aproximação daquelas atividades tipicamente formais às condições de insegurança, instabilidade e precariedade das atividades informais. Não há, neste sentido, a divisão deste fenômeno em setores distintos. O termo informal, portanto refere-se:

à análise de um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições (CACCIAMALI, 2000).

Mudanças político-econômicas estruturais, como o processo de reestruturação produtiva, levam a uma reconfiguração do modo de exploração do trabalho pelo capital, provocando uma redefinição de processos de gestão de empresas, um enxugamento de quadros e todo um conjunto de práticas (demissões, terceirização, subcontratação, estagiarização) para a redução de custos e diminuição de encargos trabalhistas. Todas estas mudanças têm um impacto violento sobre o mercado de trabalho como um todo, fazendo surgir aquilo que Cacciamali chama de processo de informalidade. A autora conclui:

Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento (CACCIAMALI, 2000).

Formas tradicionais de trabalhos informais são mantidas, produzidas, reproduzidas e alimentadas, ao lado do surgimento de um conjunto de novas atividades também informais, precarizadas, não só nas ruas, mas também dentro das pequenas e grandes indústrias, lugar por excelência do chamado trabalho formal com carteira assinada e garantias sociais.

Amaral (*et al*, 2000) também entende que se pode considerar a informalidade a partir da junção dos dois conceitos apresentados anteriormente, setor informal e economia submersa. Assim, como na análise de Cacciamali, pode-se articular numa só categoria de análise os critérios da ilegalidade das atividades e da relação dos produtores com os instrumentos e meios de produção para se definir o que é informalidade. Neste caso, seriam informais:

tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada) (AMARAL *et al*, 2000: 05).

O autor conclui que a informalidade se identifica com todas as formas de relações de trabalho não fordistas. As atividades formais seriam aquelas tipicamente fordistas, ou seja, aquelas onde existe o assalariamento regulamentado.

Do ponto de vista da operacionalização empírica do conceito, Amaral (*et al*, 2000) aponta que os trabalhadores informais são aqueles que exercem atividades não fordistas, ou seja, atividades capitalistas não registradas e atividades não capitalistas, sendo eles, portanto: trabalhador familiar, dono de negócio familiar, empregado doméstico, assalariado sem carteira, trabalhador autônomo, parte dos empregadores, desempregado oculto por trabalho precário e inativo com trabalho excepcional. Tanto na noção de *processo de informalidade* como na de *trabalhadores não fordistas*, a utilização da ideia de um setor informal também não faz sentido, já que os trabalhadores estão inseridos no aparelho produtivo tanto nos mercados de bens de serviços e produtos, como no mercado de trabalho. Isto acontece porque o foco do estudo desta conceituação é o trabalho e os trabalhadores e não a dinâmica econômica.

Assim, neste trabalho serão considerados estes dois últimos conceitos, como definidores da informalidade, abarcando, tanto as formas de produção tipicamente não capitalistas (trabalhadores autônomos/por conta própria, vendedores ambulantes, trabalhadores detentores dos meios de produção, entre outros), sendo elas legais ou ilegais, como as formas de relações de trabalho não registradas, mesmo sendo elas tipicamente capitalistas (terceirizados, subcontratados, assalariados disfarçados, entre outros.). Acredita-se que esta conceituação permitirá uma análise mais cuidadosa que não deixará de fora nenhum segmento desses trabalhadores informais, ressaltando que, em se tratando de nosso trabalho, a utilizamos para abordar um fenômeno específico, os “flanelinhas”, que associamos a uma informalidade específica, marcada por altos níveis de precarização.

Vale ressaltar que sob esta perspectiva, a informalidade e todo conjunto de atividades informais, mesmo aquelas consideradas como possuidoras de características

não capitalistas, estão subordinadas à lógica do capital, seja sob a forma de conservação e/ou ampliação de um exército industrial de reserva, seja sob o fato de que o escoamento das mercadorias e serviços destas atividades informais está intimamente subordinado à capacidade de compra de uma população assalariada. Assim, a informalidade e o mercado informal estão subordinados à lógica da acumulação capitalista por duas vias complementares: primeiro, alimentando o capital através da sua existência enquanto exército de reserva, participando ativamente da reprodução da força de trabalho disponível; segundo, sendo alimentado pelo capital, já que são as pessoas diretamente exploradas pelo capital, os assalariados, que consomem as mercadorias e serviços produzidos pelo mercado informal, possibilitando desta forma seu escoamento e circulação.

A relevância atual da temática da informalidade encontra-se nas correlações entre os processos de flexibilização das relações de trabalho, em curso nas últimas décadas, e o fenômeno da nova informalidade, tendências e correlações essas que tendem, certamente, a aprofundarem-se a partir da atual crise econômico-financeiro mundial (OLIVEIRA, 2009).

Para uma perspectiva mais crítica, a existência do trabalho informal não pode ser dissociada das estratégias de acumulação de capital, estabelecidas a partir do grande capital, no sentido de se beneficiar do uso de formas de trabalho *não típicas* ao padrão capitalista (OLIVEIRA, 2009). Tal seria o resultado de uma relação dinâmica entre as diversas estratégias de acumulação.

No que se refere ao Brasil, os anos 1990 foram particularmente importantes para produzir uma inflexão histórica. Até aquele momento o processo de industrialização, mesmo que tardio e “fordista periférico”, vinha propiciando um crescimento sistemático dos níveis de formalização da economia e das relações de trabalho. Mas a partir das novas condições da dinâmica social e produtiva que se estabeleceram no país, com a reestruturação produtiva e a adoção de políticas desregulamentadoras do mercado de trabalho, passou a predominar um processo de formalização.

A sensação de incapacidade e impotência que permeia a mente do indivíduo que se encontra desempregado provoca efeitos psicológicos profundamente negativos, evidenciando que a impossibilidade de trabalhar, de não se encontrar dentro dos padrões

convencionais do trabalho, transfere para as pessoas que se encontram fora desse contexto a sensação de que esse privilégio não faz parte do seu cotidiano.

A condição de excluído socialmente, a falta de oportunidades de inclusão no trabalho formal, o desemprego estrutural e o crescimento da informalidade têm contribuído para a desestruturação socioeconômica de uma grande parte da população, que vive penalizada em virtude da limitação encontrada atualmente no mercado de trabalho.

Pochmann (2006) analisa as consequências desta reestruturação do capital para a população ocupada, demonstrando que os impactos para o mundo do trabalho são a desregulamentação das relações de trabalho, o retrocesso nos ganhos sociais, o aumento das vagas no setor terciário, o esvaziamento absoluto dos empregos nos setores primário e secundário e o surgimento de altas taxas de desemprego. Druck (2000) também aponta que a implementação do processo de reestruturação produtiva tem provocado uma crise de desemprego estrutural em toda economia mundial, além “de um aumento da precarização do trabalho e do emprego, com crescimento das atividades não regulamentadas (...) e do trabalho por conta própria” (DRUCK, 2000). Esta análise mostra uma realidade enfrentada não só pelos países centrais do capitalismo mundial, mas principalmente pelos países periféricos, com o agravante de que, nos últimos, nunca chegou a se desenvolver um modelo de capitalismo de *welfare state*, como ocorreu nos países centrais.

As mudanças estruturais e econômicas, como o processo de reestruturação produtiva, levam a uma reconfiguração do modo de exploração do trabalho pelo capital agravando o processo de informalidade, onde formas tradicionais de trabalhos informais são produzidas e reproduzidas, ao mesmo tempo em que vão surgindo novas atividades precarizadas nas ruas das diversas cidades brasileiras, como afirma Cacciari:

Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a

constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento (CACCIAMALI, 2000).

O desemprego estrutural tem sido considerado a causa principal do crescimento do trabalho informal no Brasil e, apesar de não ser o único, é a partir dele que novos quadros de informalidade se estabelecem como estratégias de sobrevivência para os excluídos do mercado formal de trabalho.

Eduardo G. Noronha diz que:

Nos anos de 1960 e 1970, o mercado de trabalho no Brasil já se mostrava dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, com uma categoria de trabalhadores subempregados e mal incorporados a este mercado – Há, portanto, uma ruptura nos processos de formalização do trabalho e, conseqüentemente, emerge o processo de ‘informalidade’ (NORONHA, 2003: 113).

A sociedade brasileira se pauta historicamente em um dos piores níveis de distribuição de renda do mundo<sup>6</sup>. Neste contexto, o desmanche de instituições regulatórias, nos anos 1990, provocou a desintegração de toda a textura social, alimentando o setor informal e o conflito entre as classes do capital e as do trabalho.

Mesmo nos países capitalistas centrais, a emergência do desemprego em massa e da precarização do trabalho na década de 1970 fizeram surgir os “inúteis para o mundo”, os “supranumerários” diante das alterações econômicas e sociais. Em um contexto de desemprego aberto e da diminuição do emprego industrial, é que se multiplicam indivíduos que ocupam a posição de “inempregáveis” e de “supranumerários”. No aprofundamento da compreensão deste “tipo social” contemporâneo é válida a elaboração de Castel:

---

<sup>6</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o país com a mais injusta distribuição de riquezas do mundo.

Os supranumerários nem sequer são explorados, são sobrantes, não são integrados, pois para isso teriam que possuir competências em valores sociais, teriam que estar inseridos em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade (CASTEL, 1998: 33).

No que se refere ao Brasil, segundo Francisco de Oliveira, analisando o contexto que aqui se estabeleceu na década de 1990:

O país parou, a sociedade brasileira é ‘ornitorrítica’: ‘É um gigante caminhando sobre duas pernas anêmicas. O ornitorrinco (título da obra do sociólogo, que concentra as contradições políticas e econômicas do Brasil) é isso: pessoas comuns que vão ao Paraguai e trazem peças de computador em sacolas de plástico, para vender e poder sobreviver’ (OLIVEIRA, 2003).

O autor supracitado ainda alerta para o fim da política. “O ornitorrinco é essa sociedade que você vota de vereador a presidente e não adianta nada, é rigorosamente estéril, esterilizada pelos dispositivos de controle” (OLIVEIRA, 2003).

Segundo o economista Márcio Pochmann (2006: 70), também se referindo a esse momento do país:

O expressivo número de pessoas desempregadas a partir da década 1990, provocou uma maior precarização da força de trabalho, e o desemprego deixa de ser um fenômeno homogêneo tornando-se complexo e heterogêneo atingindo todos os segmentos sociais.

Contrariamente ao que se diz em relação ao trabalho informal, na condição de “empreendedores”, do sonho do trabalho autônomo, a maioria destes trabalhadores não se encontra nesta condição por preferência, mas por uma questão de se refugiarem à situação de desempregados. Se houvesse poder de escolha entre empregos formais e não formais, eles não estariam se submetendo às atividades informais por livre arbítrio, por opção ou por autonomia.

Manuel Luiz Malaguti diz em relação a isso: “Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mais sim o refúgio dos sem-opção” (MALAGUTI, 2000: 68).

Nessa mesma perspectiva, Paul Singer assim se referiu a tal contexto:

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir (SINGER, 1998: 23).

O desemprego se constituiu no principal fator responsável pelo crescimento do trabalho informal:

Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo (SINGER *apud* DOMBROWSKI *et al.* 2000: 12).

Embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade (DOMBROWSKI *et al.* 2000:09).

O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias (MALAGUTI, 2000: 63).

Entre 1990 e 1995, o trabalho informal aumentou em função do desemprego. Em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57,7% do mercado de trabalho. Já em 1990, decresceu para 55,1% e, em 1995, eram apenas 47,8% dos agentes produtivos em atividade, ou seja, o trabalhador informal passou a representar maior

número de pessoas em idade disponível para compor o exército de mão-de-obra (IBGE/1999)<sup>7</sup>.

Os dados do CAGED (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, demonstram a eliminação de 2.560 milhões de empregos no setor formal, no período de janeiro de 1990 e dezembro de 1997.

Em pesquisa do economista José Pastore, pesquisador da Universidade de São Paulo, sobre o mercado nacional de trabalho, no período de julho de 2003 a julho de 2004, foi constatado que a taxa de crescimento do setor informal foi quatro vezes maior do que a do mercado de trabalho formal. O primeiro cresceu 9,6%, enquanto que o segundo cresceu apenas 2,4% (O Globo 22/12/2004). Neste sentido, a nova informalidade não se propaga apenas nos segmentos da produção familiar, mas engloba também aqueles que disponibilizam sua força de trabalho ao capital, estejam estes no setor produtivo, comercial ou de serviços.

Ainda conforme Singer (*apud* DOMBROWSKI *et al.* 2000: 12). “A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos”.

As políticas econômicas neoliberais implementadas desde os anos 90 marcaram um período danoso em diversos aspectos no mercado de trabalho brasileiro. É necessário ressaltar aqui a importância do Governo Lula com suas significativas mudanças no contexto do mundo do trabalho no Brasil, visto que durante seu mandato pudemos observar um considerável crescimento econômico, com geração de emprego e uma conseqüente redução da taxa de desemprego, valorização do salário mínimo, aumento do emprego formal; portanto, de uma série de mudanças institucionais.

A partir de janeiro de 2003 quando Lula assume a liderança do nosso país em meio a um desmonte social e econômico causado pelas privatizações e com um alto índice de desemprego, podemos observar uma transformação positiva em relação ao mercado de trabalho brasileiro, com o aumento da formalização dos vínculos de emprego. Ter emprego formal no Brasil significa ter acesso aos direitos trabalhistas,

---

<sup>7</sup> Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

como previdência social, décimo terceiro salário, férias, licença maternidade, entre outros.

As políticas públicas adotadas provocaram uma melhoria na distribuição de renda da sociedade brasileira, com a elevação do emprego assalariado formalizado. Começava então a ser construídos mecanismos, principalmente de combate à fome e ao desemprego, atingindo a população mais carente com medidas políticas, a exemplo da transferência de renda. Sem dúvidas uma que teve o maior destaque foi o Programa Bolsa Família (PBF), sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incorporando mais de 12 milhões de famílias beneficiadas.

Esse programa está direcionado às famílias que vivem em situação de pobreza, e estas, se comprometem a manter suas crianças e adolescentes na escola, ter acompanhamento médico e não permitir o trabalho infantil. O PBF é um programa assistencial que tem a intenção de reduzir a miséria e funciona como um mecanismo de redistribuição de renda. Outra política pública a ser ressaltada foi aquela associada ao Mercado de Trabalho que prioriza o seguro-desemprego garantindo renda aos trabalhadores que perderam seus empregos.

Ainda tivemos muitas outras políticas públicas de combate às desigualdades sociais: O Luz Para Todos, com a distribuição de energia elétrica para população que reside no campo; O Primeiro Emprego, que pretendia criar cerca de 70 mil empregos para jovens carentes; O ProUni – Programa Universidade para Todos, com a intenção de facilitar a inserção de jovens de baixa renda na instituição de ensino superior, com a aquisição de bolsa de estudo integral ou parcial. Os programas alcançaram também os setores de habitação, saúde, entre outros.

Os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil sob o governo Lula, embora tenham melhorado conjuntamente, confirmam a continuidade de uma crise estrutural de emprego com a manutenção de altas taxas de desemprego. Segundo a PED-DIEESE, em média, no ano de 2005, essas taxas atingiram 17% na Região Metropolitana de São Paulo e 24% (o nível mais alto do país) na Região Metropolitana de Salvador. Neste ano, a taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos atingiu 45% nas seis Regiões Metropolitanas do país onde a pesquisa foi realizada (DIEESE, 2006). Da mesma forma, manteve-se o alto grau de informalidade, os baixos salários e a criação de

ocupações precárias. O crescimento do emprego com carteira assinada nos últimos anos, processo que vem ocorrendo desde o ano 2000 (ainda sob o governo de FHC), resulta, sobretudo, de um quadro econômico internacional favorável às exportações brasileiras, e não de uma política de emprego ou de uma redefinição do Modelo Liberal Periférico (MLP). Processo, portanto, que não tem qualquer garantia de continuidade e que deverá, muito provavelmente, ter seu movimento invertido quando a atual fase ascendente do ciclo do comércio internacional se esgotar (DRUCK, 2000; DRUCK e FILGUEIRAS, 2007).

Apesar de todas as mudanças apresentadas, a informalidade, o desemprego estrutural e a precariedade nas relações de trabalho nas quais, os “flanelinhas” encontram-se inseridos, continuam existindo de forma estruturante possibilitando o estudo em questão.

Observamos um grande número de trabalhadores que se encontram na condição de desempregados, às margens do trabalho, sem serem reconhecidos socialmente em uma sociedade capitalista que exige qualificações significativas. Para Castel (1998), estes seres humanos que sobram são os “inúteis para o mundo”, os “inempregáveis”, ou seja, os “supranumerários”. São populações que vivem as mais variadas situações de pobreza, destituídos da sociedade, sem acesso ao trabalho e dependentes de políticas sociais de natureza assistencial.

Castel destaca que a questão social hoje é a precarização do trabalho, a qual faz parte das novas exigências do capitalismo moderno. Ela se cristaliza em três problemas que afetam diretamente a classe trabalhadora: a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade e a emergência de um contingente populacional supranumerário, os “inúteis para o mundo”.

Trabalhadores ‘que estão envelhecendo’ (mas frequentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm mais lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures [i. e., noutro lugar]; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se o nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, ‘inúteis para o mundo’, que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer (CASTEL, 1998).

Os “flanelinhas” são sujeitos que vivem no limiar da informalidade de pequenos trabalhos que chamamos de “bicos”, que possuem formas de trabalho não classificadas como emprego, oferecem seus serviços em condições precárias, forçando uma categoria de trabalho como forma de sobreviver ao seu estado “inútil” e de se manter no mundo do trabalho. Para eles, o trabalho representa uma necessidade material, uma forma de estruturar suas vidas produtivamente, além da sobrevivência.

## **CAPITULO III – ESTUDO SOBRE “FLANELINHAS” EM CAMPINA GRANDE: AJUSTANDO A LENTE**

### **Notas metodológicas**

O debate de que se constituem os dois primeiros capítulos nos deu os instrumentos teóricos em que se respaldaram as análises dos dados coletados no trabalho de campo, através da observação direta e da realização de entrevistas semi-estruturadas.

Ao envidarmos esforços para pontuar as questões de ordem teórico-metodológica em que se respalda este estudo é pertinente considerar que, conforme posicionamento já assumido nos capítulos anteriores, a leitura das atividades de “olhada” e de lavagem de carros em Campina Grande passa por compreender as distintas e esdrúxulas formas de trabalho que o capitalismo, em suas transformações com o processo de mundialização, gerou. Ainda que se trate de um estudo que focaliza uma experiência marcada pela criação de uma rede específica de atrelamento em uma espacialidade micro, esta é parte de um sistema maior.

Tomar como relevante os considerados expostos permite admitir a importância de estudos locais na contribuição com a análise macro social, haja vista que são as situações concretas dispostas no mundo do trabalho que iluminam a cena mundial e permitem aos cientistas sociais adotarem uma postura propositiva e não apenas diagnóstica.

Certo é que, para o grupo aqui focalizado, essas questões concernentes à capitalização de noções no campo observado para a análise sociológica, podem não se apresentar enquanto tendo importância, ou mesmo, sequer vir a ser visualizada. Porém, a nosso ver, o contributo gerado, da cuidadosa análise dos apontamentos que registramos na pesquisa de campo e das interlocuções realizadas com os agentes que estão envolvidos no universo da informalidade aqui recortada, no mínimo permite um resultado de caráter diagnóstico, a que se pode recorrer para se pensar políticas públicas que se orientem por viabilizar a erradicação da informalidade e da precarização do

trabalho em nível local. De outro, pode vir a gerar propostas que normatizem a atividade, promovendo com isso a inclusão dos mais de 210 (duzentos e dez) trabalhadores<sup>8</sup>, que a ela se dedicam em Campina Grande, nos registros do INSS e no contingente do mercado formal de trabalho.

Dessa forma, a dissertação é metodologicamente articulada, havendo interdependência entre a parte inicial e esta segunda, em que tratamos especialmente do ambiente da informalidade no contexto das relações de trabalho em que estão inseridos “flanelinhas” que atuam em Campina Grande.

Para a análise a que nos propomos foi feita a opção pela aplicação de entrevista semi-estruturada que viabilizasse o acesso a aspectos pontuais da atividade. Reportamos como relevantes questionar os informantes, no caso os “flanelinhas”, sobre condições de trabalho, faixa etária, estado civil, relação com o trabalho formal, tempo que têm na realização da atividade, forma de entrada na atividade e escolha do “ponto”, renda auferida, relações com colegas e usuários dos serviços, relação com o poder público local, consciência sobre a atividade que desenvolve, perspectivas de futuro, dentre outras mais específicas que foram tratadas pelos entrevistados e que contribuíram para os resultados almejados. Mas, mesmo tendo optado por esse modelo de instrumento metodológico dirigido, deixamos aos informantes a possibilidade de registrar outras considerações que achassem pertinentes, mesmo que de cunho pessoal.

Nossa atitude no contato com o grupo pautou-se pelo respeito à atividade que desenvolvem, mas, e, sobretudo, pela vontade de entender a formação do “campo”. Nessa esteira foi que nos colocamos, em algumas das situações, enquanto intermediários entre eles e os órgãos reguladores, procurando interagir no espaço de maior tensionamento existente, sobressalente nas falas dos informantes.

O poder público local tem se mostrado alheio à problemática em questão. Procuramos órgãos municipais como a Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE, e a Superintendência de Trânsito e Transportes Público – STTP, no intuito de coletarmos dados e informações pertinentes. Porém, nada nos foi informado, pelo simples fato de não haver nenhum tipo de ação orientada para este segmento. Apenas

---

<sup>8</sup> Número registrado pelo último cadastramento da Associação de lavadores de carros de Campina Grande e que o atual presidente reporta a ser superior nos dias de hoje.

nos informaram que houve de fato a criação da Associação dos Lavadores de Carros de Campina Grande – PB, no ano de 2006, com propostas de incentivos e melhorias para a categoria, mas que não foram efetivadas e que logo no ano seguinte já não existia nenhum setor responsável para implementá-las, e que deveríamos procurar falar com o atual presidente desta Associação, para que fosse possível coletar informações a respeito deste assunto. Em relação à STTP, não foi diferente, nos informaram que não existe nenhum tipo de relação deste órgão com o trabalho executado pelos “flanelinhas”, (é como se eles nem existissem) e que a implementação do Zona Azul em algumas ruas onde estes atuam, não traz nenhuma ação correspondente para esta categoria.

O universo entrevistado, a partir da técnica de amostragem, foi de 11 (onze) “flanelinhas”, havendo dentre estes o presidente da Associação dos Lavadores de Carros de Campina Grande e contemplando os quatro pontos selecionados.

Aqui chamamos a atenção para o fato de ser possível a concomitância de funções a um mesmo trabalhador - quer dizer, poder este realizar as duas funções de “olhada” e de lavagem de carro -, ainda que isso não seja regra geral. Algumas das falas dos entrevistados marcam, inclusive, a impossibilidade de acúmulo de função em ponto em que já haja definição específica do que faz cada um, sendo invasão do espaço do outro o querer proceder fora do que já está posto. Isso pode servir como elemento de demarcação de território. O lugar no ponto, por vezes, passa por essa distinção.

Aliado a isso foram realizadas entrevistas, também, com os usuários dos serviços desenvolvidos por “flanelinhas”, num total de 7 (sete) entrevistas.

É necessário registrar aqui, a dificuldade em entrevistar os usuários dos serviços prestados pelos “flanelinhas”. Estes se mostraram bastante resistentes ao prestarem seus depoimentos, muitos se negaram, e os que se mostraram dispostos a responder, não o fizeram com boa vontade. Mostravam-se bastante indignados em relação ao tema e em sua maioria, falavam que não tinham tempo a perder com esse assunto, e que já era bastante constrangedor ser extorquido diariamente por eles.

Estas entrevistas também foram caracterizadas como semi-estruturadas, preocupação que adveio da necessidade de obter dados sobre a percepção de “clientes” da “olhada” e da lavagem de carros. Foram realizadas nos mesmos locais que foram

feitas com os “flanelinhas”. As falas articulam em quase sua totalidade uma rejeição ao tipo de serviço que os trabalhadores informais destacados intencionam “vender” àqueles que vão estacionar seus carros em pontos de atuação de “flanelinhas”. Se não conseguem convencer os possíveis “clientes” a lavarem seus veículos, lançam a segunda opção, a “olhada”. Demarcam as falas expressões como coagir, constranger, extorquir enquanto estando no vocabulário das relações que se dão entre um grupo e outro. Se por um lado, os moradores da municipalidade que levam seus veículos a algum local em que haja ponto de ação de “flanelinhas” reconhecem não ser culpa deles estarem sobrevivendo a partir de uma prática indigna, a que nem sempre sabem como chamar, por outro demonstram as dificuldades geradas para a ordinariade de movimentação dos indivíduos que possuam veículo nas áreas por eles dominadas.

Os indivíduos selecionados para as entrevistas atuam, ou são “clientes” em pontos que se localizam na área central da cidade, aspecto que esteve na base de formação da amostragem do grupo pelo fato de se tratar de uma região de maior movimento da cidade e de ser aí que se nota maior procura pelas atividades. Nomeamos os 18 (dezoito) informantes que constituem o grupo em caráter distintivo, aqueles que estão na atividade de “flanelinhas” destinamos a expressão *Entrevistado*, enumerando do *I* ao *II*; e os usuários de *Entrevistado*, diferenciando-os pelo emprego das letras alfabéticas que vão de *A* a *G*. Foram entrevistados “flanelinhas”, bem como usuários, que desenvolvem suas atividades ou frequentam com constância localidades da região central da cidade. Recortamos quatro pontos, a que nomeamos, em alguns casos, a partir de aspectos que sobressaíam nas entrevistas, ou pela forma como já são conhecidos. Estes se encontram assim dispostos:

- a) Ponto do INSS e do hotel ONIGRAT – localizado no início da Rua João Lourenço Porto;
- b) Ponto do antigo estacionamento do Capitólio – localizado nas imediações da Praça Clementino Procópio e a ela articulado;
- c) Ponto da Faculdade de Administração da UEPB – localizado no início da Av. Getúlio Vargas e nas proximidades dos Correios;
- d) Ponto da Feira Central – localizado no final da Rua João Lourenço Porto.

O quadro que segue (Quadro A) visa a contribuir para uma visualização mais sintética e qualitativa das localidades estudadas.

### QUADRO A

PONTO	LOCALIZAÇÃO	APOIO/CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO	QUANTIDADE DE TRABALHADORES ATUANDO	QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS	DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO
Ponto do INSS e do hotel ONIGRAT	Rua João Lourenço Porto	INSS Hotel ONIGRAT Estabelecimentos comerciais do entorno Shopping dos Camelôs Hóspedes do hotel Funcionários do INSS	06	03	Segunda a sexta – 6 da manhã as 18h Sábado – até meio-dia
Ponto do antigo estacionamento do Capitólio	Praça Clementino Procópio	Administração da Praça Banheiros da Praça Shopping dos Camelôs Estabelecimentos comerciais do entorno Clientela antiga	Média de 06 a 08	03	Segunda a sexta – 6 da manhã as 20h/21h Sábado – até 14h
Ponto da Faculdade de Administração da UEPB	Av. Getúlio Vargas	Faculdade de Administração da UEPB Torneira independente Luz própria Ponto de estacionamento alugado Clientela antiga Estabelecimentos comerciais do entorno	15 a 16	03	Segunda a sábado – 6 da manhã a 18h Domingo – até meio-dia
Ponto da Feira Central	Rua João Lourenço Porto (final)	Casas residenciais Consultórios médicos Lojas Estabelecimentos comerciais	03	02	Segunda a sexta – 6 da manhã as 18h Sábado – até meio-dia

Os entrevistados 1, 2 e 3 atuam no ponto identificado pela letra “a”; os entrevistados 6,7 e 8 no ponto identificado pela letra “b”; os entrevistados 9, 10 e 11 no ponto identificado pela letra “c”; os entrevistados 4 e 5 no ponto identificado pela letra “d”; e, estes realizam as atividades de “flanelinhas” e/ou lavadores de carros. Há variação de horário de chegada e de saída do ponto, porém, mantém-se uma regularidade de funcionamento que permite aos frequentadores e clientes que estacionam e vão lavar seus veículos ter conhecimento. Alguns deles são mais presentes nos pontos, enquanto outros permanecem nos dias e horários de maior movimento. Com

isso, pareceu-nos útil apresentar as situações pontuais por meio de quadro qualitativo (Quadro B), a seguir.

## QUADRO B

ENTREVISTADO	ATIVIDADE	DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE CHEGADA	HORÁRIO DE SAÍDA
1	Flanelinha Auxilia na lavagem de carro	Segunda-feira	8h30	18h
		Terça-feira	8h30	18h
		Quarta- feira	8h30	18h
		Quinta-feira	8h30	18h
		Sexta-feira	8h30	18h
		Sábado	8h30	18h
		Domingo	8h30	12h
2	Lavador de carro Flanelinha	Segunda-feira	8h30	18h30
		Terça-feira	8h30	18h30
		Quarta- feira	8h30	18h30
		Quinta-feira	8h30	18h30
		Sexta-feira	8h30	18h30
		Sábado	8h30	18h30
		Domingo	8h30	12h
3*	Flanelinha	Segunda-feira	6h30	18h
		Terça-feira	6h30	18h
		Quarta- feira	6h30	18h
		Quinta-feira	6h30	18h
		Sexta-feira	6h30	18h
		Sábado	18h30	-
		Domingo	18h30	-
4	Flanelinha	Segunda-feira	7h	18h, 18h30, até 19h
		Terça-feira	7h	18h, 18h30, até 19h
		Quarta- feira	7h	18h, 18h30, até 19h
		Quinta-feira	7h	18h, 18h30, até 19h
		Sexta-feira	7h	18h, 18h30, até 19h
		Sábado	7h	18h, 18h30, até 19h
5	Flanelinha Às vezes lava carro	Segunda-feira	5h20	18h30
		Terça-feira	5h20	18h30
		Quarta- feira	5h20	18h30
		Quinta-feira	5h20	18h30
		Sexta-feira	5h20	18h30
		Sábado	5h20	18h30
6**	Flanelinha	Segunda-feira	7h	20h

\* Aos sábados e domingos não trabalha durante o dia no Ponto do INSS, trabalha à noite na região do Saloon Bar.

\*\* Informa só sair todos os dias quando da saída do último carro.

		Terça-feira	7h	20h
		Quarta- feira	7h	20h
		Quinta-feira	7h	20h
		Sexta-feira	7h	20h
		Sábado	7h	20h
7	Flanelinha Lavador de carro	Segunda-feira	8h	20h
		Terça-feira	8h	20h
		Quarta- feira	8h	20h
		Quinta-feira	8h	20h
		Sexta-feira	8h	20h
		Sábado	8h	20h
		Domingo	8h	20h
8	Lavador de carro	Segunda-feira	6h	18h
		Terça-feira	6h	18h
		Quarta- feira	6h	18h
		Quinta-feira	6h	18h
		Sexta-feira	6h	18h
		Sábado	6h	14h
9	Lavador de carro Flanelinha	Segunda-feira	5h	20h, 21h
		Terça-feira	5h	20h, 21h
		Quarta- feira	5h	20h, 21h
		Quinta-feira	5h	20h, 21h
		Sexta-feira	5h	20h, 21h
		Sábado	5h	20h, 21h
		Domingo	5h	20h, 21h
10***	Flanelinha Lavador de carro	Segunda-feira	Não trabalha	-
		Terça-feira	Indefinido	Não comenta
		Quarta- feira	Indefinido	Não comenta
		Quinta-feira	Indefinido	Não comenta
		Sexta-feira	Indefinido	Não comenta
		Sábado	Indefinido	Não comenta
		Domingo	Não trabalha	-
11	Lavador de carro	Segunda-feira	6h	18h
		Terça-feira	6h	18h
		Quarta- feira	6h	18h
		Quinta-feira	6h	18h
		Sexta-feira	6h	18h
		Sábado Domingo	6h	18h
			6h	12h

Assim, o tratamento que demos ao material coletado foi em dois níveis: qualitativo e quantitativo, com uso de quadros demonstrativos (como os apresentados

---

\*\*\* Referente ao horário de chegada ao ponto, comenta haver dias em que chega cedo e outros em que chega tarde. Não menciona o horário de saída do ponto.

no item), metodologia que possibilita o duplo tratamento das informações a que reportamos.

No tocante aos usuários dos serviços de “olhada” e lavagem de carros, temos que, os entrevistados são unânimes em afirmar não serem os trabalhadores informais capazes de garantirem êxito do primeiro serviço, visto que ao serem abordados por algum assaltante estarão impotentes para uma ação que venha a coibir, por exemplo, o roubo de um som do carro, de qualquer outro objeto que neste esteja guardado, ou mesmo do veículo. É a atividade da olhada a mais criticada e que nos pareceu provocar maior indignação nos proprietários de carros com que interagimos. Para alguns deles isso é uma forma de não trabalharem, percebendo-os como vagabundos que não objetivam trabalhar de fato. A isso ainda se liga o fato de se sentirem obrigados à extorsão que, segundo eles, esses trabalhadores fazem, em caso do contrário dizem poder ter seus carros danificados, arranhados ou virem a sofrer retaliações. São unânimes em afirmar que aqueles desejam impor preço para “olhada” dos veículos, havendo quem aceite, quem negocie e quem nada queira dá. A lavagem de veículo tem melhor recepção, ainda que esta seja oferecida a quem nem sempre está em busca do serviço e, para evitarem contrariedades posteriores, se submetem a oferta. Dois deles apontam para possíveis soluções para se encerrar com essa “privatização forçada” das vias públicas. A entrevistada C diz que se deveria tratar do assunto como caso de polícia:

**Pesquisadora** – Então, para você, a solução seria que os poderes públicos aqui também coibissem esse tipo de atividade?

**Entrevistada C** – Eu acho sim. Coibir seria uma forma democrática, porque acaba não sendo democrática. A via é pública e não é, a gente já paga imposto, quem tem carro já paga emplacamento, IPVA, então isso tudo é embutido em que está utilizando as vias.

Já o entrevistado D reconhece ser uma situação complicada por ter consciência de que não chegaram a esta por vontade própria, mas por falta de oportunidade. Alega que caberia ao poder público aproveitar esses trabalhadores na atividade de zoneamento azul das ruas, evitando com isso o engrossar da marginalidade e a aplicação de uma

medida que viria a por termo nessa situação, ruim para estes trabalhadores e constrangedora para aqueles que se dirigem às localidades quando de suas necessidades, podendo ser essa rotineira em se tratando de quem trabalha na região central. É essa a área de maior movimentação de veículos e, conseqüentemente, em que há grande concentração destes trabalhadores informais:

**Pesquisadora** – Você acha que eles poderiam ser remanejados, reaproveitados, eles mesmos poderiam trabalhar na zona azul?

**Entrevistado D** – Poderiam, mas a questão, a gente sabe que não é culpa deles porque eles tem que sobreviver de alguma forma, então eles tão batalhando. Pelo menos assim, não tão roubando diretamente. Mas se tivesse uma política pública da prefeitura ou governamental, ou nacional, é mais difícil, talvez, mas que regularizasse como uma profissão e que eles fossem lavar carros. Aqueles também, os flanelinhas que lavam pára-brisas no sinal poderia regularizar de uma certa forma com um projeto social adequado.

No tocante às falas dos usuários há alegação de se sentirem ameaçados por “flanelinhas” e lavadores de carros quando são abordados, mesma referência feita pelos entrevistados que realizam os trabalhos nas ruas. Isso deixa claro que ambos se sentem em uma situação de anomalia, não havendo tranquilidade no contato que findam por travar.

### **“Flanelinhas”: uma primeira aproximação**

Frente à questão da exclusão social, a população passa a reinventar seu próprio trabalho como estratégia de sobrevivência e como forma objetiva de resposta ao desemprego. As atividades criadas pelos próprios trabalhadores representam uma alternativa imediata na tentativa de minimizar os problemas no mundo do trabalho. Esse desenvolvimento do setor informal denuncia à sociedade que está faltando emprego e que milhares de trabalhadores estão lutando por trabalho e por condições dignas para manterem suas famílias. Ao irem para as ruas partem para uma batalha da sobrevivência dentro daquilo que lhes resta como possibilidade.

Para entender a dinâmica da nova questão social, é preciso explorar os momentos nos quais as formas de exclusão social se manifestam mais profundamente. Certamente a condição de “flanelinha” é uma dessas situações e, como já foi dito, esses se enquadram nesse contexto de variedades de modelos comportamentais e sociais sem recursos e sem apoio estatal. Condição a que, os entrevistados do grupo selecionado para a amostra analítica que trazemos aqui, evidenciam. Não há, segundo eles, nenhuma forma de apoio, proteção ou direito a que possam recorrer, a não ser aquilo que conquistaram sobre o espaço urbano e que, a toda hora, lhes é contestado o poder explorar. Encaram tensões cotidianas que lhes atingem por parte da STTP, dos colegas em concorrência na atividade, dos usuários que nem sempre aceitam suas presenças de bom grado, os acusando de querer privatizar as vias urbanas e dos possíveis danos que venham a ser causados aos seus veículos.

No caso do tensionamento com os guardas da STTP podemos observar a colocação do problema da eliminação da “olhada”, na maior parte das falas. Os entrevistados chegaram a colocar as consequências que podem advir de uma ação de ampliação da formalização de zona azul nos pontos em que trabalham, ao que fizeram uso da entrevista para registrar o apelo para a compreensão dos responsáveis institucionais; denunciar ações equivocadas praticadas pelos guardas, quando vão ao setor aplicar multas; citar a situação de dependência completa da atividade para garantia do sustento da família, sendo a maioria, único mantenedor das pessoas com quem habitam. Ainda que essas questões sejam tocadas em todas as entrevistas, a nosso ver, o Entrevistado 11 forneceu argumento melhor organizado que as traz de modo pontual. Condição argumentativa que pode ter ligação com o fato do mesmo ter cursado o ensino médio completo, fazendo uso mais fluente da língua materna e, mesmo, sendo desenvolvido no trato das questões que envolvem a problemática entre os trabalhadores da atividade focada e o âmbito público do controle e ordenamento do espaço. Veja-se no trecho que segue:

**Entrevistado 11** – é bom, é o seguinte, os problema que a gente tem aqui, eu não tinha problema, o problema que eu tenho agora é o zona azul, por que, há 27 anos, como já falei, que eu trabalho aqui já conheci vários pais, avôs que trabalhavam com a gente, já morreram então aqui. Que isso aqui é um patrimônio histórico de Campina Grande, essa lavagem de carro da Getúlio Vargas. É a única praça

aqui em Campina Grande que nós temos água própria, dada, graças a Deus, pela a reitora e luz. O problema que querem acabar com isso aqui, tá pensando... Eu tenho 27 anos que trabalho aqui, tem pessoas com mais de 40, 30 ano que trabalha aqui, esse meu sobrinho tem, o mais novo aqui tem mais de 10 anos. Ou seja, vamos pra onde? Vamos roubar? Peraí, pronto, eu tava até falando com um amigo meu, podia botar zona azul que nós não somos donos, apenas contribuimos pra lavar o carro. Se tiver que botar zona azul, bom que bote, mas que bote nós pra trabalhar, que bote nós pra operar (...).

Donde se depreende, além da crítica à ação autoritária, a defesa da manutenção do ponto para o desenvolvimento das atividades de “olhada” e de lavagem de carro e, na pior das hipóteses, a instalação da zona azul e o conseqüente aproveitamento daqueles que já estão lá para o desempenho da função realizada pelos guardas da STTP. A isso assoma ainda um comentário que visa a responsabilizar as ações públicas de ordenamento que vem a desprezar as práticas sociais existentes enquanto provocadoras da marginalização dos indivíduos, como no trecho: “(...) Pô vamos pra onde? Querem que sejam mais alguns que vão pro sinal?” (**Entrevistado 11**).

Esses trabalhadores informais não permitem que estranhos circulem em seus territórios e, normalmente, a forma de concessão é o parentesco, onde é possível observar pessoas da mesma família dividindo o mesmo ponto ou substituindo algum que se encontra doente. Um fato interessante é quanto ao limite que cada “flanelinha” tem em relação ao outro, já que não existem sinalizadores que possam comprovar o uso daquele espaço público que eles organizam como sendo seu, e também o fato de alguns permanecerem no mesmo local por anos, de forma que garantem o sustento de suas famílias com o que conseguem ganhar desenvolvendo suas atividades.

Existem muitas polêmicas relacionadas a esta atividade informal, por ser uma apropriação de um local público, levando a que muitos proprietários de veículos se sintam extorquidos e coagidos por ter que pagar para estacionar em vias que são transformadas em locais privados por pessoas que se acham com direito de serem donos do setor. Uma certa tensão se estabelece a partir desse confronto em que o “flanelinha” é visto como um aproveitador, ou, usando as categorias de Castel (1998), como vagabundo, inútil, por estar vendendo uma mercadoria não solicitada e que não lhes pertence, que acaba fazendo com que o motorista do veículo pague pelo serviço que ele

não tem certeza que será realizado, por desconfiar que seu carro possa ser danificado de alguma forma.

A fala da Entrevistada C, na condição de “cliente” desse tipo de serviço, propicia bem a medida da visão que os usuários tem das atividades informais de “olhada” e lavagem de carros em Campina Grande-PB. Ela cita um texto de revista que leu sobre uma cidade de São Paulo em que a prática desse tipo de trabalho passou a ser coibida e tornou-se questão de polícia. A mesma considera que esse exemplo deveria ser adotado pelo poder público de Campina Grande-PB, pois não vê a presença de “flanelinhas” nas ruas da cidade a oferecerem seus trabalhos como uma coisa boa, percebendo nisso a provocação de constrangimento para os proprietários de carro que passam a ter de lidar com a privatização das vias públicas. Daí que a repressão policial, já bastante praticada para coibir outras atividades que constituem a informalidade, deva vir a ser empregada para o caso da atividade de que estamos tratando aqui.

A jornada de trabalho de um “flanelinha” varia de acordo com o local onde ele atua, mas é possível observar que muitos chegam bem cedo em seus locais e passam o dia todo até sair o último carro estacionado, já que a remuneração depende da quantidade de carros “vigiados”. A atividade informal estudada aqui proporciona, de certa forma, uma renda para seus trabalhadores, mas não traz nenhuma condição adequada, já que o trabalho é realizado de forma exposta aos fatores climáticos, sem nenhuma estrutura de apoio, sem qualquer tipo de proteção contra a violência urbana, sem qualquer recurso à seguridade social (já que quase sempre eles não têm condições de pagar uma previdência social), de modo que quando se encontram doentes ficam sem remuneração até que estejam aptos para voltar às ruas novamente.

É importante ressaltar aqui a existência da norma regulamentadora da lei número 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos automotores (“flanelinha”) e do decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei citada acima. Vale considerar, também, que o Ministério do Trabalho e Emprego, diante da multiplicidade de classificações ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro, criou um documento normatizador do reconhecimento das ocupações existentes: a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), codificando

empregos e situações de trabalho. Para o objeto empírico escolhido nesse estudo o código de acordo com a CBO é 5199-25.

Em 20 de agosto de 2006, foi divulgada uma nota no jornal da Paraíba da cidade de Campina Grande que dizia o seguinte:

(...) Após a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande – com o apoio da Prefeitura Municipal – o número de clientes aumentou, assim como a renda obtida pelas 200 pessoas que trabalham neste setor. A confiança dos motoristas também cresceu e melhorou a imagem da categoria. A Associação foi criada há menos de dois meses. A Prefeitura Municipal de Campina Grande prestou apoio com a entrega de fardamento, crachás, kit com o material para a lavagem de carro, além da promoção de cursos profissionalizantes aos sócios da entidade (MARCHEZAN, 2006).

Em nível local, foi tudo que tivemos como iniciativas governamentais em relação a este segmento da informalidade. O atual presidente da Associação nos informou ser a mesma tanto para aqueles que trabalham como lavadores quanto para os que desenvolvem a função de “flanelinhas”. Ainda que um mesmo indivíduo possa vir a acumular as atividades, a CBO os classifica diferentemente e destina-lhes códigos em específico. De acordo com a CBO o número da ocupação de “flanelinha” é 5199-25, enquanto a de lavador de carro é 5199-35.

Muito embora haja promessas de campanha política em que os candidatos assumem compromisso de interferir na situação a que estão expostos, de modo a regularizar a atividade e lhes dá condições de trabalho, fato é que isso não se verifica na prática, estando estes trabalhadores à deriva.

E, mesmo que o poder público, em níveis de municipalidade e de Estado, tente englobar as famílias dos trabalhadores informais em algumas políticas sociais, como educação, qualificação profissional e programas assistencialistas, sua persistente reprodução demonstra a necessidade de ações políticas muito mais efetivas, seja no sentido da geração de emprego e de renda, seja quanto à consolidação de um arranjo sócio-político e institucional que seja capaz de produzir a superação do que Castel (1998) chamou de “vulnerabilidade de massa”.

## Elementos de localização do fenômeno em foco

A desestruturação de um mercado de trabalho historicamente dual e marcado pela precariedade, como ocorrido no Brasil marcadamente a partir da década de 1990, também repercutiu na cidade de Campina Grande<sup>9</sup>. Foram contundentes os efeitos negativos causados pelas transformações globais sobre o mercado de trabalho de uma cidade que exerceu um importante papel de entreposto comercial ao longo do século XX, tendo esboçado a partir dos anos de 1960 e de 1970 um processo de industrialização. Além da queda na oferta de postos de trabalho formais que se seguiram com os anos de 1980 e de 1990, o quadro social em Campina Grande se agravou nesse período também com o retorno de alguns migrantes, desencantados com o Sudeste, e com a retenção dos fluxos migratórios advindos do campo, os quais em parte não seguiram sua trajetória anterior em direção a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Silva Júnior (2009) identifica dois ciclos econômicos que marcaram a cidade de Campina Grande no séc. XX: em suas primeiras décadas, época em que a cidade se caracterizava por ser um entreposto comercial, predominou o ciclo do algodão, então impulsionado pela presença do transporte ferroviário, num contexto nacional e local marcado pelo discurso do progresso e da modernização; a partir dos anos 50 e 60, a cidade vivenciou seu segundo ciclo, denominado por Xavier (*apud* SILVA JÚNIOR) como “estatal-industrial”, visto que o Estado passa a atuar como eixo norteador das relações econômicas e sociais. A dinâmica social e econômica da cidade se encontrava, nesse momento, sob os efeitos da ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Apesar disso, o modelo de industrialização da Sudene entrou em declínio e as últimas décadas do século XX levaram a cidade de Campina Grande a um cenário de

---

9 Cf.: SILVA JR, Geraldo F. “Campina Grande: desenvolvimento histórico no séc. XX”; In: VÉRAS, Roberto. (org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana de periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUFCG, 2009; ALVES, Jorge A. “A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências”. In: Op. cit.

indefinição no quadro econômico, em seu mercado de trabalho e a uma pulverização da atividade econômica.

Vários processos, associados a transformações ocorridas em escala mais ampla, concorreram para afetar a condição de entreposto comercial que Campina Grande exerceu na Paraíba e no Nordeste ao longo deste século. Ao mesmo tempo, a crise do projeto da Sudene afetou a estruturação do seu Distrito Industrial. A economia municipal se viu diante de uma encruzilhada especialmente a partir dos anos 1980; situação que desembocará numa crise que a abalou de modo importante, época em que muitas empresas foram fechadas, resultando numa forte onda de desempregos. Some-se a isso o fato de que a cidade passa a experimentar, nesse período, um crescimento populacional que a marcou nos anos 80 e 90. Aspectos como esses geraram fatores que foram responsáveis pelo agravamento da informalidade nesta e em outras cidades do país. Nas diversas ruas de Campina Grande foi possível se observar o crescente número de pessoas em luta diária para obter uma forma de sobrevivência, visto que não conseguiam inclusão no mercado de trabalho formal.

## **CAPÍTULO IV – O TRABALHO DOS “FLANELINHAS” EM CAMPINA GRANDE: ENTRE A CONDIÇÃO INFORMAL E A REINVENÇÃO DO TRABALHO**

Os “flanelinhas” são vistos como uma categoria de trabalhadores informais de rua que oferecem um serviço que a sociedade não demanda. Encontram-se excluídos dos princípios mais elementares de cidadania, e convivem com a precariedade das condições de trabalho e de vida.

Diariamente, em ruas centrais da cidade, se estabelecem e oferecem aos motoristas que estacionam em variados locais um preço pela vaga e segurança de seus veículos. As práticas evidentes dessa atividade no cenário urbano consolidam e reproduzem a pobreza e as desigualdades sociais. São numerosos e desempenham uma atividade que não é reconhecida nem desejada, mas que permite a subsistência de muitos indivíduos das camadas mais básicas e não qualificadas da estrutura social. São produtos de um padrão de acumulação excludente que estão nas ruas, enfrentando o desafio de se inventarem como sujeitos.

As ruas representam para eles uma estratégia de sobrevivência, pois é nelas onde encontram esses meios que permitem manter sua subsistência. São personagens reais, mesmo não sendo considerados socialmente essenciais, que estabelecem regras próprias, demarcam o espaço urbano a ser explorado e criam sentimentos de propriedade privada sobre esses espaços, não permitindo que outros “flanelinhas” e lavadores de carro atuem na sua área porque aquele espaço “já tem dono”. Só assim eles podem manter a garantia da sua renda. Esses espaços conquistados são muito valorizados e é praticamente tudo o que eles “possuem”. Os “flanelinhas” atuam em ruas geralmente movimentadas e recebem o valor pelo “serviço”, algumas vezes estipulado por eles próprios e, em outras, por conta do proprietário do veículo. Ressentem-se da discriminação ordinária a que estão submetidos, mas defendem a atividade que realizam como sendo um tipo de trabalho que deve ser respeitado.

Foto 1 – “Flanelinha” em seu local de trabalho



**Fonte:** Registro da autora

**Pesquisadora** – onde é que o senhor consegue água?

**Entrevistado** – no hotel ai.

(...)

**Entrevistado** – no hotel. Tomo café no hotel, de 10h e de 4h da tarde ai. Só não faço almoço, almoço almoço naquele bar ali.

(...)

**Entrevistado** – é tomo café ai no hotel. O home ai é bom

**Pesquisadora** – o senhor consegue usar banheiro por onde aqui?

**Entrevistado** – no hotel, no estacionamento do hotel

**Pesquisadora** – no hotel também

**Entrevistado** – no hotel, tudo aqui é no hotel (Entrevistado 2, foto 1).

Foto 2 – “Flanelinha” exercendo sua atividade de “olhada”



**Fonte:** Registro da Autora

**Pesquisadora** – e onde o senhor consegue, por exemplo, o senhor quer ir usar um banheiro, o senhor consegue onde?

**Entrevistado** – eu uso no INSS (Entrevistado 3, foto 2).

Foto 3: “Flanelinha” exercendo suas atividades: “olhada” e lavagem



**Fonte:** Registro da Autora

**Pesquisadora** – e onde é que vocês conseguem água pra lavar os carros?

**Entrevistado** – o professor Andrade teve uma ordem da CAGEPA, ai abriu uma torneira aqui pra gente no mei da rua. Pra gente pegar água e não ficar entrando lá pra dentro, que a gente pegava aqui dentro da faculdade, e não ficar moiano o chão. Ele pegou teve a ordem da prefeitura e a gente pegou fez a instalação da água aqui mermo da faculdade, falou com o responsável e...(Entrevistado 10, foto 3).

Os recortes das entrevistas conduzem a duas localidades de atuação dos trabalhadores informais de que tratamos aqui: o ponto do INSS e do hotel ONIGRAT e o ponto da Faculdade de Administração da Universidade Estadual da Paraíba<sup>10</sup>. Assim

<sup>10</sup> No item 1 deste capítulo especificamos os pontos em que a pesquisa foi desenvolvida e suas devidas localizações.

nomeados em virtude de termos observado a dependência existente entre as atividades do grupo de “flanelinhas” e as instituições referenciadas.

Os trechos das falas dos entrevistados 2, 3 e 10 conduzem a uma situação de interessante atrelamento entre os espaços formais e informais de trabalho em Campina Grande. Ironicamente, naquilo que é de necessidade imediata à sobrevivência da atividade nas ruas, estes trabalhadores informais revelam uma rede de dependência com espacialidades que se caracterizam enquanto lugares de mercado formal de trabalho. Condição que se estende ao âmbito do que não é enxergado pelo observador comum, qual seja, aquele que diz respeito à aferição dos ganhos financeiros a que têm acesso os “flanelinhas”.

Esses trechos ficaram marcados em nossa memória pela carga simbólica que eles carregam em si. Ouvir os entrevistados tratarem das questões aqui destacadas permite que observemos uma situação que leva a compreender que, apesar de atuarem na informalidade do mundo do trabalho, só o podem fazer na medida em que contam com o suporte, o apoio da economia formal. Isso ocorrendo em nível imediato, pela necessidade de terem autorização para “pegar água” indispensável na lavagem dos carros, fazerem uso de banheiros, se protegerem da chuva, do sol, se alimentarem, contando com a ajuda de representantes institucionais (funcionários do INSS, professores da faculdade) e proprietário do hotel.

E, por outro, precisam dispor do público que frequenta e trabalha nos estabelecimentos – nesses citados e em outros não referenciados -, enquanto “clientes”, vindo daí os dividendos que garantem sua subsistência. No caso desta segunda questão, os entrevistados, de maneira geral, são enfáticos. Como no caso do que foi registrado nos trechos das entrevistas que seguem:

**Entrevistado** – lavo os carro dos médicos do INSS, dos médicos, funcionário. Lavei o carro da doutora agorinha, aquele que saiu aqui era o carro duma doutora, eu lavei (Entrevistado 2). (...)

**Pesquisadora** – o pessoal que frequenta aqui, eles trabalham nessa rua aqui?

**Entrevistado** – trabalha ai no comercio ai. no comercio e shopping dos camelôs.(...)

**Entrevistado** – e no hotel eu lavo do pessoal que vai se hospedar, dos hóspedes (Entrevistado 2).

**Entrevistado** – (...) E o pessoal do INSS também. Funcionários e os médicos (Entrevistado 3).

**Entrevistado** – a gente lava carro aqui de juiz, promotor, advogado, advogado é pela a gente. (...)

**Entrevistado** – Dr. Gilberto, mora ai no Santo Antonio. A gente lava os carro da delegacia, os delegado gosta da gente, quer bem a gente (Entrevistado 8).

Rede de dependência frágil, haja vista que os trabalhadores informais estão a ela submetidos e não têm qualquer poder de decisão no caso desta vir a ser desmontada. Contam com a conivência e interesse em seus serviços de sujeitos a quem nomeiam e dos quais ficam dependentes, ao que assumem um comportamento de sujeição que resvala à bajulação. Desse modo, os indivíduos que os apoiam, bonificam, promovem as condições para que desenvolvam suas atividades tornam-se bem feitores a quem passam a dever sua sobrevivência cotidiana. Condição evidenciada, de forma ainda mais enfática, quando interrogamos os “flanelinhas” que atuam no estacionamento do antigo Capitólio, haja vista tratar-se de um ponto que, no passado, era controlado pelo poder público municipal. Quando questionamos a relação com o poder público, remeteram a uma gestão que os “privilegiavam” em um local específico. Questão de que fala o entrevistado 8:

Foto 4 – Estacionamento do antigo capitólio



**Fonte:** Registro da autora

**Entrevistado** – é, no tempo que Cassio era prefeito e o pai dele era governador. Ai Cassio disse, enquanto eu tiver no poder ninguém mexe com vocês ali não (Entrevistado 8, foto 4).

Nesse sentido, percebe-se que existe uma insatisfação em relação à gestão atual, e uma desilusão no tocante a essa atividade, a qual, segundo eles, os órgãos públicos não oferecem nada. O sentimento que eles demonstram é de que não são considerados como categoria que precisa de apoio.

Quando começamos nossos encontros com os “flanelinhas” percebemos que eles são bem desconfiados com qualquer pessoa que tente se aproximar deles. Para eles, isso pode representar uma ameaça ao trabalho que desempenham. Sempre questionavam os motivos da nossa presença e inicialmente mostravam-se resistentes e com poucas palavras. A grande preocupação era saber se éramos da prefeitura.

Percebemos também que eles nunca ficam sozinhos quando alguém se aproxima de um deles. Os companheiros que estão por perto sempre se aproximam no intuito de saber o que está acontecendo. Para eles, o grande temor é a impossibilidade de exercerem suas atividades por algum motivo. Paralelamente a isso, à medida que íamos estabelecendo uma relação amigável, e que eles iam passando a nos ver como uma possibilidade positiva para a categoria, sentiam-se lisonjeados por alguém se importar com eles, com o problema deles, e chegavam até a pedir que nós os representassem nos órgãos públicos da cidade, para que fosse feita alguma coisa em favor dessa categoria.

Quando perguntados se poderiam responder aos questionamentos, não se sentiram intimidados com o gravador, nem fizeram nenhuma objeção quando perguntamos se poderíamos fazer registros com fotografia. Notamos que se sentiram mais uma vez importantes, pois era como se para eles, alguém estivesse reconhecendo-os como trabalhadores.

Tem-se assim um retorno a antigas práticas que são reativadas no dia-a-dia destes trabalhadores informais, como é o caso da política do fazer mandado para donos de estabelecimentos; do auxílio em mudança; da “olhada” de carros, independentemente de virem a ser bonificados por isso; da responsabilidade por vigiar constantemente o setor para garantir a idoneidade do ponto; do afastamento de usuários de drogas e ladrões dos pontos em que atuam; da disponibilidade, mesmo no domingo, para a lavagem de carro, dentre outras atividades.

De outro modo, a isso se aliam as ações do poder público municipal no tocante à exploração das ruas a partir da fixação de postos de zona azul pela STTP, de que, também, falam os entrevistados e com que demonstram grande tensão. Nesse aspecto, há mais demonstração de temor do que de expectativa quanto às promessas de serem aproveitados nas atividades desempenhadas com a instalação da zona azul.

Ao tratarmos do assunto com o grupo de “flanelinhas” que atuam no estacionamento do antigo Capitólio, quando da entrevista com o entrevistado 7, o que tivemos foi uma reação em coro, em uníssono, como se verifica no trecho:

**Pesquisadora** – o zona azul também atrapalha?

**Entrevistado** – [outro: já quiseram botar aqui já] já quiseram botar. [outro: lutemo pra não botar, não foi] foi, se botar acaba com nois. (Entrevistado 7).

Na entrevista realizada com o presidente da Associação dos Lavadores de Carros de Campina Grande foi possível observarmos ser o confronto com a STTP um dos aspectos de relevância e que se apresenta enquanto um campo de disputa, caracterizado pelo controle dos locais de estacionamento do centro da cidade. Observe-se este trecho:

**Pesquisadora** – porque nós temos na cidade muitas ruas em que atuam zona azul, zona verde...

**Entrevistado** – é zona azul

**Pesquisadora** – e nessas ruas em que a prefeitura cobra aquele valor fixo. O flanelinha, ele só vai poder receber algum valor do proprietário do veículo se ele lavar o carro, né isso?

**Entrevistado** – exatamente. Tem mais uma, se o proprietário do carro quiser mandar o flanelinha lavar o carro num local que tem zona azul, o proprietário do veículo vai pagar duas vezes (...) vai pagar pela lavagem e vai pagar pelo cartão (...) É isso que eu vou lutar pra que isso acabe. Acabar com isso. Não pode existir o proprietário do veículo tá pagando duas taxas ao mesmo tempo (Entrevistado 9).

Na fala do entrevistado 9 torna-se exposta a tensão gerada na luta pela manutenção dos pontos de atuação da categoria. E mais à frente ele chega a ameaçar o poder público local, falando da possibilidade de uma ação organizada pelo grupo a quem representa contra a instalação de zona azul em outras ruas da cidade. A respeito dos comentários feitos pelos “flanelinhas” que atuam na Rua João Lourenço Porto, no transcorrer das entrevistas que realizamos com eles, sobre a instalação de zona azul na rua, colocou-nos:

**Entrevistado** – Temos conhecimento sim, inclusive lá, em algumas partes já tem. Mas, é que nem eu digo, se todos nos unir nós vamos vencer essas batalha. Por que eu tô lutando. Hoje mesmo dei entrevista em uma emissora de rádio e falei, desafiei o superintendente da STTP, e falei pra ele se acaso ele inventasse em qualquer rua da nossa cidade, nosso centro ele instalasse mais alguma zona azul, nós vamos interditar a Floriano Peixoto (Entrevistado 9).

Os depoimentos dão a entender que estes trabalhadores informais convivem com o problema do descaso, ao mesmo tempo em que se preocupam com as determinações que possam vir a ser estabelecidas no futuro, como a instalação da zona azul em ruas em que eles atuam.

Donde resultaria colocar para a sociedade campinense a necessidade de pensar a constituição de uma “categoria” social, cuja precarização do trabalho seria sua base de edificação. Se é que seja possível entender as atividades de “olhada” e lavagem de carros enquanto geradoras de características que as identifique e que permitam criar algum sentimento de pertença que os articule, nas atuais condições em que realizam suas atividades, e no nível de instabilidade em que se encontram acondicionados. Condição de instabilidade e desarticulação que sobressai na maior parte das falas dos entrevistados com que interagimos.

Estes são alguns dos aspectos que abrem o capítulo e que são tratados, em maior nível de aprofundamento e detalhamento, nos subitens a que lhes destinamos atenção pormenorizada, sob permanente articulação com as linhas maiores do debate: a informalidade, a precarização do trabalho, o desemprego, a flexibilização, as condições de trabalho e de sobrevivência dos “flanelinhas” de Campina Grande.

## **Quem são estes trabalhadores?**

### ***Perfil***

Para nossa surpresa, no universo dos “flanelinhas” que realizam suas atividades nos pontos e ruas referenciados, encontramos indivíduos de variada faixa etária, perfazendo idades que vão dos 23 (vinte e três) até os 58 (cinquenta e oito) anos. A grande maioria possui baixa ou nenhuma instrução no ensino formal, havendo apenas um que concluiu o antigo científico, equivalente ao atual ensino médio. Aspecto que ao ser tratado provocava certo desconforto, sendo as respostas dadas de forma evasiva e quase sempre sem segurança do nível de escolaridade que, de fato, possuía. A pergunta sobre até que série havia estudado foi recebida em tom desconcertante. Reação só

superada diante do questionamento sobre querer ter outras oportunidades de trabalho que os conduzisse para o mercado formal de trabalho.

Aqui pareceu-nos necessário apresentar um quadro em que as situações pudessem ser visualizadas de modo a facilitar o desfecho argumentativo em torno da perfilização do grupo da amostragem referente aos trabalhadores. As informações seguem dispostas no quadro abaixo:

### QUADRO C

ENTREVISTADO	IDADE	NATURALIDADE	CIDADE/BAIRRO DE MORADIA	CIDADE/BAIRRO EM QUE JÁ MOROU	ESTADO CIVIL	FILHOS/DEPENDENTES	GRAU DE ESCOLARIDADE
1	48	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB/ Pedregal	Campina Grande-PB/ Bela Vista	Solteiro, mora com a mãe.	Não tem filhos A mãe	Antigo 1º grau completo. Atual 5º ano.
2	59	Alagoa Nova-PB	Campina Grande-PB (há 15 anos)	Alagoa Nova-PB	Solteiro, mora com a mãe.	Não tem filhos A mãe	Nunca estudou
3	45	Orós-CE	Campina Grande-PB (desde os 4 anos de idade)	Orós-CE Campina Grande-PB/ Monte Santo, Bela Vista, Liberdade, Verdejante	Solteiro	3 filhos	Nunca estudou
4	39	Santa Rita-PB	Massaranduba-PB Campina Grande-PB/ Ligeiro	Santa Rita-PB	Mora "junto", oficialmente solteiro	7 filhos Esposa	1ª série do 1º grau, 2º ano do atual Ensino Básico
5	58	Aroeiras-PB / Gado Bravo	Gado Bravo-PB Campina Grande-PB/ Ligeiro	Aroeiras-PB/ Gado Bravo	Viúvo	6 filhos, Apenas 1 dependente	Sem informação
6	30	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB/ Monte Santo	Campina Grande-PB / Monte Santo	Solteiro	Não tem filhos	1º Grau Completo, 5º ano do atual Ensino Básico
7	58	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Casado	2 filhos, casados 3 netos Esposa	Sem informação
8	34	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB/ Zé Pinheiro (?)	Campina Grande-PB/ Beco do Vulcão	Casado (2ª vez)	3 filhas Esposa	Início do ensino básico
9	28	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB/ Bodocongó	Campina Grande-PB/ Bodocongó	Casado	Tem filhos (quantidade não citada)	Sem informação
10	23	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB/ Zé Pinheiro (casa da sogra)	Campina Grande-PB/ Glória	Casado (2ª vez)	3 filhos Esposa	5ª série do Ensino Fundamental, atual 6º ano
11	38	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB	Campina Grande-PB	Casado	4 filhos Esposa	3º Ano Científico. Atual Ensino Médio.

Observa-se uma situação em que 8 (oito) dos entrevistados se encontram em uma faixa etária de plena condição para desempenho de atividade e inclusão no mercado de trabalho, havendo 3 (três) que se aproximam do período de aposentadoria. 6

(seis) deles são naturais de Campina Grande-PB e 3 (três) advieram de cidades da circunvizinhança o que provoca uma situação de hegemonia de origem em relação às possibilidades de inclusão no mercado de trabalho.

Dos entrevistados 7 (sete) são casados, sendo que 2 (dois) deles se encontram em segundo casamento, com filhos e esposa para darem a manutenção; dos 4 (quatro) solteiros, 1 (um) tem filhos, 2 (dois) moram com as mães que dependem deles e apenas 1 (um) vive sozinho, sendo único dependente de si próprio. Configurando um quadro que remete à repetição no cotidiano doméstico das condições precárias em que estão inseridos no universo do trabalho, haja vista aferirem rendimentos incertos e baixos, conforme se poderá visualizar no quadro D, apresentado mais adiante.

Consonante ao acesso ao ensino formal, visualiza-se um quadro em que apenas 1 (um) dos entrevistados concluiu o nível médio, estando todos os demais na condição de semi-alfabetizados ou de completo analfabetismo. Perfil que se revela limitador de oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho e, mesmo, de distanciamento sócio-cultural no contexto da contemporaneidade.

O não ter tido acesso aos níveis mais elevados de instrução formal se assoma a não profissionalização para as demandas contemporâneas do mercado de trabalho formal, haja vista que estas são condições que se apresentam atreladas.

O processo de mundialização do capital, no nível atual, exige cada vez mais o domínio de códigos e linguagens que passam pelo domínio, ao menos em nível mediano, da instrução formal. É em uma sociedade de avançado índice tecnológico e de especialização de funções, que as antigas formas de trabalho soam como obsoletas, ficando obsoletos também seus realizadores.

Aqui nos remetemos a uma questão que bate de frente com o perfil dos trabalhadores aqui enfocados, qual seja, a do uso da tecnologia para realizar tarefas que antes eram desempenhadas por profissionais de baixa formação, a exemplo, do surgimento dos lava-jatos, das empresas de lavagem de carro monitorada, que passaram a substituir os lavadores de carros aos moldes tradicionais; da criação dos estacionamentos pagos com *tickets* que contém códigos de barras e que vêm a não mais necessitar da mão-de-obra (des)qualificada, levando ao desaparecimento da presença

humana em localidades de maior rotatividade de veículos, a exemplo dos *shoppings centers*.

Por outro lado, é possível argumentar, no caso específico de uma cidade de porte médio como Campina Grande, que o nível de aprofundamento e entrada do aparato tecnológico que caracteriza os grandes centros urbanos ainda não se fez sentir massivamente. Mas, poderíamos dizer que já vivemos uma fase transitória em que os primeiros sinais já se fazem presentes no cotidiano da população que transita nas áreas centrais e de instalação de novos estabelecimentos comerciais, a exemplo dos Shoppings Centers, dos hipermercados, postos de gasolina, dentre outros. Aparato que tem sido paulatinamente implementado e que tende a seguir os rumos do que vem ocorrendo em nível macro.

Não por acaso, notamos nas entrevistas o quão tensas são as relações entre os trabalhadores da “olhada” e da lavagem de carros e os usuários. Mesmo alguns deles, no caso dos “flanelinhas” e lavadores de carros, dizendo que os conflitos que surgem com os donos dos veículos “são besteiras”, “que deixam pra lá”, que “se um não dá outro dá”, é visível a criação de um campo de tensão. Abaixo seguem disponibilizados alguns recortes de falas dos entrevistados que indicam no sentido do exposto:

(...) problema as vezes é os dono de carro abusado, né Léo, com a gente...é, tem esse problema, deixa pra lá, né. (Entrevistado 1);

(...) tem uns que é meio abusado, mas a gente leva na bandaragem (Entrevistado 2);

(...) quando nega, eu digo vá simbora, vá com Deus. (...). não insisto não, vá simbora, vá com Deus. [para que não tenha nenhum conflito]. (...). nenhum conflito. Doutra vez que vem paga o dobro, não tem nenhum problema com isso. Graças a Deus eu sou... (Entrevistado 3);

(...) tem um bocado que passa o dia todinho e não dá nada [um outro do ponto fala: passa o dia todinho, dá dois conto] é [outro argumenta: 7 da manhã a 7 da noite] a gente quer uma pessoa que ajude a gente (...). é, maior ignorância [o colega do lado complementa: já puxaram até revolver aqui pra gente, pedaço de pau] (...).depois que a secretaria saiu, deixou a gente no zimboleu (Entrevistado 7).

Tensionamento que também se dá no tocante a garantir o lugar no ponto em que atua, havendo a constituição de relações de poder que atravessam o próprio grupo que realiza as funções e que vão desde a questão do indivíduo ser mais antigo no ponto até ao fato de ser uma referência no grupo que atua no ponto, inviabilizando, a dois tempos, a intromissão de estranhos à atividade e o querer “receber” carro de outrem.

São histórias marcadas pela submissão, disputa entre excluídos socialmente e impotência, em face da exclusão com que se veem em relação ao mercado de trabalho formal, sistemicamente ordenado pelo capitalismo mundializado que, em suas visões, só promove desemprego, marginalização e falta de oportunidade para aqueles que, como eles, se encontram desclassificados e desprovidos socialmente. Condição, também, demarcada quando de uma visada no quadro C no item concernente aos locais de moradia, em sua quase totalidade, região periférica da cidade.

De acordo com as informações prestadas pelo atual Presidente da Associação dos Lavadores de Carros, Entrevistado 9, hoje as atividades de “olhada” e lavagem de carros só são realizadas por indivíduos do sexo masculino, mas já existiram mulheres atuando. Os entrevistados arrolados aqui são todos do sexo masculino.

Há uma hegemonia de condição dos entrevistados dentro das famílias, no tocante a serem responsáveis pela manutenção da casa e dependerem, exclusivamente, da renda aferida nas atividades de “olhada” e/ou lavagem de carros. Na consideração do que nos foi informado, julgamos relevante apresentar os dividendos no quadro a seguir, sob motivação de facilitar o acompanhamento do leitor da questão:

#### QUADRO D

ENTREVISTADO	PONTO	RENDA MÉDIA SEMANAL (dias bons)
1	INSS	R\$80,00 a R\$100,00
2	INSS	R\$80,00 a R\$100,00
3	INSS	R\$80,00 a R\$100,00
4	Feira Central	R\$70,00 a R\$80,00
5	Feira Central	R\$120,00 a R\$130,00
6	Antigo Estacionamento do Capitólio	R\$100,00
7	Antigo Estacionamento do Capitólio	R\$200,00 ou mais
8	Antigo Estacionamento do Capitólio	R\$200,00
9	Faculdade de Administração da UEPB	R\$100,00 a R\$150,00
10	Faculdade de Administração da UEPB	R\$150,00
11	Faculdade de Administração da UEPB	R\$250,00 a R\$300,00

Quadro que, além de trazer os dados individuais destes trabalhadores informais, faz que se perceba a formação de hierarquia de ponto e de “flanelinha”/lavador de carro no que concerne à aferição de renda. Além do que não há nenhuma situação de confortabilidade real, haja vista tratar-se de um numerário oscilante que se subordina às condições climáticas, ao humor e interesse dos clientes, ao estado de saúde e presença do trabalhador no ponto. A isso se assome os fatos de que, em média, em existindo dias ruins na semana, conforme foi informado, o numerário semanal não ultrapassa R\$50,00; e que não têm nenhum plano de seguridade social, quer seja por parte dos órgãos públicos municipais, quer seja de forma autônoma.

A dependência destes da ida cotidiana ao ambiente de trabalho os torna impotentes em face de qualquer fator que inviabilize sua presença no ponto em que atuam. Quando interpelados sobre a questão do vir a adoecer, alguns apelam para a crença cristã de que Deus os dará força para que não venham a ser acometidos de nenhum mal; outros afirmam que vão trabalhar mesmo em condições de convalescência, ficando ainda mais subjugados ao “querer” daqueles que “tenham bom coração”. Disso resulta uma (hiper)dependência em relação aos “clientes” que vão ou não até onde ficam sentados para “dá o dinheiro” que bonifica a “olhada”; um deles (entrevistado 2) diz guardar dinheiro, ter economias que se reservam para o uso nessas situações; outro apela para o “emprestar” de dinheiro dos colegas que confiem nele quanto ao quitar da dívida no retorno às ruas. Marcas que constituem a base sólida dos argumentos elaborados pelos entrevistados e que são reveladas nos recortes que selecionamos, aleatoriamente, a título de exemplificação:

**Pesquisadora** – e quando o senhor fica doente que não pode vir trabalhar, como é que o senhor faz pra ter essa sua renda semanal?

**Entrevistado** – ah, o que ganhou tem que gastar com remédio

**Pesquisadora** – tem alguém que lhe substitua quando o senhor está doente?

**Entrevistado** – não, tem não (Entrevistado 1);

**Pesquisadora** – mais hoje, se você ficar doente o que é que você faz pra arranjar a feira no final da semana?

**Entrevistado** – eu?! Peço emprestado.

**Pesquisadora** – e pra pagar?

**Entrevistado** – eu pago depois que tiver bom. E assim vai, eu mermo sou ingual ao meu pai, se faltar alguma coisa dentro de casa eu fico

doido. Ta entendendo? Por que minha muié ela também, ela gosta de gastar muito. Ela quer ter tudo numa pressa e eu não posso fazer isso, ta entendendo? (Entrevistado 10).

### **Trajetórias**

Em concomitância com os aspectos sociais que perfazem o perfil dos trabalhadores informais aqui trabalhados, se dá a trajetória de entrada no universo da informalidade. Trajetórias marcadas por origem humilde e, hegemonicamente, com inviabilização de acesso ao mercado de trabalho formal, rareando as exceções.

Do grupo em evidência pondera-se que as atividades que realizaram anteriormente, quando não foram logo iniciados na informalidade, são de caracterização subalterna.

### **QUADRO E**

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>TRABALHOS ANTERIORES</b>	<b>CARTEIRA ASSINADA/ TEMPO</b>	<b>TEMPO NA ATIVIDADE INFORMAL</b>
1	Padaria Posto de gasolina	Sem informação	Aproximadamente 20 anos
2	Cavesa – Concessionária de Veículos Hotel ONIGRAT	Carteira assinada nos dois empregos anteriores. Não mais pagou INSS.	31 anos
3	Sem informação	Nunca teve carteira assinada	25 anos
4	Fabrica em Santa Rita Servente de pedreiro	Teve carteira assinada	Muitos anos [sem informação precisa]
5	No Rio de Janeiro	Teve carteira assinada	22 anos
6	Hospital	Teve carteira assinada	4 anos
7	Posto de gasolina	Nunca teve carteira assinada	43 anos
8	Ajudava o avô com o gado	Nunca teve carteira assinada	28 anos
9	Realizou outras atividades	Nunca teve carteira assinada	18 anos
10	Servente Pintor Vendedor de dindin Catador de lixo Lava jato	Nunca teve carteira assinada	6 anos
11	Balconista Coveiro	Teve carteira assinada	27 anos, finais de semana e feriados já ia.

Fica posto que alguns tiveram carteira assinada, mas outros nunca tiveram e chegam a desconfiar da questão de virem a ter, compreensão que pode ser motivada por experiência anterior em que um deles tentou se incluir na formalidade e não obteve êxito, como coloca:

**Entrevistado** - não. Nas outras ruas não, mas já trabaiei no lava jato, que era como eu tava dizendo, pra mode tentar trabaiair com carteira assinada.

**Pesquisadora** – quando você trabalhou no lava jato, foi com carteira assinada?

**Entrevistado** – não, tava no meis de experiência.

**Pesquisadora** – ai só passou um mês?

**Entrevistado** – passei três meis, mas depois de três meis, teve uma discussão com o rapaiz do lava jato e ele me botou pra fora (Entrevistado 10).

No caso daqueles que já fizeram parte do mercado formal de trabalho a questão de um retorno a essa condição se coloca enquanto ideal inatingível ou dependente de outrem que venha a “salvá-los” da humilhação a que estão submetidos pela condição da atividade a que estão ligados.

Nesse entendimento, diríamos que os “flanelinhas” e lavadores de carro que atuam no estacionamento do antigo Capitólio têm essa condição mais evidenciada, por motivo de lá já ter existido regulação que formalizava o ponto e permitia que tivessem uma identificação outorgada pelo prefeito. Mesmo aqueles que lá chegaram depois repetem a história, sob desejo de que haja um retorno a esse tempo. Os mais antigos falam que atingiam somas consideráveis de lucro e, um deles, diz ter formado um filho com a renda que tinha lá. Assim é que os políticos que estavam no poder à época são mencionados como bem-feitores a quem cabe considerar, em detrimento dos que estão nos mesmos postos hoje e que nada fazem para ver a situação deles. Um deles nos solicita que intermedeie a negociação.

Destarte, parecem ter consciência deque esse tempo passou, que estão entregues a própria sorte e impotência. Numa visada dos argumentos do grupo que estava no entorno quando da entrevista que realizamos com o entrevistado 7 e que estiveram por perto fortalecendo ou ajudando nas respostas:

Foto – 5: Trabalhadores no estacionamento



**Fonte:** Registro da Autora

**Entrevistado** – é moça, a gente só ta quereno isso. Se a senhora puder falar com uma pessoa que venha ajeitar aqui, legalizar, chamar a gente. Por que aqui já foi legalizado umas duas veiz. (...) Era bom legalizasse, secretaria do meio ambiente.

**Pesquisadora** – mas vocês chegaram a pagar alguma coisa?

**Entrevistado** – pagava [em coro] tudo trabaiano aí, eu, ele...todo dia arrecadava...a semana todinha, era

**Pesquisadora** – ia pra secretaria?

**Entrevistado** – secretaria

**Pesquisadora** – e vocês recebiam como?

**Entrevistado** – toda sexta, toda sexta ia pra lá.

**Pesquisadora** – aí vocês recebiam um percentual?

**Entrevistado** – percentual. Cento e tanto reais na época...era

**Pesquisadora** – (...) mais hoje em dia, não é melhor assim não, como tá?

**Entrevistado** – eu acho que não, madame. É não, quem não quer dá um negócio. Tem dia que a gente não apura, e é muita gente aqui batalhando. Aí não dá quase nada pra ninguém.

**Pesquisadora** – porque quando era com a secretária era certo?

**Entrevistado** – era certo.

**Pesquisadora** – toda semana vocês recebiam aquela quantia certa?

**Entrevistado** – e aqui madame era diferente, por que aqui era rotativo, era uma hora, duas horas, pagava um real, dois.. (...)

**Entrevistado** – (...) A gente chegava a apurar quase R\$200,00 por dia e levava pra lá.

**Pesquisadora** – ah, entendi. Como o senhor tá dizendo agora, a pessoa chega de manhã deixa o carro aí e só tira de noite.

**Entrevistado** – tira de noite [não quer dá nada] [R\$2,00] quando dá, R\$2,00. Aí, isso aí atrasa...

**Pesquisadora** – e se fosse rotativo...

**Entrevistado** – rotativo [não bota naquele ali, não bota naquele ali] [bota aqui por que aqui paga de todo jeito] sabe como é? (...)

**Entrevistado** – [tem gente que não paga] é. [A gente cobrar, quer enganar a gente, vem com bocão com brabeza] é.

**Pesquisadora** – vocês têm muito tipo de problema aqui em relação a isso?

**Entrevistado** – e muito! [uníssonos] problema de puxar revólver pra alguma coisa, desfazer da gente, humilhar [home, esse aqui fala aqui com os pessoal aí e ninguém liga não, “isso aqui é público é do jeito que”] é, sei de que, sei de que. É chato. (Entrevistado 7, foto 5).

Sobressai a questão da origem do ponto a que se atrelam os inícios de alguns deles na atividade. Mas, e mais brutalmente o trecho traz as marcas do descaso público com relação à condição do trabalhador e do achincalhar de alguns que humilham e usam de sua condição social advinda do fato de participar dos retornos gerados pela economia capitalista, na condição de micro-empresários, lojistas, trabalhadores do mercado formal. Ainda que não se possa edificar nenhuma idealização do mundo do trabalho gestado pelo sistema capitalista de produção em seu aprofundamento contemporâneo, a maior parte deles, que assume a condição de clientes dos serviços de estacionamento e de lavagem de veículos, tem algum plano de seguridade social que lhe dá a possibilidade de projetar alguma segurança.

Das conversas com os entrevistados sobre o que levou a entrada no mercado de trabalho informal sobressai o fato de não ter conseguido emprego formal, restando-lhes

ocupar-se daquilo que conseguiram, como focaliza a fala: “depois só lavando carro na rua” (Entrevistado 2). Mas, não é essa a única justificativa para a chegada à atividade, sendo que alguns deles foram levados para trabalhar no ponto ainda na infância através de influência doméstica.

Situação que caracteriza também a escolha de pontos. Em algumas das vezes não seria bem uma escolha, mas mais uma herança.

Porém, a escolha dos pontos para o desempenho das atividades não segue uma ordem geral, pois cada situação é específica, interferindo nisso questões de ordem política, como no caso daqueles que estão no estacionamento do antigo Capitólio, que há 30 anos foi um ponto regulamentado, tendo sido feito um cadastro em que foram incluídos aqueles que o prefeito da época permitiu que explorassem o ponto. O Entrevistado 6 relata a questão a partir do que tomou conhecimento, no sentido de que ele só está no ponto há 4 (quatro) anos:

(...) fizeram o cadastro de todos pessoais aqui. (...) faz muito tempo, eu acho que há uns trinta anos atrás. (...) que vem do pessoal antigo, eu faz 4 anos. (...) foi através de um político. (...) do prefeito da época, acho que naquela época era Ronaldo Cunha Lima, não me lembro bem (Entrevistado 6).

Uma vez tendo sido entregue o ponto aos iniciadores, no caso do Estacionamento do antigo Capitólio, isso gerou uma “apropriação” do território que foi passando de pai para filho, irmão mais velho para irmão mais novo, tio para sobrinho, “chegado” para “chegado”, etc. Dos três entrevistados que atuam no ponto, a fala do Entrevistado 7, que tem maior tempo de estada no ponto, possibilita entender a questão da entrada de alguém no ponto. Quando lhe foi indagado sobre a chegada de estranho para participar da atividade e dos lucros no ponto ele colocou que isso não pode acontecer não, o que provocaria uma situação de conflito. Nos termos com que aborda:

(...) briga, polícia, tudo, por que a gente tá aqui há muitos anos, os cara tão tudo velho aqui dentro [o colega continua participando no fundo da fala]. Isso aqui é velho, tem uns 30 anos aqui dentro, esse aqui entrou nos braços do pai e o meu filho ali também [o colega diz que entrou ainda pequeno]...tudininho é velho, meu amigo. Tudinho (Entrevistado 7).

Situação que cria uma rede de proteção que objetiva garantir o controle do ponto. Como expõe o informante, há uma iniciação do filho pelo pai, como no caso de um deles que está no entorno e do filho dele, referindo-se ao fato de terem entrado nos braços do pai.

No caso da trajetória dos “flanelinhas” e lavadores de carro que trabalham no ponto da Faculdade de Administração, foi possível perceber ainda mais os vínculos de parentesco. No decorrer da fala do Entrevistado 11 houve recorrente referência a esse fato, ao ponto de colocar explicitamente que dos 15 ou 16 que lá trabalham serem 14 vinculados por laços de parentesco, em primeiro, segundo graus ou por vínculo de casamento, havendo lá filho seu, irmão, cunhado, irmão da cunhada, etc. Acompanhemos pela narrativa do informante:

**Pesquisadora** – e o seu relacionamento aqui com seus colegas, por que são muitos né?

**Entrevistado** – são.

**Pesquisadora** – o senhor não trabalha sozinho na rua.

**Entrevistado** – não, não. São na faixa de 16, 15. 15 a 16. Desses 15 a 16, 14 é família. (...) [riso] tudo família [riso]. (...) já, hereditário já.

**Pesquisadora** – um vai chegando, mas como é que se dá, é, a chegada dos novos, espera os mais velhos se aposentar ou não, o senhor é o quê, é pai?

**Entrevistado** – eu sou

**Pesquisadora** – é pai, aí tem sobrinho,

**Entrevistado** – sobrinho

**Pesquisadora** – é assim que funciona? Não tem que esperar o senhor morrer pra vir pegar o seu lugar não.

**Entrevistado** – não jamais, e tem mais essa quem quiser esperar, espere que eu não tô com pressa de morrer não, viu. [riso] (Entrevistado 11).

Destarte esse fato, no ponto um dos entrevistados não era da família e isso, talvez, faça com que ele tome uma atitude que se distingue da que é evidenciada pela maioria, pois marca sua fala com a demonstração de que para se fixar e conseguir se inserir teve que “bancar terror”, o que o fez adquirir inimizade. Mas, no continuar de sua fala, minora a questão e diz não guardar rancor de ninguém não. Pela distinção do

que expõe e pelo fato de não ser da família dos demais, consideramos ser de relevância apresentar os argumentos do referido trabalhador que vai destacar aspectos não pontuados pelos dois outros entrevistados do ponto. Verifiquemos:

(...) Tem discussão da gente aqui que tem uns que diz mermo, eu sou mais véi que você aqui, isso e aquilo. Mais mermo assim a gente leva normal, na brincadeira, já pra não ..., por que eles não são dono da rua, a gente também não somo dono da rua, né? (...) cada um por si, aí ele não tem direito de expulsar eu, já que ele é mais vei que eu, né. Ele pode reclamar assim, se ele ver eu fazendo alguma coisa errada, se ele ver eu roubando alguma coisa, aí ele pode chegar pra mim e dizer, você ta fazendo errado, você vai sujar é a praça, ta entendendo? (...) só que faiz tempo, foi no começo, eu mermo fui bancar terror. Pronto, como eu tava lhe dizendo, se chegar um novato e querer bancar onda de herói, sempre só sobra pro novato, né. Aí pronto, fui bancar onda de terror aí deu no que deu. (...) só foi uma vez mermo, a gente já fala e tudo, brinca. (...) Eu sou uma pessoa que não guardo raiva de ninguém não (Entrevistado 10).

Há os casos em que a trajetória de entrada no ponto ocorreu por vínculo de amizade, ou respeito e consideração. Situações que marcam os pontos do INSS e da Feira Central. O entrevistado 3, que atua no Ponto do INSS e já trabalhou no hotel ONIGRAT, se apoia na amizade e confiança do proprietário do hotel como garantia de sua permanência no ponto, fator que destaca em seu comentário sobre o assunto:

**Pesquisadora** – Por que é difícil na rua você delimitar o seu espaço de trabalho? Porque pode chegar um e querer ficar aí.

**Entrevistado** – é, mas o home aí não quer não. Só quem lava carro na garagem do hotel é eu aí. Na garagem do hotel é eu que lavo.

**Pesquisadora** – só quem deixa o senhor entrar

**Entrevistado** – o gerente do hotel, é só eu aí. Minha irmã trabalha aí, nesse hotel aí. Minha trabalha aí, faz 3 anos (Entrevistado 3).

Já o entrevistado 3 que atua no mesmo ponto se salvaguarda na consideração a ele demonstrada por um ex-trabalhador do ponto que o tinha como tio e que lhe repassou o ponto, assim ele diz:

**Entrevistado** – faz tempo, quem trabalhava aqui era meu sobrinho. Aí ele saiu, adoeceu, o INSS aposentou ele, ele não pode trabalhar, aí eu que fiquei no lugar dele. Mais até hoje nunca tive problema não.

**Entrevistado** – não é meu sobrinho, mais ele me considera como tio e eu como sobrinho... (Entrevistado 3, foto 6).

Foto 6 – “Flanelinha” assumindo o ponto



**Fonte:** Registro da Autora

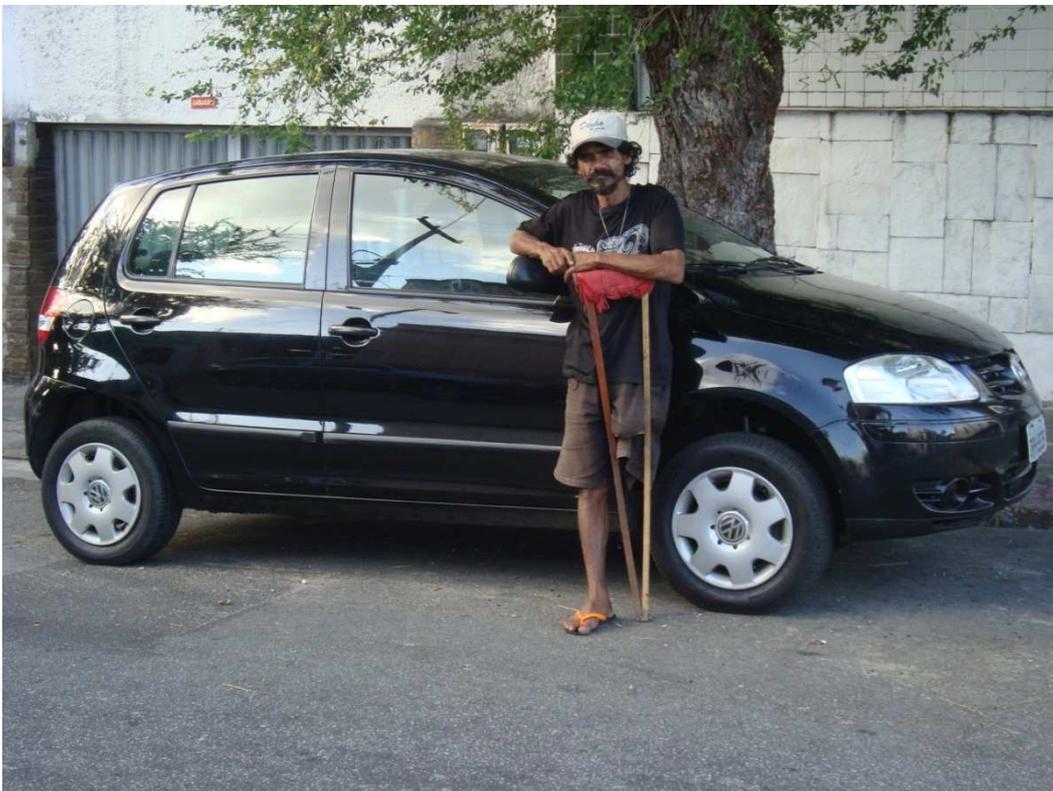
Notamos que entre eles existe um respeito considerando os limites de cada um, seja em relação ao espaço, ou em relação ao horário, como demonstrado nos depoimentos a seguir:

**Pesquisadora** – e como é que vocês escolhem os pontos pra olhar os carros? Por que, assim, a rua, a cidade é grande. Do jeito que vocês estão aqui, vocês poderiam estar em outras ruas.

**Entrevistado** – Escolhi esse aqui. Já tem os cliente certo, já tem os cliente (Entrevistado 1).

No ponto da feira um dos informantes (Entrevistado 5) diz que foi ficando no ponto aos poucos substituindo um outro que só ficava até 11h.

Foto 7 – “Olhada” dividida



**Fonte:** Registro da Autora

**Pesquisadora** – e o senhor escolheu essa rua porque?

**Entrevistado** – tinha problema na minha perna (...) problema na minha perna, aí eu não podia trabalhar de jeito nenhum. Vim pra cá, fiquei por aqui, aí tinha um menino, morava no pedregal, ficava até 11 horas, 11 horas ia embora. (...) ficava o resto do dia (Entrevistado 5, foto 7).

Já o colega deixa o questionamento que lhe fizemos sem argumentação, talvez motivado pelo fato de um cliente que saia do ponto e que precisou dar atenção. Fugidamente diz,

**Pesquisadora** – o senhor escolheu esse ponto aqui pra trabalhar por que?

**Entrevistado** – já faz muito tempo que eu trabalho aqui (Entrevistado 4).

Certo é que qualquer um que chegue com o intuito de inserção no ponto vai depender “dos antigos”, havendo casos em que se abre espaço dentro das prerrogativas já conhecidas do grupo. Antiguidade no ponto é um fator fundamental para afirmação do domínio e garantia de respeito no meio do grupo que lá atue, é estabelecido certa hierarquia no local. Disso tem-se uma situação de demarcação territorial que imprime fortes tensões. Aspecto de que fala o Entrevistado 4:

**Pesquisadora**– e se vier uma pessoa de fora?

**Entrevistado** – a gente, a gente não sabe nem como é que faz [meio desconcertado] (...) a gente pede assim, diz que já faz muito tempo, pra não criar problema, né? (...) cada cá seu cantim, né? (Entrevistado 4).

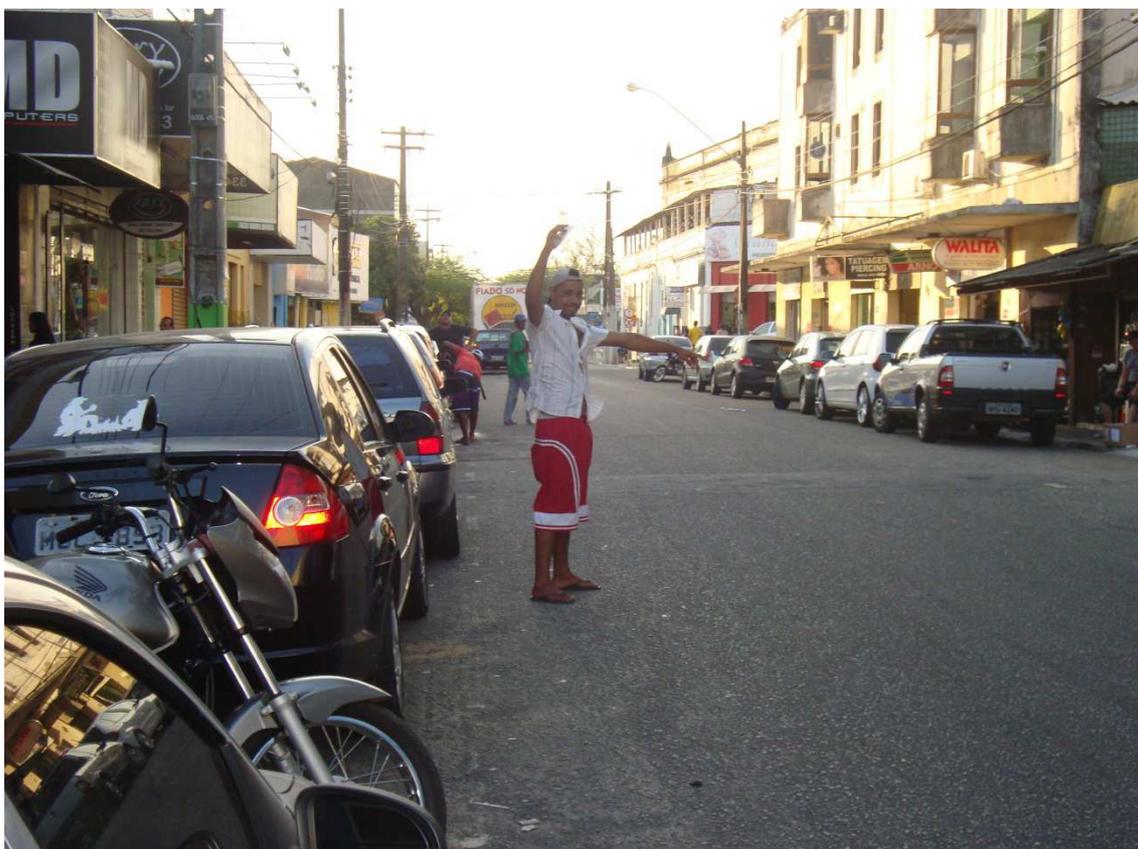
São visíveis os conflitos existentes neste sentido se outro trabalhador tentar se estabelecer nos locais já ocupados sem nenhuma ligação amigável com os atuais. Destarte essa preponderância da antiguidade sobre o ser novato, há questionamentos que se colocam para além disso, como os de que trata o Entrevistado 10, do ponto da faculdade de Administração. Ao chamar a atenção de um dos colegas de ponto para a responsabilidade dele em está levando estranho para lá e isso vir a trazer problemas que gerassem o “sujar” do ponto.

(...) não, esse tempo aí já acabou, mais chegava, chegou de vez em quando, depois de três mês chegava um de vez em quando tapiano, se escalano, aí eu combinava com Doda e dizia assim, e aí Doda quem é esse caba aí? o que é mais véi do que eu. Aí ele, não conhecido meu, já sabe né véi, qualquer coisa que acontecer aqui a responsabilidade é sua, você que trouxe ele. Aqui a gente toma a responsabilidade da gente se a gente trazer alguém de fora, tá entendendo? (...) cada um toma sua responsabilidade, por que se não, esse caba que a gente trazer roubar, ou fazer alguma coisa que não presta, aí a culpa é de quem trouxe. Não vai ser culpa de todos, aí ele vai ter que se resolver com os dono dos carro.

Como vivem?

### *Condições de Trabalho*

Foto 8 – “Flanelinha” direcionando os usuários



**Fonte:** Registro da Autora

(...) ah, quando tá chovendo, tem de tá de todo jeito, ou faça chuva ou faça sol tem de tá aqui, não pode abandonar a área, né? Não pode abandonar, senão chega... Tem de aguentar mesmo... (Entrevistado 1, foto 8).

**Pesquisadora** – e quando está chovendo, como é que o senhor faz pra se proteger da chuva, e como é que o senhor faz pra lavar os carros?

**Entrevistado** – não, não lavo carro não, fico ali só olhando os carro (...), diminui a renda, aí não ganha dinheiro

**Pesquisadora** – (...) E pra se proteger do sol, como é que o senhor faz?

**Entrevistado** – eu boto esse bonezinho aqui na cabeça (Entrevistado 2).

**Pesquisadora** – e quando está chovendo, o que o senhor faz pra se proteger do sol, da chuva?

**Entrevistado** – lá [referindo-se à loja onde pega água] (...) lá tem guarda-chuva, que a gente guarda (...) O que a gente não tem mesmo é dinheiro, né? Por que é difícil (Entrevistado 5).

Reconhecemos que as condições de trabalho deles são as mais precárias possíveis, e que se não conseguirem apoio nos estabelecimentos existentes nas ruas onde atuam, seja para se alimentarem ou para atender a necessidades básicas como o uso de um banheiro, estariam desprovidos de qualquer proteção. Para estes trabalhadores o mais importante é ter uma forma de garantir a sua subsistência, fato que sobressai em seus relatos.

Recortamos pedaços de falas dos entrevistados 1, 2 e 5 para que nos acostemos aos seus jeitos peculiares de tratarem a questão climática, tendo estes característica de exemplaridade, em sendo esta forma de remissão uma regra no conjunto das entrevistas e não exclusividade dos entrevistados referenciados. Ao indagá-los sobre a forma como agem diante das condições climáticas, sob fito de levá-los a falar das condições em que desenvolvem suas atividades, a ênfase recaiu sobre o aspecto da não obtenção de renda, como o leitor pode constatar. O problema colocado, qual seja, se auto-protger da chuva ou do sol, é minorado. É o “tempo” chuvoso apontado como ruim por que inviabiliza a lavagem de carros, atividade que gera uma renda mais “segura” por terem autonomia de fixar o preço.

(...) A gente cobra a lavagem, a olhada a gente chega em cima da pessoa, espera a atenção dela R\$1,00, [um real] R\$0,50 [cinquenta centavos], que não é forçado, não é forçado. Agora, no exato momento que o cliente, a cliente, quiser lavar o carro a gente cobra nosso serviço (Entrevistado 11).

Para “flanelinhas” e lavadores de carro, que não têm nenhum direito trabalhista ou seguridade social, a realidade de exposição à chuva e ao sol é uma verdade com que têm de lidar cotidianamente. Situação a que as falas dão trato de trivialidade.

(...) por que pára o movimento, a gente vem por que a gente tem obrigação com o pessoal que sempre vem aqui, todos os dias nos ajudar (Entrevistado 6).

Donde é pertinente interrogar, como poderão estes trabalhadores ver anomalia naquilo que lhes acompanha dia-a-dia? A sociedade não já lhes negou condições primarias de subsistência, ao excluí-los do mercado formal de trabalho? Há estes restaria ilusão quanto a virem a ter oportunidades que lhes arrebatassem das ruas? Questionamentos que se impõem enquanto balizas para o debate sobre a informalidade e suas derivações na sociedade contemporânea.

É certo que estamos lidando com um grupo que já está nas ruas há, no mínimo, quatro anos e que há em seu meio aqueles que já passaram dos quarenta anos de atuação nas atividades de “olhada” e lavagem de carros. Desse modo, a relação que se configura entre “flanelinhas” e lavadores de carros com as condições de trabalho que os deixa a deriva, sem proteção, sendo-lhes negado o básico, é de normalidade. É diante de homens, e não apenas trabalhadores, que se colocam em extremo grau de flexibilização de seus princípios, que as entrevistas com eles realizadas nos colocam. (Des)identificação que se faz ainda mais presente quando tratam da relação que adotam com os “clientes”.

A caracterização das condições de trabalho dos “flanelinhas” e lavadores de carro, que compõem a amostragem em análise, passa não apenas por apresentar as linhas matizadoras que os engloba, mas a isso é preciso que se assome distinções que se fazem existentes nos pontos em que desenvolvem suas atividades.

Ressalva com que introduzimos o item para que seja possível uma demonstração qualitativa da temática em tela, mas para chamar a atenção do leitor para aspectos, aparentemente, inexistentes no contexto de desenvolvimento da atividade com que estamos lidando. O tratamento deste aspecto leva ao aprofundamento diagnóstico da atividade debatida.

Com este alvo em mira questionamos: é possível pensar na hierarquia de condições de trabalho em uma condição tal de sua precarização? Em sendo as condições de trabalho precarizadas, e o agente motor do trabalho também um indivíduo

precarizado, poderia essa condição ser pensada em uma dimensão escalar? Forma-se uma escala valorativa que distingue pela pior condição?

Parece que nossos entrevistados jogam informações que permitem este nível de entrada no universo de suas atividades. Entrada que pode ser feita a partir da espacialidade em que atuam, considerando-se esta em si enquanto passível de análise no reconhecimento da sociedade, donde dos clientes que a ela se dirigem, e dos “flanelinhas” e lavadores de carro que nela atuem ou com ela se relacionem pela identificação de atividade realizada.

Problemática que destinamos valor na análise e que pode vir a demonstrar uma imitação daquilo que ocorre em nível macro na sociedade capitalista, pensando-se aqui o mercado formal de trabalho e as redes de relações sociais que ele gera e que são promotoras de identidades coletivas e individuais.

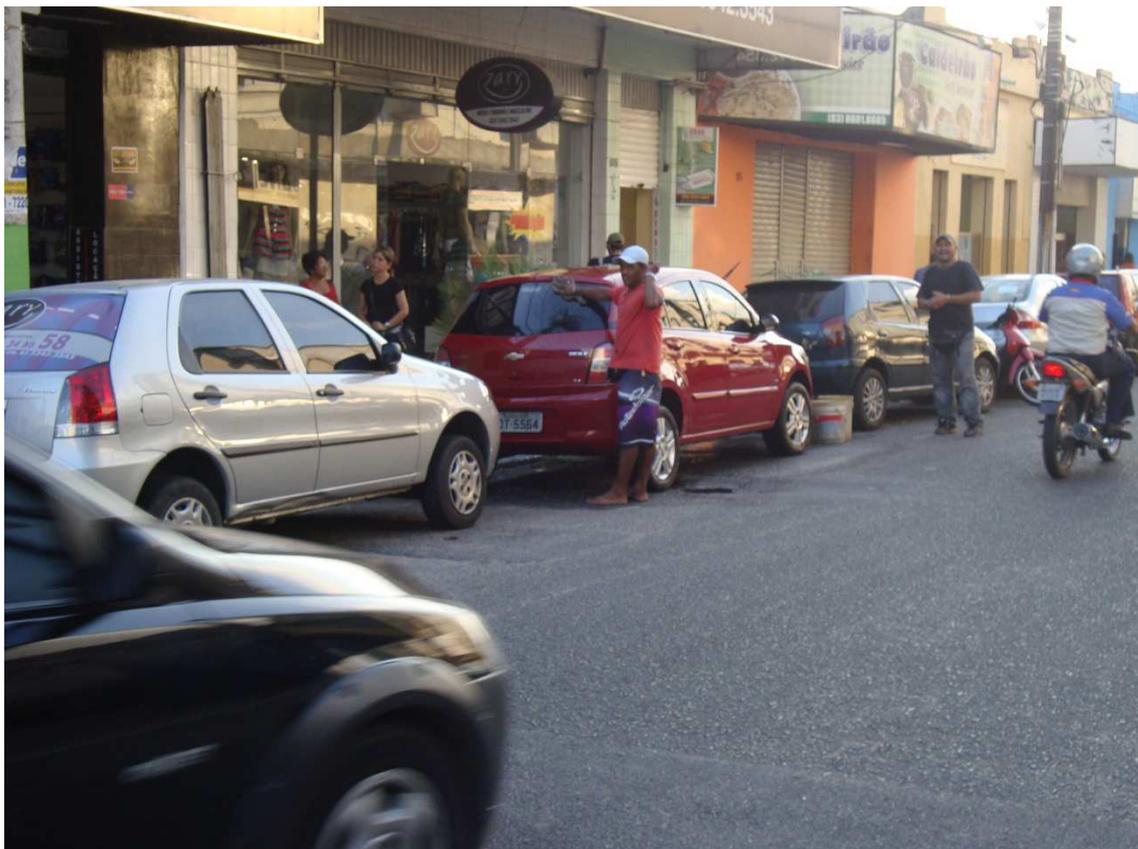
Tomarmos como critérios de hierarquização dos pontos de atuação de “flanelinhas” e lavadores de carro em Campina Grande, mantendo a restrição da amostragem, aspectos concernentes às condições de trabalho e de rentabilidade, contribui para se promover uma articulação com o debate sobre informalidade e precarização do trabalho. Estes são vetores básicos de demonstração do debate e pontuam a malha das falas com que lidamos.

Em termos de melhores condições de trabalho e de aferição de maior rentabilidade, os trabalhadores que atuam no Ponto da Faculdade de Administração da UEPB assumem a dianteira, atingindo uma média por semana de R\$200,00 a R\$300,00; em segundo lugar, temos aqueles que atuam no Ponto do Estacionamento do Antigo Capitólio que chegam a atingir até R\$ 200,00 em média semanal. No caso do ponto que ocupa o terceiro lugar é o Ponto da Feira Central com uma média semanal de R\$70,00 até R\$130,00, e, por último, o Ponto do INSS, com ganhos semanais de uma média de R\$80,00 a R\$100,00.

As condições de trabalho dos dois últimos pontos são muito semelhantes e dependem da relação com os donos dos estabelecimentos comerciais e instituições (INSS) do entorno e de moradores da região para uso de banheiros, proteção nos dias de chuva e acesso à alimentação.

O Ponto da Faculdade de Administração da UEPB é o único que dispõe de água e luz “próprias”, fato que resultou da articulação do grupo de “flanelinhas” e lavadores de carro com a reitora da UEPB (Marlene Alves) e com o Presidente do Sindicato dos Professores (Andrade) que são mencionados pelos três entrevistados. O entrevistados 9 e 11 expõem:

Foto – 9 “Flanelinha” no trabalho de lavagem



**Fonte:** Registro da Autora

(...) água, graças a deus, agradeço muito a reitora da universidade Marlene Alves. (...) é. Que tive a oportunidade de conversar com ela e ela nos forneceu uma torneira, um bico de água e é com que, nós conseguimos, e várias e várias vezes já tentaram até tirar, mas não conseguiram, por que quem paga a água é a universidade, a água é da universidade eles não conseguiram retirar a nossa água (Entrevistado 9, foto 9).

É a única praça aqui em Campina Grande que nós temos água própria, dada, graças a Deus, pela reitora e luz (Entrevistado 11).

Sobre o uso de banheiro e acesso à água para beber ele acrescenta:

**Pesquisadora** – e quando vocês precisam utilizar banheiro, por exemplo, vocês usam aonde?

**Entrevistado** – na universidade.

**Pesquisadora** - se você quiser água pra beber?

**Entrevistado** – é na universidade também, graças a Deus com o conhecimento que nós temos aqui com todos os professores e funcionários, nós ainda temos essa mão aberta pela reitora e pelo presidente da ADUEPB, José Cristovão de Andrade (Entrevistado 9).

O que demonstra uma dependência dos trabalhadores do ponto das articulações e do bom relacionamento com aqueles que ocupam cargos na faculdade e sindicato.

Em relação a esses aspectos no Ponto do Estacionamento do Antigo Capitólio a relação mais direta é com os responsáveis pela administração da praça e com aquilo que a praça disponibiliza para os frequentadores em geral, como no caso de banheiros.

**Pesquisadora** – e as condições pra vocês trabalharem aqui, por exemplo, o pessoal que lava carros, onde é que eles conseguem água?

**Entrevistado** – é na administração. Administração da, administração da praça. (...) eles cedem. (...) consegue, com ordem da prefeitura. (Entrevistado 6).

**Entrevistado** – tem no banheiro dos homens aí [cerca de 3 vezes].

**Pesquisadora** – aí tem banheiro também, pra vocês usarem, não é? (Entrevistado 7).

Nos outros dois pontos a relação se dá com os estabelecimentos, como no caso do Ponto do INSS que os trabalhadores pegam água para lavar os carros no hotel ONIGRAT ou no INSS, bem como utilizam os banheiros dos nomeados estabelecimentos. No caso do Ponto da Feira são nos estabelecimentos comerciais do entorno em que se apoiam, ou nas casas dos moradores.

**Pesquisadora** – e o senhor quando precisa, por exemplo, ir ao banheiro, o senhor vai aonde?

**Entrevistado** – aqui, oh, nessa loja ali (Entrevistado 5).

**Entrevistado** – eu consigo água com, com as pessoa que eu conheço, né?

**Pesquisadora** – na rua?

**Entrevistado** – é

**Pesquisadora** – Conhecido na rua, lhe fornece água?

**Entrevistado** - é

**Pesquisadora** – quando o senhor quer usar um banheiro, o senhor usa qual?

**Entrevistado** – eu vou lá pra feira, no mercado

**Pesquisadora** – aqui na rua não tem nenhum, tem que ir lá pra feira?

**Entrevistado** – tem não, é (Entrevistado 4).

No caso de água para beber, a situação daqueles que trabalham nos outros pontos é menos confortável do que a dos que atuam no ponto da Faculdade de Administração da UEPB, visto dependerem dos donos de estabelecimentos comerciais do entorno, dos moradores da rua ou se virem obrigados a comprar, o que já diminuiria suas rendas.

**Pesquisadora** – se vocês quiserem tomar água, toma aonde?

**Entrevistado** – aí tem, no bar, aí tem [o colega: a gente compra mineral] é (Entrevistado 7).

**Pesquisadora** – aí tira pra lavar os carros, pra lavar os veículos lá. E, no caso, pra vocês beberem, vocês conseguem água aonde?

**Entrevistado** – beber, a gente compra (Entrevistado 6).

**Entrevistado** – tanto faz pegar aqui com Dr.Carlos ou lá também [referindo-se à loja em que usa o banheiro] (Entrevistado 5).

Há um ponto de apoio para o grupo do Ponto da Faculdade de Administração da UEPB em um estacionamento que alugaram e em que motos vão estacionar. O que também gera uma renda. Sobre o espaço o Entrevistado 11 comenta:

(...) esse espaço aqui, é um espaço extra da gente (...) é alugado aqui. Aqui é um estacionamento só para motos, porque só para motos? Apesar de ter um rapaz aqui, é meu irmão aqui, do lado da rua, e que moto hoje, tá muita, muita moto que temos aqui, resolvemos alugar um espaço maior e melhor, já pensando nisso também.

Isso demonstra que o grupo já tem uma articulação interna que permite assumir compromisso de aluguel que aponta para possibilidades distintas do que ocorre nos demais pontos analisados.

Foto – 10 Local alugado para motos



**Fonte:** Registro da Autora

O grupo é constituído, quase que inteiramente, por parentes, o que traz, na origem, uma identificação para além daquela que é constituída pela atuação na atividade informal. Há uma clientela “cativa” que para lá se dirige até mesmo no domingo, sendo os frequentadores esporádicos apenas um complemento dos resultados financeiros mais

ordinários. Mantém funcionalidade de “olhada” e lavagem de domingo a domingo, com trabalhadores disponíveis desde 8h da manhã até as 20h.

Os entrevistados 9, 10 e 11 constituem o grupo amostral do Ponto da Faculdade de Administração da UEPB, como já fora informado no início do capítulo. O Entrevistado 9 é também o atual Presidente da Associação de Lavadores de Carro de Campina de Grande e nos prestou informações de caráter geral sobre a atividade dos “flanelinhas” e lavadores de carro de Campina Grande e sobre a sua própria atuação no âmbito da atividade. Isso permitiu que construíssemos uma noção mais abrangente da questão. A seguir tratamos da experiência pessoal do entrevistado na atividade e, mais adiante, retomamos a entrevista para tratar sobre a relação dos trabalhadores informais com o poder público municipal.

Acerca da forma como vê as condições ordinárias de trabalho no ponto naquilo que depende dele para que haja regularidade de funcionamento, diz:

(...) praticamente, eu digo por mim, eu trabalho de domingo a domingo, feriado, eu não tenho repouso,(...) não tenho nenhum dia de descanso. Descanso é, chegar em casa, tomar banho, jantar e dormir. (...) a partir das 5 horas a gente já estamos aqui nas ruas (...) no meu caso, né, eu vou até 9, 10 horas da noite aqui de frente à universidade. (...) é, só tem como ir pra casa a noite uma vez só, por que se for pra ir pra casa fazer a alimentação e voltar a despesa vai sair muito mais cara, muito mais pesada pra mim (Entrevistado 9).

Corroborar com ele o Entrevistado 11:

(...) domingo a domingo, feriado, sempre foi assim.(...) e temo nossa freguesia fiel do domingo...(...) que vem, que vem. Descanso, só a noite mesmo. Já sabe que pai vem trabalhar, filho tem que estudar (Entrevistado 11).

A configuração é de uma situação em que os “flanelinhas” e ainda mais os lavadores de carros do ponto da Faculdade de Administração, para garantia de manutenção da “clientela”, colocam-se disponíveis de domingo a domingo, ressalte-se que sua jornada diária inicia-se às 6h da manhã e estende-se até as 18h, exceto aos

domingos em que encerra ao meio-dia, como demonstrado no quadro B do item 1 deste capítulo.

Para alguns deles o dia na rua inicia-se as 5h da manhã e só se encerra as 18h, havendo situações de irem até 21h, como no caso do que nos foi relatado pelos informantes que trabalham no Estacionamento do Antigo Capitólio que só retornam para as suas casas após sair o último carro. Horário de encerramento que faz direta ligação com o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e, principalmente, do Shopping dos Camelôs de que são “prestadores de atividade” cotidianamente. Situação que eles marcam através da colocação de que são seus clientes regulares. Em se tratando da manutenção de regularidade de procura há preocupação em se colocar disponível para os horários e demandas dos “clientes”. Isso ocorre mais ainda com os lavadores de carro que afirmam virem para o ponto em qualquer dia que o “cliente” acerte a lavagem. O Entrevistado 6 desenvolve raciocínio sobre a questão do permanecer no ponto até a saída do último carro. Interage conosco e diz:

**Entrevistado** – tem gente que vem todos os dias e tem gente...

**Entrevistado** – tem gente que vem e sai.

**Pesquisadora** – pessoas que trabalham aqui, na redondeza por perto, aí já deixam aqui.

**Entrevistado** – isso (...), 7 horas da, 8 horas da noite.

**Pesquisadora** – até isso?

**Entrevistado** – é, é o máximo. (...) por conta do pessoal das lojas. (...) que deixa os carros aqui.

**Pesquisadora** – e depois vem...e vocês só saem quando sai o último carro, então.

**Entrevistado** – isso.

**Pesquisadora** – e vocês vigiam mesmo?

**Entrevistado** – com certeza (Entrevistado 6).

A maioria tem uma jornada que vai até o sábado, outros, como já anotado, de domingo a domingo. No geral os pontos tem funcionalidade, no que se destina a contar com a “olhada” e lavagem de carros, de segunda a sexta até 18h, 18h30; no sábado até meio-dia, 14h; e, em alguns casos, no domingo. O forte de fluxo de movimento é de

segunda a sábado. Aspecto que é concomitante ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais do centro da cidade.

A jornada de trabalho é intensa, como demonstrado nos recortes de falas dos entrevistados do Ponto da Faculdade de Administração da UEPB, isso se aplicando também aos demais.

A funcionalidade de cobrança no ponto do estacionamento do antigo capitólio no momento no que toca aos valores cobrados pela “olhada” é, como nos demais, de acordo com o que o “cliente” quiser dá. Podendo esse não dá nada:

**Entrevistado** – não, a gente não cobra nada não. (...) A gente recebe o que eles dão. (...) não existe taxa não. (...) A gente nunca estimou não, por que isso já veio de uma ordem lá da prefeitura.

**Pesquisadora** – então, fora isso vocês esperam as pessoas darem o que quiserem?

**Entrevistado** – com certeza, é (Entrevistado 6).

**Entrevistado** – é, quando tá fraco, a gente não ganha nada aqui, tudo ganha lavage de carro, esse aí, esse aqui, tudo batalhador. Quando não dá lavage de carro, realmente, a gente não ganha não, aí os cara bota os carro aqui, uns dão uma coisa, outros não dão, é assim.

**Pesquisadora** – não é cobrado um valor fixo aqui não?

**Entrevistado** – é não.

**Pesquisadora** – cada um dá o que quer?

**Entrevistado** – é não, a gente aqui cobrar um valorzinho fixo de R\$3,00 e vão achar, e não, por que aqui é público, aquilo outro. Eu digo, não mais a gente trabalha aqui há muitos anos, tem um certo direito, graças a Deus, por que entra prefeito, sai prefeito e a gente aqui (Entrevistado 7).

Também este é o caso do ponto da Faculdade de Administração da UEPB.

**Entrevistado** – aqui a gente só somo dependente do tanto que a pessoa quiser dá.

**Pesquisadora** – vocês não pedem valor?

**Entrevistado** – a gente não cobra valor não. (...) se a pessoa tiver bom coração ele dá, se não tiver ele pode dá nada, por que aqui é público, né?

**Pesquisadora** – e se ele for embora sem dá nada?

**Entrevistado** – a gente não pode fazer nada. Só pedir obrigado mesmo assim e deixar ele ir. (Entrevistado 10).

Já no caso dos valores cobrados pela lavagem a situação configurada é de regularidade, mesmo que possa ser um valor negociável, havendo ponto em que se cobra mais. Fato é que o valor da lavagem é menos oscilante, ainda que seja irregular a quantidade de veículos lavados e que esteja sujeita a mudança de clima. A natureza do que o entrevistado relata se aplica aos demais: “(...) lavagem é. é por conta, é” (Entrevistado 6).

Quando interrogados sobre as condições de trabalho, as respostas são unânimes no aspecto ligado ao nível de dependência do estar no ponto, caso contrário não tem como garantir renda, não podendo manter a si e a seus dependentes. O ficar doente não deve ser problema para a ida ao ponto, tampouco é pensado enquanto um dado biológico a que tem de enfrentar. A título de demonstração, e para se ter uma maior percepção do que estamos ponderando, seguem algumas das falas, que corporificam a amostragem:

(...) o que ganhou tem que gastar com remédio. Quando adoce gasta o que ganhou. Não tem substituto. Não vai ninguém não. Fica sem ganhar. Aí não tem condições não (...) ninguém deixa nada na casa da pessoa, ninguém deixa lá (Entrevistado 1).

**Pesquisadora** – teve problema de saúde, ficou sem trabalhar

**Entrevistado** – passei 90, 60 dias sem trabalhar

**Pesquisadora** – e esse período que o senhor ficou sem trabalhar?

**Entrevistado** – juntei um dinheirinho pronto (Entrevistado 2).

(...) mesmo eu tando doente eu venho trabalhar. (...) trabalho, trabalho. (...) fico sentado num canto, esperando o freguês, aviso que não tô podendo andar, não tô pudeno correr atrás, sabe que eu não tô mentindo, aí eles chega e entrega o dinheiro. Fico sentado aqui... tem gente lá de baixo, vem aqui e me dá o dinheiro... (Entrevistado 3).

A seguir fixamos alguns dos comentários dos trabalhadores do Estacionamento do Antigo Capitólio que, em virtude de no passado ter existido tempo e preço fixo para o estacionamento dos carros, se queixam da forma como trabalham hoje e dizem desejar que se volte a trabalhar como era antigamente.

Desejo que afirmam querer acima da possibilidade de ganharem mais ou menos. O almejar do vir a ter a regulação faria reaver a condição de que falam os mais velhos ter existido no passado, qual seja, a de terem um valor fixo independente de se ter sol ou chuva e de se rarear ou não a “clientela”. No tocante a horário e valores vir-se-ia a ter de volta tempo por estacionamento, na regulação da permanência, o que nos dias de hoje não se tem. Um deles trata de como tem cliente que deixa o carro o dia todo e às vezes não quer dá nada, outros deixam mais de um carro e dão um único valor e outros os veem como invasores, que querem ser os “donos” da rua. Aspectos que são apontados pelos depoentes como aqueles que geram problemas, destes conduzindo à constante situação de tensão entre eles e os “clientes” e entre eles mesmos.

Desfie-se pedaços de falas que dão a dimensão do problema que têm para além da condição real de trabalhadores da informalidade e sobre quem a precarização do trabalho se impõe:

**Entrevistado** – fizeram o cadastro de todos pessoais aqui.

**Pesquisadora** – o pessoal da prefeitura?

**Entrevistado** – isso. (...) faz muito tempo, eu acho que há uns trinta anos atrás. (...) [risos] tudo isso, que vem do pessoal antigo, eu faz 4 anos.

**Pesquisadora** – 4 anos? sim, mais isso é o que você sabe do pessoal antigo?

**Entrevistado** – sim. (...)

**Pesquisadora** – quer dizer que fora esse tempo aí, não houve mais nenhum cadastro?

**Entrevistado** – não, é justamente, o que eu tava comentando, né. Ficaram de vir e não vieram.

**Pesquisadora** – então, há 30 anos atrás foi que a prefeitura fez isso? (...) pegou o nome de todo mundo e fez o cadastro pra vocês trabalharem aqui?

**Entrevistado** - isso

**Pesquisadora** – e como é que foi essa, vamos dizer, essa doação pra vocês trabalharem aqui? Tem algum documento, tem alguma coisa que possa formalizar isso?

**Entrevistado** – tem, o pessoal antigo, né. O pessoal antigo, todos eles, eles tinham, né. (...) foi através de um político (...) do prefeito da época, acho que naquela época era Ronaldo Cunha Lima, não me lembro bem.

**Pesquisadora** – ah, entendo. Então foi uma doação da prefeitura?

**Entrevistado** – isso.

**Pesquisadora** – do prefeito do período, que deixou vocês explorarem esse ambiente aqui, e os que foram chegando depois foram deixando.

**Entrevistado** – isso (Entrevistado 6).

O outro entrevistado assevera que mesmo que diminuísse o rendimento e tivessem que vir a pagar taxas, preferiam. Notadamente o Entrevistado 7, que é mais antigo que o colega e informante, nomeado aqui de Entrevistado 6, resgata os aspectos do passado e os problemas da não legalização e descaso do poder público:

**Entrevistado** – legalizar, é.

**Pesquisadora** – pra que vocês pudessem cobrar uma taxazinha, e..

**Entrevistado** – e pagar lá também, né.

**Pesquisadora** – receber algum fardamento?

**Entrevistado** – é, fardamento.

**Pesquisadora** – algum tipo de identificação?

**Entrevistado** – é, [outros: a corrente] a corrente ali, é isso tudim, a gente queremos isso madame. [o colega fala: Queremo uma pessoa que fique assim, a frente, para] (...)

**Pesquisadora** – mesmo que vocês precisem pagar uma taxa a prefeitura, mas vocês acham melhor?

**Entrevistado** – com todo prazer. É. [o outro colega fala: a gente tem melhor segurança, uma coisa mais] organização [tem gente que desce com pau pra dá na gente] é [maior ignorância]

**Entrevistado** – é moça, a gente só ta quereno isso. Se a senhora puder falar com uma pessoa que venha ajeitar aqui, legalizar, chamar a gente. Por que aqui já foi legalizado umas duas vez. Aí depois que a secretaria saiu, deixou a gente no zimboleu. Era bom legalizasse, secretaria do meio ambiente.

**Pesquisadora** – mais vocês chegaram a pagar alguma coisa?

**Entrevistado** – pagava [em coro] tudo trabaiano aí, eu, ele...todo dia arrecadava...a semana todinha, era

**Pesquisadora** – ia pra secretaria?

**Entrevistado** – secretaria.

**Pesquisadora** – e vocês recebiam como?

**Entrevistado** – toda sexta, toda sexta ia pra lá.

**Pesquisadora** – aí vocês recebiam um percentual?

**Entrevistado** – percentual. Cento e tanto reais na época...era

**Pesquisadora** – mais, mais hoje em dia, não é melhor assim não, como tá?

**Entrevistado** – eu acho que não, madame. É não, quem não quer dá um negócio. Tem dia que a gente não apura, e é muita gente aqui batalhando. Aí não dá quase nada pra ninguém.

**Pesquisadora** – porque quando era com a secretaria era certo?

**Entrevistado** – era certo.

**Pesquisadora** – toda semana vocês recebiam aquela quantia certa?

**Entrevistado** – e aqui madame era diferente, por que aqui era rotativo, era uma hora, duas horas, pagava um real, dois (...) ajeitava. A gente chegava a apurar quase R\$200,00 por dia e levava pra lá.

**Pesquisadora** – ah, entendi. Como o senhor tá dizendo agora, a pessoa chega de manhã deixa o carro aí e só tira de noite.

**Entrevistado** – tira de noite [não quer dá nada] [R\$2,00] quando dá, R\$2,00. Aí, isso aí atrasa...

**Entrevistado** – rotativo [outro comenta: não bota naquele ali, não bota naquele ali] [outro comenta: bota aqui por que aqui paga de todo jeito] sabe como é? (...) [outro comenta: tem gente que não paga] é. [outro comenta: A gente cobrar, quer enganar a gente, vem com bocão com brabeza] é (Entrevistado 7).

Problemática cuja pertinência se impõe mais agudamente no ponto destacado, pois os outros nunca tiveram a “olhada” legalizada, foram se colocando nas ruas a medida que o sistema de produção os empurrou para às margens. Destarte, também entendemos como dizendo respeito aos demais pontos em que se dá a atividade, mesmo aqueles que não abordamos aqui. Enquanto análise nos é visível a necessidade de uma ação mais abrangente que se preocupe com o fenômeno em sua dimensão total.

O tratamento dispensado as nossas indagações sobre a existência de ajuda, apoio ou alguma garantia do poder público municipal foi, de maneira em geral, apostado em forma de descrédito. Aparece a situação do cadastramento de “flanelinhas” e lavadores de carros, feito pela Associação dos Lavadores de Carro, criada em 2006. O presidente atual da Associação disse ter havido um número de 210 cadastrados, mas que isso não é o contingente que opera na atividade, diz ter intenção de que seja refeito o

cadastro e de aqueles que não foram contados venham a ser. O não cadastro é a realidade mais geral, posto que veem a associação como desacreditada. No que refere-se às benesses trazidas pelo cadastro, os trabalhadores do Ponto do Estacionamento do Antigo Capitólio são os que dizem ter sido isso uma coisa boa, ligando a questão a regularização do ponto no passado. No caso dos que atuam no Ponto da Faculdade de Administração falam da entrega de um quite para os lavadores e dizem ter sido uma coisa muito fora das necessidades deles, além de que foram conduzidos ao uso de fardamento com emblema da prefeitura sem serem funcionários da municipalidade. Com tempo optaram por não mais usar a identificação. Nos dois outros pontos os trabalhadores que nos serviram de amostra na análise dizem não terem feito o cadastro e não contarem com apoio nenhum. Um deles, que atua no ponto da feira, diz não ter tido tempo para fazer o cadastro, explicando o assunto pela via do descaso.

Sobre a questão do cadastro e da necessidade de uma interferência do poder público no âmbito da regulação da atividade para que seja evitada a instalação de zona azul nos setores em que atuam, o atual presidente da associação, Entrevistado 9, diz ter dado entrevista em rádio e ter chamado o superintendente da STTP e o prefeito à responsabilidade. Ele diz:

**Pesquisadora** – você deu entrevista hoje?

**Entrevistado** – sim (...) a 97.

**Pesquisadora** – 97. E foi sobre esse assunto?

**Entrevistado** – sobre esse assunto

**Pesquisadora** – de instalação de zona azul?

**Entrevistado** – instalação de zona azul e do cadastro de todos os flanelinhas.

**Pesquisadora** – e a STTP, ela é responsável diretamente por isso?

**Entrevistado** – é, é que nem eu digo. Na gestão de Veneziano, do primeiro secretário da STTP foi nos prometido até uma parceria, entre os flanelinha e a STTP. É uma coisa que não está acontecendo. O superintendente que está agora no comando, ele acha que ele é o dono da verdade e que ele é o dono da cidade...quer fazer o que ele pode...se ele disser vai fazer isso, ele pode fazer...eu acredito que não seja assim (...) o superintendente atual, eu acredito que não seja assim. A gente tem que olhar. Do mesmo jeito que ele depende do cargo dele pra sobreviver, todos nós dependemos do nosso pra sobreviver. Então, tem que sentar pra nós conversarmos, pra gente ver, dialogar e ver que

são muitos pais de família que depende desse setor pra sobreviverem. Tem pai de família aqui com até 40 e até seus filhos já estão nas praças envolvidos, né. Aí ele não pode chegar assim e dizer que vai tomar de conta do espaço, que vai tomar que é ele que manda, que pode fazer e desfazer. Eu acho muito errado a, a ... essa situação dele, que ele tá levando pra frente. Querendo ser o dono da cidade, que vai tomar de conta da cidade. Como se ele mandasse na cidade (Entrevistado 9).

Asseveração que resgata pontos fulcrais das preocupações dos trabalhadores de rua de característica informal. Uma vez sendo colocada a zona azul o que ocorre é a retirada deles do setor e a colocação de outros para operarem. Isso é o que chama a atenção o presidente. Notadamente há aqueles que são intransigentes quanto à colocação da zona azul e que veem nos guardas inimigos e pessoas que não agem dentro da devida honestidade. Nesse ponto se apresentam como defensores dos direitos dos cidadãos que estacionam os carros por que dizem que há muita falta de respeito com eles e atitudes arbitrárias. Porém, há outros que falam no norte de virem a ser aproveitados para operar nos pontos e com isso manter sua clientela e ter a sobrevivência garantida.

Na interpelação feita pelo presidente da associação na rádio há a presença de um campo de disputa que acirra-se em relação ao controle da municipalidade, através do superintendente da STTP, das vias públicas. No que diz não haver “dono da cidade” resgata um lugar para si e para seus colegas que é o de já estarem antes no trabalho da “olhada” e de que isso por não ser regularizado é feito pouco caso. A estratégia aqui é de usar de uma expressão que conhecem bem e com que lidam cotidianamente que é a de serem acusados pelos proprietários de carro de quererem se apropriar das ruas como sendo deles, cobrando uma espécie de “rodágio” (corrompendo a expressão pedágio) dos veículos em repouso.

É em atitude política que responde a nossa indagação sobre alguns dos trabalhadores desejarem que haja regularização dos pontos, como no caso daquilo que nos foi informado pelos que atuam no ponto do estacionamento do antigo Capitólio.

(...) Aí eu tenho que sentar com todos e ver o que eles acham melhor. Se eles acharem melhor que pra eles são assim. Estou a disposição pra sentar com o prefeito, secretário e qualquer um pra gente sentar e debater sobre isso. É no caso, se meus colegas, meus sócios, meus irmãos de trabalho acharem melhor assim, nós vamos fazer assim. O

que eu acho errado é ele dizer que vai fazer e tá todos aí, muitos com 20, 30 com 40, 40 anos de rua de lavar carro, ele chegar dizer que vai tirar e sem nos dizer onde nós vamos ficar e onde vão nos colocar, né (Entrevistado 9).

Por entre as relações que se instituem no cotidiano, o representante do grupo se coloca a pensar para além daquilo que pode ser o melhor para o ponto em que atua. No ponto em que realiza suas atividades, há unanimidade quanto a não vantagem do controle da municipalidade, ainda que possam vir a aceitar, em sendo eles aproveitados para o trabalho de operação que é feito pelos guardas da STTP, revelando desejo de obter regulação profissional e inserção no mercado de trabalho ordinário. Daí que a “olhada” seria instituída e eles teriam o pagamento como certo. Todavia, perderiam a relativa autonomia com que lidam com o dinheiro que lhes chega hoje, este não mais seria o montante real de seus rendimentos, visto que se transformariam em fiéis depositários de uma renda da municipalidade que lhes contrataria. A questão é tratada como vindo a ser aceita em caso de não se ter outro jeito.

No aspecto de garantia do espaço dos “flanelinhas” e lavadores de carro hoje o presidente da associação pontua:

Hoje em dia o que eu posso lhe informar é que nós não trabalhamos com nenhum tipo de apoio governamental. (...) É todos, todos os flanelinhas unidos. É a união é de nós todos. Como diz aquele ditado: A união faz a força (Entrevistado 9).

A isso integraliza comentário sobre as promessas de campanha do atual prefeito que não foram cumpridas e a que eles não tiveram respostas:

(...) quando foi prometido pelo prefeito nossa cidade Veneziano ele iria nos ajudar em curso de capacitação, isso aí não aconteceu, ele não cumpriu com as palavras dele, com o que nos prometeu (Entrevistado 9).

Sobre encaminhamentos que vieram a ser dados posiciona-se na alegação de que não era ainda presidente, estava a associação sob orientação do ex-presidente, e que soube ter acontecido pouca coisa. A municipalidade teria se pronunciado através do Secretário da Secretaria de Assistência social, nos termos:

Somente da Assistência Social, né. Que nos deu um grande apoio, à época o secretário era o padre. Que não me lembro bem agora. Não vem na mente o nome dele agora. Foi ele e Hermano. (...) Hermano Nepomuceno que nos deu uma grande força. Ele nos incentivou muito mais a... mas de lá pra cá não obtivemos mais contato (Entrevistado 9).

A associação ficou de 2006 até 2009 sob direcionamento do ex-presidente e o atual está na dianteira desde 2010. Depois que assumiu, interferiu no uso do fardamento que foi distribuído pela prefeitura por não concordar com o descaso com que foram tratados e ter a visão de não serem trabalhadores públicos. Ele diz:

(...) O que nós recebemos foi um quite de balde, cera, flanela, escova, sabão, não é, e o fardamento. Inclusive eu até achei muito errado por que nós não somos funcionários da prefeitura pra trabalhar de fardamento com emblema da prefeitura. É tanto que eu pedi, alguns lavadores ainda usa, eu pedi aos restantes que não usassem e eles me atenderam (Entrevistado 9).

A entrega do quite é referida nas demais entrevistas, mesmo por aqueles que nada receberam. O fato é do conhecimento dos trabalhadores da atividade. Ridicularizam a ação da municipalidade e dão demonstração de que estão conscientes de terem sido usados em campanha. Dois deles (Entrevistado 11 e Entrevistado 8) chegam a declarar sua ligação maior com o grupo Cunha Lima e com isso dizem ter sido retaliados, não recebendo atenção para sua causa pelo atual prefeito que é opositor ao grupo.

Não se pode exigir destes trabalhadores uma análise que os leve a entender a macro estrutura de que fazem parte e que os expõe para as “franjas” por ela criadas. Isso é visualizável no momento em que os interpelamos sobre o vir a ter uma oportunidade de trabalho com carteira assinada. Momento das entrevistas que se faz surpreendente, por que dizem desejar e veem nisso a ideia da segurança, mas que, a grande maioria, tem temor. Há de certo aqueles que já estão acima dos 50 anos e nos colocam a impossibilidade da idade. Aqui grifemos o estranhar da possibilidade. Esse aspecto nos rendeu alguns dos comentários desenvolvidos no próximo item, quanto às expectativas de futuro de cada um.

## *Perspectivas futuras*

(...) que eu trabalho aqui já conheci vários pais, avôs que trabalhavam com a gente, já morreram então aqui. Que isso aqui é um patrimônio histórico de Campina Grande, essa lavagem de carro da Getúlio Vargas (Entrevistado 11).

As visões que demonstram ter da atividade e do ponto em que atuam os fazem defensores incontestes dos territórios de sobrevivência conquistados. Fito que leva o Entrevistado 11, indivíduo com formação instrucional média concluída, a argumentar sobre o ponto em que atua como sendo já um patrimônio histórico da cidade e que deverá a sociedade defender sua existência.

A isso se assume os argumentos do presidente da associação e companheiro de ponto do Entrevistado 11, ele diz:

(...) a importância que nós temos, né, é mostrar a sociedade, já que o índice de desemprego é muito grande, né, a gente mostrar a sociedade que nós ..o nosso lado, de nossa sobrevivência, de sustentar nossa família...e desse modo que todos vê, de professor, aluno, empresário de loja...todos verem que a nossa situação é essa (Entrevistado 9).

A defesa da atividade reverbera as expectativas que têm sobre seu próprio futuro. Esse é o sentido dado na fala do informante que segue:

(...) é um ganha pão, trabalho mesmo né não, ganha pão. Trabalho é aquele que ganha, carteira assinada... recebe salário. É um ganha pão, né Léo, pra arrumar um trocado. Ganha pão, né senhora. Tem dia que arruma, tem dia que num arruma (Entrevistado 1).

No caso do presidente da associação de lavadores de carro de Campina Grande, as expectativas, também, se voltam para uma ação organizada e de reconhecimento pelo poder público municipal, com quem já se entrou em entendimento no passado, ele diz:

(...) Por que isso, na gestão de Cássio, Cássio como prefeito, Cássio nos procurou, nós sentamos com Cássio, nos deu toda assistência. No

caso da prefeita Cozete, também. Nos procurou, nós conversamos, batemos... Fomos ao debate juntos com eles, né. E nós tamos aí pra debater, pra discutir, se ele nos chamar nós vamos debater..e o que for melhor, nós vamos decidir, assim é melhor.

(...) Há, há possibilidade de regularização por que na época ele [remete ao atual prefeito] nos prometeu (...). A contribuição ia ter, era nos oferecido um curso de capacitação e uma ajuda de custo pra que todos os flanelinhas de nossa cidade saibam manobrar os veículos, tirar sua habilitação que foi mais uma coisa que não foi cumprida na gestão do atual prefeito (Entrevistado 9).

A essência das promessas segue no sentido de regularização da atividade pela municipalidade que assume em campanha uma dimensão sistêmica. Destarte essa assertiva, alcança-nos uma indagação: o que falta para a inclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho formal? As indicações dadas pelos informantes levam a se acreditar ser só uma questão de tempo, o de serem recebidos pelos representantes da municipalidade. Falsa questão, obviamente. Mais falsa ainda se trazemos aqui o que diz o Entrevistado 7 que recebeu um chamado para ter na prefeitura e tratar da regulação. Disposto a seguir o trecho da entrevista com nossa interação:

**Pesquisadora** – e a prefeitura?

**Entrevistado** – nada! [até agora nada] fui 3 vezes lá e, ele aqui foi até lá [um outro colega fala - *difícil entendimento* - Mandaram pra mim, aí eu disse resolva pra mim esse problema do estacionamento] [o outro: fomos lá] até agora não chamaram a gente.

**Pesquisadora** – isso aqui é um papel da prefeitura? (...) uma notificação preliminar da prefeitura, estacionamento do antigo capitólio. Quem é Linaldo?

**Entrevistado** – é eu.

**Pesquisadora** – deve comparecer a secretaria de obras e deve falar com Severino, é?

**Entrevistado** – é. (...) fomos lá, 3 vezes e nada desse secretário...chegava, atendia o telefone tudo...[liguei pra lá, diz um outro que continua falando também] foi, e nada. (...) vai fazer mais de mês, né [??] [é] uns dois meses, [outro fala: ele mandou a gente lá] quase dois meses. (...) [falamos ao fundo: tudim, tudim lá] acertar a questão do estacionamento. (...) legalizar, é.

**Pesquisadora** – pra que vocês pudessem cobrar uma taxazinha, e..

**Entrevistado** – e pagar lá também, né (Entrevistado 7).

Ainda que o presidente da Associação de Lavadores de Carro de Campina Grande persevere em expectativas com o poder público municipal quanto à inserção destes trabalhadores no trabalho de “olhada” dos veículos estacionados na via pública em nível regular, em certa altura de seu raciocínio isso soa improvável. Consciência que o silencia ao final do assunto e que nos levou a tratar de sua relação direta, pessoal com a atividade como envolvido ordinário nela. Na interação conosco:

**Pesquisadora** – isso foi promessa no ato da criação?

**Entrevistado** – exatamente isso. (...) não foi cumprido.

**Pesquisadora** – esse curso de capacitação houve? Existiu?

**Entrevistado** – não, não existiu. (...) foi, só a doação do quite. e do fardamento. (...) Foi a única coisa que ele nos entregou. Que cumpriu com a palavra dele, foi só a doação dos quites e dos fardamentos. (...) nenhum tipo de assistência [silêncio demorado] (Entrevistado 9).

Revela que as expectativas de grupo se limitam àquilo que a municipalidade possa está trazendo para eles. E a forma de interlocução com os administradores públicos, como ela se dá? Não se caracteriza como de uma ação mais consistente e organizada. A entrevista com o informante do ponto do estacionamento do Antigo Capitólio, o Entrevistado 7, revela desilusão e necessidade de que outrem possa vir a intermediar, falar por eles, ao que nos solicita assumir esse lugar. O Entrevistado 11, também, nos trata como possíveis interlocutores de suas questões junto aos administradores públicos.

Numa declaração do presidente da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande ele resgata o aspecto do desejo dos “flanelinhas” e lavadores de carro por uma chance, oportunidade de emprego no mercado formal de trabalho, como sendo extensivo a todos eles, dos quais se faz interlocutor.

**Pesquisadora** – e se você tivesse oportunidade de assumir hoje um emprego com carteira assinada, você sairia das ruas? Sairia dessa função?

**Entrevistado** – na verdade nós sairíamos, por que na verdade nós queremos, não só eu, mas todos eles...se você for fazer a pergunta a todos eles vão responder que sim, por que nós temos nosso direito de pagarmos nosso INSS que nós aqui na rua não conseguimos.

**Pesquisadora** – vocês não fazem depósito no INSS?

**Entrevistado** – não (...) nem como autônomo (Entrevistado 9).

A inferência é de que são irmanados nessa expectativa e que anseiam para que essa oportunidade lhes seja dada. Há respaldo do que diz no trato que dão a questão os demais entrevistados. Segue trecho de fala de um dos informantes:

**Pesquisadora** – o senhor gostaria de trabalhar num emprego que fosse com carteira assinada?

**Entrevistado** – gostaria. Eu gostaria, hein.

**Pesquisadora** – o senhor deixava...

**Entrevistado** – deixava, deixava.

**Pesquisadora** – pra ter um outro tipo de trabalho?

**Entrevistado** – deixava. Carteira assinada tem futuro, a pessoa tem um futuro (Entrevistado 1).

Mas, não é essa a única configuração a que leva os comentários dos informantes. O quadro visualizado é de que alguns já perderam esse tipo de expectativa; outros temem vir a ter padrão, sobretudo em se tratando da iniciativa privada,

**Pesquisadora** – e por que não tem a opção de trabalhar, por exemplo você, se você arranjasse hoje um emprego num lugar que você pudesse trabalhar com carteira assinada, você trabalharia?

**Entrevistado** – eu trabalharia, mais primeiro eu queria conhecer o dono. Eu mermo tinha que dá meu prazo pra conhecer ele.

**Pesquisadora** – mais você sairia das ruas?

**Entrevistado** – eu sairia.

**Pesquisadora** – então, você hoje está nessa função por que você não tem outra oportunidade?

**Entrevistado** – não tem outra oportunidade

**Pesquisadora** – e você gostaria de ter?

**Entrevistado** – gostaria, com certeza! Por que assim, a gente não vai morrer nisso, a gente um dia vai querer se aposentar. Eu mesmo, eu nunca trabaiei não carteira assinada, e eu acho que por mim, eu nunca ia querer trabaiaar, tá entendendo? Por que esse negócio de carteira assinada é um negócio de responsabilidade. Você não sabe se vai ficar véi, se vai ficar com a idade que tá, é por isso que eu não ligo, seja o que Deus quiser, eu ganhando o meu tá bom (Entrevistado 10).

Outro apresenta a idade avançada como argumento para a inviabilidade da questão:

**Pesquisadora** – e o que é que o senhor acha desse seu trabalho, o senhor acha que isso é trabalho?

**Entrevistado** – adequado [confuso] pela idade a gente não tem como arrumar outro pra assinar carteira mais. A gente tem que ficar nesse mesmo. (...) não, eu não quero trabalhar mais pra ninguém não, é chato. Eu não tenho condição mais não, a pessoa passou dos 55 anos pra frente eles não querem mais pra trabalhar. (...) eu tenho 58 agora. Tou dentro de 59.

**Pesquisadora** – então, se o senhor arranjasse um emprego com carteira assinada, o senhor não queria?

**Entrevistado** – rapaz não tem condições mais...eu acho que não...o jeito é trabalhar clandestino, fazendo biscoite, essas coisas (Entrevistado 5).

Há no rol dos entrevistados quem diga já ter perdido a oportunidade, como se estivesse no fim da vida produtiva, mesmo não sendo de faixa etária avançada. O informante de que recolhemos a fala que segue tem 34 anos e a desilusão marca a referência que faz a expectativa de vir a ter uma regulação trabalhista. No acompanhar da interlocução conosco:

**Pesquisadora** – e se aparecesse algum emprego com carteira assinada pra o senhor, o senhor saia daqui?

**Entrevistado** – oxe, na hora. Apareceu já muito, eu perdi. Eu perdi meu pai. A dona daquela loja ali queria me levar pra Recife, hoje eu tava bem lá.

**Pesquisadora** – e porque você não foi?

**Entrevistado** – por que meu pai não deixou, ai matou ele na ramadilha, ai eu fiquei aqui. Perdi os meus tempos de vida aqui (Entrevistado 8).

Fato posto é que já estão nas ruas há muito tempo, e se não estão desiludidos, adquiriram resistência. Essa última pode ser encarada como uma resposta que os protege da vergonha sentida pela forma como são encarados pela sociedade e que findam por assimilar como sendo suas identificações.

O tempo fez o “oco” em seus “corpos” agora marcados pela clandestinidade em que suas funções de “olhada” e lavagem de carro se inserem. Sair das margens, do submundo da estrutura sistêmica maior de que fazem parte, requer esforços que podem não mais estar no universo que os corporifica. Façamos remissão aos tratos dados à questão pelos próprios informantes:

(...) que não querem pagar [referenciando-se aos clientes]. A gente diz, rapaz a gente veve daqui, sustenta a família daqui. Se a gente for roubar vai preso, vai pro presídio, vai sofrer mais ainda na cadeia (Entrevistado 8).

O informante referenciado adota tônica pessimista ao longo de toda a entrevista, resvalando para o apontar de uma condição que pode vir a ser ainda pior do que a que se encontra, deixando ao cliente a responsabilização por ser essa a saída de muitos que estiveram batalhando nas ruas, nos semáforos, etc. Oportunização que lhe acomete todos os dias pela linha tênue que o mantém na fronteira da criminalidade. A ele seria acrescentar do fato, visto que já é encarado na marginalidade social. Na defensiva fala sobre a visão que tem de sua atividade:

**Pesquisadora** – e o que é que o senhor pensa desse seu trabalho aqui?

**Entrevistado** – acho bom, né? Pelo menos todo dia o cabra tem um trocadinho, fazer o que, né? O que Deus dá tá bom.

**Pesquisadora** – o senhor acha que isso é trabalho, isso que vocês fazem aqui?

**Entrevistado** – eu gosto (Entrevistado 8).

Corroborando com sua visão a fala do depoente que trabalha em outro ponto e demonstra *pari passu* defesa e acomodação à atividade que desenvolve.

(...) pra mim é, certo tipo de coisa que acontece no mundo, pra mim isso é um grande trabaio. Já vale ouro, pra mim vale ouro, por que se a pessoa não tá aqui, tá no mei da rua e se for esperar pelos outros, os outro não vai dá faci a pessoa, se a pessoa for pedir é chamado de vagabundo, se a pessoa tá trabaiano, ganhando pouco já é muito melhor. Aí, como se diz, aqui pra mim é uma benção, por que ao meno eu tô fora da rua, tô fora de tá na rua pensano em roubar, fazer mal aos outro. Aqui tá pouco, mais e muito, por isso eu digo, o pouco pra mim é muito. (...) até [??] pra mim é ótimo. Depois que eu tiver aqui pra mim é bom demais (Entrevistado 8).

Mesmo em nível tão profundo de precarização do trabalho, o indivíduo que a falta de oportunidade e a necessidade levaram para a informalidade vê nisso alguma respeitabilidade social. Ele diferencia-se dos pedintes que esmolam, dos vagabundos e ladrões. Condições vilipendiadas pelo “flanelinha” e lavador de carro referenciado. Há no que faz um duplo futuro que é o de garantir a subsistência com o retorno financeiro do que fizer no ponto e o de afastar o vilipêndio da marginalia que implique em ser preso e o de vir a esmolar.

Em termos de futuro o Entrevistado 2 aponta:

**Pesquisadora** – e o que é que o senhor pensa do futuro, exercendo essa profissão que o senhor exerce aqui?

**Entrevistado** – o futuro é eu me aposentar e chau

**Pesquisadora** – o senhor pretende se aposentar quando? Por idade?

**Entrevistado** – é, por idade

**Pesquisadora** – o senhor contribui com o INSS?

**Entrevistado** – não, eu não paguei não.

**Pesquisadora** – nunca pagou?

**Entrevistado** – falta 4 anos pra eu me aposentar. Nunca paguei. (...) por idade (Entrevistado 2).

Na destinação do que expõe sobressai uma situação que aparenta vontade de distanciamento com o núcleo de que participa no momento como se estivesse acima dos demais. O fato, porém, é que mesmo asseverando que irá se aposentar, ao fim e ao cabo, não intenciona deixar as ruas, como diz:

**Pesquisadora** – e quando o senhor se aposentar, o senhor pretende deixar essa atividade?

**Entrevistado** – vou ver, talvez, talvez...

**Pesquisadora** – talvez, então o senhor gosta dessa atividade?

**Entrevistado** - gosto

**Pesquisadora** – o senhor acha que isso que o senhor faz aqui é trabalho?

**Entrevistado** – é trabalho!

**Pesquisadora** – é trabalho.

**Entrevistado** – lavo o carro e dou polimento (Entrevistado 2).

Há enquanto espectro a ser combatido a implementação do zoneamento municipal das vias públicas. A zona azul apresenta-se como o inimigo incontestado. Se enveredarmos por analisar paulatinamente cada entrevistado, considerando cada um em si, visualizam-se situações que tocam na condição humana particular. Exercício que só tem relevância para que se possa elaborar a análise sociológica a que o âmbito micro ganha sentido. Por exemplo, quem são esses sujeitos ordinariamente dispostos nos pontos tratados até aqui?

O informante que é nomeado como Entrevistado 1 apresenta-se como indivíduo que aos 48 anos mantém-se morando com a mãe que é sua dependente, não tem filhos e consegue um rendimento entre R\$80,00 a R\$100,00 em semana de bom movimento, com que diz ser possível dá a manutenção da casa. Atua há aproximadamente 20 anos no ponto do INSS como “flanelinha”, aferindo lucro da “olhada” dos veículos que ali estacionam. Na direção de pensar sobre o futuro nada nos informa, tampouco, sobre a interferência da STTP de zonestar a cidade e colocar guardas nos locais em que se encontram hoje. Parece que tudo segue na tranquilidade, sem problemas, em termos daqueles que se ligam aos colegas de trabalhos e dos que vem a contestar sua permanência na localidade que escolheu para realizar suas atividades. Soa perdido se relacionarmos sua fala com a dos trabalhadores do Ponto do Estacionamento do Antigo Capitólio, e ainda mais se o fizermos com aqueles que estão alocados no ponto da Faculdade de Administração da UEPB. Distinção que traz complicadores para a nossa “personagem”, absorto as condições e questões imediatas, e ainda mais alienada em termos de compreensão sobre o que o fez ir parar nas ruas, na condição em que se encontra.

Como agregar um indivíduo com esse nível de desinformação em uma luta por manter os pontos fora da zona azul e com propósito de regulação oficial? É preciso que tenhamos em mente que o que distingue os sujeitos dentro do grupo pode servir como análise mais acurada da questão com que estamos lidando, mas não apenas nós, também aqueles que se arvorarem seus representantes, intermediários ou bem feitos. Defender a causa de “flanelinhas” e lavadores passa por ter uma análise diagnóstica real que traga elementos concernentes ao que de fato é a atividade e ao que pretendem seus executores. Não basta apaixonar-se pela causa, mas ter dados que permitam uma entrada real no universo de que participam e que levarão seus defensores a participarem. Não há

ingenuidade, não é isso, mas exclusão com que é preciso lidar duplamente, com os sujeitos que representam o que está posto e instituído e com aqueles que são os agentes que se encontram diretamente atrelados ao funcionamento da atividade. Tratar das perspectivas futuras desses trabalhadores é ter em mente que o que importa, antes de tudo, é conhecer seus desejos e interesses e não colocar compreensões exógenas ao que lhes atingem hodiernamente.

Não temos a prerrogativa de falar pelos nossos informantes em termos de perspectivas futuras e nem sobre qualquer outra dimensão de sua condição, mas diríamos que pensar o que os aguarda no futuro é um aprendizado de uma difícil partida de xadrez, em que é preciso saber o que representa cada peça e como mexê-las no imenso tablado em que estão dispostos.

O “monstro” da STTP se coloca em meio a qualquer perspectiva de projeção para o futuro, pois seus guardas chegam como donos das ruas, ocupantes autorizados do pequeno pedaço a que tiveram a possibilidade de possuir na partilha de um “bolo” maior que só prioriza os já classificados pelo sistema.

Emblemático é o depoimento do Entrevistado 11:

(...) olha rapaz é o seguinte, a STTP, a STTP parece que ela tem uma grande marcação com a gente. Por que já aconteceu vários carros ser multado aqui, a gente com marcha ré pra estacionar o carro e eles falam que é, é, mão dupla. Quando eles chegam, eles não buzina, não faz nada, pegou o celularzinho dele, tirou a fotozinha, pronto, chegou. Então, essa é a dificuldade que a gente tem é com a STTP. Que se é pra multar um carro que fale com o proprietário quando ele tá dentro do carro, dizendo você tá errado, vou multar você por isso e por isso. Eles multam a pessoa, nós que tamos dentro do carro, nós tamos dirigindo, e nós temos carteira de motorista e por isso que a gente pega nos carro aqui, eles ri da gente. Oh, eu multei o carro, kkk, fecha o vidro, o ar condicionado, que pra isso eles nem descem do carro, é só rindo e pronto. Essa é, como você fala, o problema, e realmente é um grande problema por que ele não tá simplesmente multando nós lavador de carro, tá multando dono de carro, que vai ficar chato pro dono de carro vir aqui novamente, já perdemos alguns freguês, né. (...). Bom, se é pra multar, a pessoa tá na fila dupla, tudo bem tá errado, cara, você é pago pra você botar em ordem, não desordem. Chegue, desça do carro pelo ao menos, oh, você tá errado, pô. Você chegar, dentro do carro, todo bonitinho, fardadinho, sem descer cara, pegar o a máquina de tirar foto, sem você nem buzinar, cara. Sem fazer o au, au, quer isso?! Ou seja, a meu ver é roubo. Tu tá roubando o dinheiro daquela pessoa e tá discriminando o lavador de carro, flanelinha, que isso!? Que o Salomão aí, o cidadão, que ele

tenha consciência. Salomão, esses seus guardas aí, tão sujando você rapaz! Ou você não tá sabendo explicar a ele como é que funciona do trânsito. Eduque eles, que nós somos lavador de carro, mas somos educados. Temos ciência que carro na fila dupla tá errado, mas tava esperando um carro sair pra outro colocar. Ou Salomão é conivente e trabalha errado, ou ele não sabe de nada. Vocês que tão me escutando aí, passe aqui na Getúlio Vargas, passa na Getúlio Vargas aqui e veja como é que eles trabalham aqui. Aliás, não sabem trabalhar [no fundo alguém fala: já multaram meu carro 3 vezes]. Oh, o cliente falando aí, isso é verdade. [repete: três vezes]. Que trabalhe certo rapaz. [fala com alguém: paga lá o menino lá em baixo].

A STTP, para eles, trabalha para destruir aquilo que levaram uma vida construindo. De forma que esta é o monstro maior a que devem dar combate e que se criou forças foi graças ao apoio do prefeito que é quem determina os ocupantes da superintendência. Com a revolta que sai do peito, após muitos momentos de descontração que nossa interlocução com o entrevistado permitiu, ele arremata sua fala ironizando com o atual superintendente do órgão e, no linguajar popular “tira onda”:  
“Salomão, você é o cara. [risos]”.

O que reserva o futuro aos nossos informantes? Essa é, em verdade, questão de difícil resposta! Quem somos nós para nos colocarmos acima da dura realidade com que convivemos e que dela depende a existência desses homens que abrem mão de aspectos essenciais de suas identidades para garantirem aos seus dependentes a condição mínima de vida, qual seja: se manterem dentro das condições elementares de subsistência. Não são sujeitos irresponsáveis, ingênuos ou que fujam da carga que é o trabalho ordinariamente assumido, são exemplos de sobreviventes de um sistema que se alimenta da excludência e da distinção social. Sistema que traz em sua essência a sobrevivência de sua própria excrescência. O que toca a nós pesquisadores? Talvez a denúncia! Talvez a resistência, quem dera era fosse passível de ser assumida e encarada com seriedade em uma sociedade em que o evitar da vergonha passa por não defender causas tidas como perdidas! O que nos comporta nessa partilha enquanto aprendizes de cientistas sociais?

Quiçá seja o lugar da elaboração diagnóstica, denúncia e revolta, pois em sendo algo mais objetivo talvez não sejamos capazes de pôr em prática.

Como querer localizar em seus relatos perspectivas de futuro?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa teve como objetivo analisar a temática da informalidade na composição e nas transformações do mercado de trabalho e suas mudanças nas relações sociais da classe trabalhadora. Classe que passa a inventar seu próprio trabalho como o caminho para aqueles que, considerados marginalizados e “desnecessários” aos novos padrões de acumulação, possuem como única alternativa o ingresso no trabalho informal, caracterizado por suas precariedades: falta de segurança no trabalho, ausência de benefício-doença, aposentadoria, ausência de repouso, entre outros.

Nosso desafio na construção desta pesquisa foi compreender como acontece a ação governamental pública local, voltada para um fenômeno em evidência, vitimado pela informalidade e precariedade em suas relações de trabalho, na tentativa de se inventarem como sujeitos e indispensáveis para o resultado, ainda que inacabado, para que esta pesquisa se tornasse possível: os “flanelinhas” e lavadores de carros da cidade de Campina Grande – PB.

Concomitantemente às entrevistas com os “flanelinhas” e lavadores de carros, realizamos também com os usuários dos serviços que revelam que o mercado formal de trabalho é responsável por alimentar suas próprias “franjas”, pois ao excluir indivíduos em idade de trabalho os projeta para as margens, restando-lhes como saída única reinventar formas de sobrevivência dentro do mesmo sistema que os “vomita”. As condições de “flanelinhas” e lavadores de carro é uma espécie de regurgitar que o sistema capitalista, em sua modalidade contemporânea, finda por promover.

Pode-se inferir que a realização das atividades ordinárias de “flanelinhas” e lavadores de carros é atravessada por uma “luta”, corporificada pelo profundo nível de precarização a que estão submetidos. Esta se faz presente no dia-a-dia de cada um deles que se “agarra” à atividade pela não oportunidade de acesso à formalidade trabalhista.

Os informantes que constituem a amostragem relativa a “flanelinhas” e lavadores de carros, atrelam aspectos de ordem política às condições com que trabalham

nas ruas. Conseguem ter visão do imediato. Não atingem uma visão mais ampla da problemática que lhes envolve, mas apontam para isso.

O sistema agiu sobre esses indivíduos de modo cruel e os tornaram cativos do pouco que lhes sobrou. Situação de dependência que torna a ausência de condições básicas de sobrevivência em norma. São subalimentados, dependentes dos favores de estabelecimentos e moradores do entorno, desprotegidos das intempéries, sem direitos trabalhistas, sem acesso à seguridade social, impossibilitados de adoecer, ameaçados, humilhados, tratados como marginais..., mas isso não lhes parece ser questões de maior importância. Importante mesmo é manter aquilo que lhes sobrou na equivocada partilha social.

Ao fim e ao cabo, estão submetidos a toda ordem da sorte. Têm como única e exclusiva conta a si próprios, não podem contar com a municipalidade, tampouco com a satisfação dos “clientes” que, ainda que alguns os tratem bem, a maioria os enxerga como marginais ou propensos à marginalidade. Se alguma coisa some do carro que lavaram, é a eles que acusam.

Fica subentendido ser o “flanelinha”, ausente do momento de chegada do proprietário do veículo, responsável por não guardar bem o carro e este vir a ter um acessório roubado, ou, pior ser ele mesmo responsável pelo sumiço do objeto.

Os recortes de entrevistas resgatados de falas de usuários apontam para a formação de um campo de tensão que é também o que se apresenta nos comentários feitos pelos trabalhadores da atividade referida, no exercício de suas funções nas ruas. É em grande grau de apreensão que lidam com os proprietários dos veículos. Cuidar de carro alheio é posto como se consubstanciando em coisa de responsabilidade. Por que implica em discriminação desde a origem.

Mesmo aqueles que já são conhecidos dos clientes permanentes dos pontos demonstram temer vir a sofrer pecha de ladrões. O grande terror é a desconfiança com que são tratados. Percebem está sempre sob suspeita, ainda que não cometam atos criminosos. Nisso optam por vigiar seus companheiros que indicam o cuidado com quem levam em suas companhias para o ambiente em que atuam.

Os usuários atuam sob forma em que, evidenciam aos trabalhadores que os oferecem os serviços, a aceitação contrariada em que demonstram irritabilidade quanto à existência de um sujeito que age como dono da via pública. E que quer forçar a que seu veículo seja “olhado” e às vezes lavado. São seduções a que não intentam ceder, mas que se veem na obrigação de fazê-lo, sob pena de terem seus bens depreciados com arranhões ou outros ataques. A culpa para estes é dos representantes públicos que não tomam atitude para acabar com essa situação.

A nós os argumentos tocaram como espinhos de uma planta maior que é a submissão, a desconsideração do trabalhador informal que não tem regulamentação. Não tem com isso direitos trabalhistas, seguridade social, e soam como “invasores” das vias públicas a que os transeuntes têm direito de livre acesso. Nesse caso, os usuários agem achincalhando-os e se sentindo ultrajados em seus direitos. O poder público é apontado como responsável pela condição marginal com que atuam, visto que “flanelinhas” e lavadores de carros que estão nas ruas não se inseriram nos postos do mercado de trabalho formal. Os usuários repassam a culpa do problema em que se encontram aos representantes da municipalidade e do estado.

Aqui é a amostra de entrevistas e de localidades analisadas comprovadoras do crescente número de trabalhadores informais que surgem atrelados à falência de um estado de bem estar social e do sistema fordista de produção, de que nos esclarece Filgueiras (2000), ao apontar para um dado ainda mais grave quanto ao exposto que é a não implementação plena destes modelos de produção nos países subdesenvolvidos. A presença da informalidade é uma realidade de longa data, ainda que sejam os anos 90 que a amplia quando ocorrem a liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva. Essas transformações geraram, como já focamos uma *nova informalidade* que se constitui como centro de atenção dessa nossa análise.

Realidade responsável por fomentar história em que os trabalhadores informais do nível dos que abordamos aqui já se transformaram em personagens de verdadeiras “lendas urbanas” de embates com usuários das vias públicas, com concorrentes rotineiros ou imaginários e com os guardas da STTP.

Destarte o argumentado anteriormente, é indiscutível que a prática de formas flexíveis de trabalho tem seguido em uma tendência de aprofundamento paulatino e, ao

que parece, ou o poder público das municipalidades viabilizam políticas de aproveitamento desses trabalhadores “sobrantes” ou terão de administrar as consequências do descaso.

Ainda que isso passe pelo crivo da necessidade de análise ponderada por se tratar de se ter uma larga demanda por regulação de trabalhadores compelidos para as margens que o sistema cria para disso se alimentar e manter seu funcionamento.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge S.; SILVA JÚNIOR, Geraldo F. da. A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.

AMARAL, Manoela; DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz A. M. **O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica**. In: Caderno CRH. Salvador, n.41, v.17, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARRUDA, G. C. M. 1998. Qualificação profissional nos tempos presentes: decifra-me ou te devoro. In: CARLEIAL, L.; VALLE, R. (orgs.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, pp. 103-121.

BALTAR, P.; KREIN, D.; LEONE, E. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: Leite, M. e Araújo, A. (orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009.

BORGES, Angela *et al.* Economia informal da RMS: verdades e mitos. In: **Bahia análise & dados**, Salvador, v.9, n.3, pp. 27-35, 1999.

BRAGA, RUY. **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial**. São Paulo: Xamã, 2003.

BRITO, Suerde; CAMINO, Leonce; MACIEL, Carla. Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 1997, (versão *online*).

CACCIAMALI, C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.) **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, n. 14, 2000, pp. 153-74.

CADERNOS PROLAM/USP: **Mais informalidade, menos cidadania: os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina**. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/cadernos/>. Acesso em: 01/ 07/ 2006.

CAMPOS, Fred L. S.; MOREIRA, Ivan T.; MOUTINHO, Lúcia M. G. **Economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

DOMBROWSKI, Osmir; JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato e (Orgs.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1 pp. 24-34, 2007. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol8/artigo3vol8-2.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2012.

DRUCK, Graça. **Velhos e novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador – BA**. Projeto Individual de Pesquisa – CNPq/PIBIC. Salvador: CRH/UFBA, 2000 (*mimeo*).

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE. Trabalho, sócio-econômica: o debate das ciências sociais na França. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 37, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000.

LIMA, Jacob Calos, SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno do CRH**, Salvador v. 37, 2002.

LIPIETZ, Alain. O fordismo periférico. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.2, n.10, 1988.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MONTAÑO, Carlos E. **Microempresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1999.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Vêras (org.). **Campina Grande em debate: a condição urbana de periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In. ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cotez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno. In: **Direitos Sociais – Afinal de que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, pp. 77-134.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004.

## FONTES

### a) Grupo de Flanelinhas e Lavadores de Carros em Campina Grande – PB

- 1 Entrevista realizada com o entrevistado 1, no ponto do INSS, em 2011.
- 2 Entrevista realizada com o entrevistado 2, no ponto do INSS, em 2011.
- 3 Entrevista realizada com o entrevistado 3, no ponto do INSS, em 2011.
- 4 Entrevista realizada com o entrevistado 4, no ponto da Feira Central, em 2011.
- 5 Entrevista realizada com o entrevistado 5, no ponto da Feira Central, em 2011..
- 6 Entrevista realizada com o entrevistado 6, no ponto do estacionamento do antigo Capitólio, em 2011.
- 7 Entrevista realizada com o entrevistado 7, no ponto do estacionamento do antigo Capitólio, em 2011.
- 8 Entrevista realizada com o entrevistado 8, no ponto do estacionamento do antigo Capitólio, em 2011.
- 9 Entrevista realizada com o entrevistado 9, no ponto da Faculdade de Administração da UEPB, em 2011.
- 10 Entrevista realizada com o entrevistado 10, no ponto da Faculdade de Administração da UEPB, em 2011.
- 11 Entrevista realizada com o entrevistado 11, no ponto da Faculdade de Administração da UEPB, em 2011.

### b) Grupo de Usuários

- 1 Entrevista realizada com o Entrevistado A, em 2011.
- 2 Entrevista realizada com o Entrevistado B, em 2011.
- 3 Entrevista realizada com o Entrevistado C, em 2011.
- 4 Entrevista realizada com o Entrevistado D, em 2011.

## ANEXOS

- 1 Roteiro de Entrevista realizada com os “flanelinhas” e lavadores de carros.
- 2 Roteiro de Entrevista realizada com os usuários.
- 3 Roteiro de Entrevista realizada com o presidente da Associação de Lavadores de carros de Campina Grande – PB.